

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

**INSTITUTO DE GEOGRAFIA**

338.48-44(1-22)  
101410  
TSS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO**

**TURISMO ECO-RURAL EM COMPARTIMENTOS DE  
PAISAGEM NA BACIA DO RIO CLARO-MG**

**DOUGLAS MACEDO**

SISBI/UFU



1000217690

**UBERLÂNDIA**

**2004**

**DOUGLAS MACEDO**

**TURISMO ECO-RURAL EM COMPARTIMENTOS DE PAISAGEM NA BACIA DO  
RIO CLARO-MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de concentração: Geografia e Gestão do Território.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Giacomini Ribeiro

Uberlândia - MG  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA  
2004

# UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

**Douglas Macedo**

**Turismo eco-rural em compartimentos de paisagem na Bacia do Rio Claro –MG**

---

**Prof. Dr. Antonio Giacomini Ribeiro - UFU**

---

**Prof. Dr. Sílvio Carlos Rodrigues**

---

**Profa. Dra. Leone Massochini**

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ de \_\_\_\_

**Resultado:** \_\_\_\_\_

Aos meus pais, pelo estímulo,  
carinho e compreensão.

## AGRADECIMENTOS

À Fundação de Apoio a pesquisa de Minas Gerais – FAPEMIG pela concessão da bolsa, fundamental para o bom desenvolvimento da pesquisa.

Ao professor Antonio Giacomini Ribeiro pela orientação e apoio para a realização deste trabalho.

Ao professor Washington Luis Assunção coordenador do Laboratório de Climatologia e Recursos Hídricos da Universidade Federal de Uberlândia, e aos colegas João Fernandes e Deusmar pelo apoio operacional dessa pesquisa.

A Ângela Maria Soares e Luciano pelo empréstimo do material cartográfico.

Aos amigos Alex Maciel, Kally, José Benjamin, Jean, Daniel, Eduardo e Clenilda que compartilharam conosco alegrias, dúvidas, obstáculos e, principalmente o prazer de realizar uma pesquisa científica.

Aos colegas Sidivan, Marcelo e Genaro pelas contribuições nos trabalhos de campo.

A minha irmã Suzi e sua família pelo amor, amizade e apoio durante o desenvolvimento desse trabalho.

A todos que de maneira direta ou indireta contribuíram para a realização e conclusão dessa pesquisa, os meus sinceros agradecimentos.

## RESUMO

O turismo contemporâneo tem se caracterizado pela busca de novas formas de turismo, em contrapartida ao convencional como o turismo eco-rural. Nesse sentido a paisagem tem demonstrado ser um valioso recurso turístico, no entanto é importante compreendermos sua estrutura e dinâmica. Nessa perspectiva este estudo tem como objetivo identificar e avaliar o potencial turístico dos compartimentos de paisagens da Bacia do Rio Claro elaborando propostas para a gestão ambiental baseados no desenvolvimento do turismo eco-rural. Inicialmente, trabalhou-se com a fundamentação teórica abordando a temática do turismo e suas relações com a geografia e a paisagem, seguida da compartimentação da paisagem e avaliação de suas potencialidades turísticas, e finalmente, propondo medidas de sustentabilidade para os compartimentos de paisagem. A pesquisa se embasou na Teoria da Paisagem Aplicada ao Desenvolvimento Rural Sustentado. Foram elaborados mapas temáticos, quadros e gráficos para o entendimento dos compartimentos de paisagem da Bacia do Rio Claro sob o enfoque do turismo. Os resultados demonstraram a necessidade de um planejamento e gestão turística-sustentável para as áreas do Cerrado mineiro com potencial turístico. Diante do exposto o estudo propõe medidas e sugestões de uso e manejo para os compartimentos de paisagem sob a ótica do turismo eco-rural.

**Palavras-chave:** paisagem, turismo eco-rural, planejamento e gestão, sustentabilidade

## ABSTRACT

The contemporary tourism has been characterized for to search new ways of tourism, opposing to the conventional echo-rural tourism. The landscape has demonstrated be a valuable tourist resource; however it is important we understand its structure and dynamics. This research has as objective identifies and to evaluate the tourist potential of the compartments of landscapes of Bacia do Rio Claro elaborating motions for the environmental administration based on the development of echo-rural tourism. Initially, we work with the theoretical base about tourism and its relationships with geography and landscape concepts, followed by the divisions of landscape and evaluation of its tourist potentialities; finally, we propose sustainability's instances for the landscape compartments. The research was based in the Theory of the Applied Landscape to the Sustained Rural Development. Thematic maps, pictures and graphs were elaborated to understand the compartments of landscape's Bacia do Rio Claro under the focus of tourism. The results demonstrate we need to plan and administrate the tourism at areas with tourist potential of Cerrado Mineiro. Before the exposed the study proposes instances and use suggestions for landscape compartments under the optics of the echo-rural tourism.

**Words key:** landscape, echo-rural tourism, planning and administration, sustainability

## LISTA DE FIGURAS

1 - Mapa de localização da área em estudo .....	06
2 - Mapa de Geomorfologia da Bacia do Rio Claro .....	117
3 - Mapa do uso do solo em 2001 da Bacia do Rio Claro .....	123
4 – Mapa da compartimentação da paisagem da Bacia do Rio Claro.....	126
5 – “mar” de soja em relevo tabular .....	132
6 – Campos hidromórficos, onde podemos notar a presença de florestamento ao fundo .....	132
7 – Matas em áreas hidromórficas no Rio Claro .....	136
8 – Vale do Rio Claro com presença de mata de encosta .....	139
9 – Paisagem frontal da Cachoeira da Fumaça .....	141
10 – Paisagem lateral da Cachoeira da Fumaça.....	142
11 – Lixo depositado na margem esquerda do Rio Claro .....	146
12 – Cachoeira da Prainha 1.....	149
13 – Cachoeira do Rio Claro 2 .....	150
14 – Trilha na margem esquerda do Rio Claro .....	150
15 – Corredeiras do Rio Claro – Baixo curso .....	151
16 – Paisagem da Cachoeira do Donizete .....	151
17 – Sede da Fazenda Boa Esperança .....	154
18 – Pastagem em relevo dissecado com presença de matas .....	156
19 – Paisagem da sede do Camping Rio Claro .....	158
20 – Área de acampamento do Camping Rio Claro.....	159
21 – Infra-estrutura construída as margens do rio.....	164
22 – Paisagem da foz do Rio Claro .....	166
23- Mapa das paisagens de relevo dissecado associado aos elementos turísticos.....	168

**LISTA DE GRÁFICOS**

1 - Cachoeira da Fumaça: grau de escolaridade .....	143
2 - Cachoeira da Fumaça: condição sócio-econômica.....	144
3 - Cachoeira da Fumaça: tempo de permanência.....	144
4 - Cachoeira da Fumaça: atividades dos visitantes.....	145
5 - Camping Rio Claro: grau de escolaridade .....	161
6 - Camping Rio Claro: condição sócio-econômica .....	161
7 - Camping Rio Claro: tempo de permanência .....	162
8 - Camping Rio Claro: veículo de informação .....	162
9 - Camping Rio Claro: motivação dos visitantes.....	163
10 - Camping Rio Claro: atividades dos visitantes.....	163

**LISTA DE TABELAS E QUADROS**

Tabela 01 - Detalhamento das Unidades de Conservação Federais .....	52
Quadro 01 - Síntese dos atributos das paisagens da Bacia do Rio Claro .....	127
Quadro 02 - As paisagens com potencialidade turísticas da Bacia do Rio Claro .....	177

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental

ECA – Escola de Comunicações e Artes

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo

FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OMT – Organização Mundial do Turismo

ONG – Organização Não Governamental

PMNT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

UC – Unidade de Conservação

UNESP – Universidade Estadual Paulista

USP - Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

DEDICATÓRIA .....	iii
AGRADECIMENTOS .....	iv
RESUMO .....	v
ABSTRACT .....	vi
LISTA DE FIGURAS .....	vii
LISTA DE GRÁFICOS .....	viii
LISTAS DE TABELAS E QUADROS .....	viii
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....	ix
INTRODUÇÃO .....	01
1 - TURISMO, SUSTENTABILIDADE E PLANEJAMENTO: algumas reflexões .....	07
1.1 – O Lazer e o Turismo .....	07 ✓
1.2 - O fenômeno do turismo e os impactos econômicos, ambientais socioculturais associados .....	16 ✓
1.3 – O Turismo Sustentável .....	29 ✓
1.4 – O Turismo alternativo como mecanismo de desenvolvimento local.....	37
1.4.1 – O Turismo em áreas naturais .....	41 ✓
1.4.2 - Panorama do <u>ecoturismo no Brasil</u> .....	50 ✓
1.4.3 – O Turismo no espaço rural .....	56
1.5 - Planejamento e Gestão no turismo eco-rural.....	64
1.5.1 – Setores público e privado.....	70
1.5.2 – Terceiro setor.....	74
1.5.3 – Comunidade local.....	75
1.5.4 – Planejadores.....	77
1.5.5 – Turistas.....	81
2 - O TRATAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PAISAGEM: buscando compreender a relação entre Geografia e Turismo .....	84

2.1 – A Geografia e a Paisagem .....	90
2.2 – O Turismo e a Paisagem .....	97
2.3 - A paisagem sob a ótica do turismo: procedimentos metodológicos ..	102
3 – A ESTRUTURAÇÃO DAS PAISAGENS NA BACIA DO RIO CLARO .....	108
3.1 – A compartimentação da paisagens da Bacia do Rio Claro sob a ótica do turismo eco-rural .....	109
3.2 – Os compartimentos de paisagem associados aos tributos turísticos da Bacia do Rio Claro.....	125
4 – OS COMPARTIMENTOS DE PAISAGEM COM POTENCIAL TURÍSTICO NA BACIA DO RIO CLARO .....	135
4.1 – As matas em áreas hidromórficas .....	135
4.2 – As matas em relevo dissecado .....	138
4.3 – Os cerrados em relevo dissecado .....	152
4.4 – As pastagens em revelo dissecado .....	156
4.5 – Recomendações e propostas para o aproveitamento turístico das paisagens da Bacia do Rio Claro .....	169
4.6 - Avaliação: Problemas e perspectivas .....	178
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	183
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	187
ANEXOS .....	193

## INTRODUÇÃO

O lazer e o turismo são considerados fenômenos globais dentre os mais notáveis e singulares de nossa época. Nas últimas décadas, o estudo da temática do lazer e do turismo vem aumentando no meio acadêmico, inclusive sob o prisma da Geografia, devido, principalmente, ao expressivo crescimento e às implicações econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais deste fenômeno.

As conquistas alcançadas pelos trabalhadores de todo mundo, como as férias e a redução da jornada de trabalho, em conjunto com os benefícios do desenvolvimento tecnológico e da evolução das telecomunicações, permitiram que muitas pessoas passassem a viajar para lugares diversos dos de sua vivência, desenvolvendo, assim, de forma acentuada, o turismo.

As motivações que fazem com que as pessoas se desloquem dos seus lugares de origem estão nas necessidades de lazer, no descanso e na vontade de conhecer novos lugares e culturas diferentes. Cada vez mais a motivação está ligada à necessidade de fugir dos ambientes urbanos, que provocam *stress* em seus moradores; conseqüentemente, busca-se novos ambientes, especialmente os naturais/rurais.

Este fenômeno revelou novas modalidades de turismo, enquanto alternativas ao turismo convencional, o qual é responsável por inúmeros impactos,

tanto positivos quanto negativos, sejam eles econômicos, sociais, culturais e ambientais.

A partir da década de 1970, o tema ecologia tomou impulso. Muitos cientistas e ambientalistas passaram a estudar e a defender os impactos provocados pelo homem quando da apropriação dos recursos naturais. Desde então, novos modelos de desenvolvimento vêm sendo propostos, com o intuito de encontrar um equilíbrio social, econômico e ambiental; tais propostas, como não poderia deixar de ser, refletem na atividade turística.

Dessa maneira, a preocupação com o meio ambiente, o respeito às comunidades receptoras e a satisfação dos turistas, levaram os estudiosos do assunto a pensarem o turismo sob o viés da sustentabilidade, fazendo surgir, na década de 1990, a expressão “turismo sustentável”. Da mesma forma, a atividade turística vinculou-se à possibilidade de desenvolvimento local.

O desafio de garantir o desenvolvimento do turismo alternativo com base local e sustentável perpassa pelo comprometimento de um planejamento e de uma gestão que envolva todos os atores sociais locais, de forma integrada, com o propósito de maximizar os benefícios da atividade e minimizar os possíveis impactos negativos.

O Brasil possui um enorme potencial para o desenvolvimento de modalidades turísticas alternativas, pois seus ecossistemas são múltiplos. Dentre eles, pode-se destacar o Cerrado, que possui uma paisagem formada por um mosaico de formas fisionômicas que vão de campos a florestas. Contudo, o processo de ocupação do Cerrado, subsidiado pelo Estado em nome do desenvolvimento e da modernidade da agricultura, favoreceu a expansão das

atividades agrícolas, resultando em índices elevadíssimos de desmatamento e perda da biodiversidade deste bioma, ainda pouco conhecido e protegido.

A paisagem, por ser a expressão espacial e visual do meio ambiente, torna-se um importante recurso turístico. Portanto, é importante a investigação das transformações e conseqüências empreendidas pela atividade turística na dinâmica da paisagem, pois esta é elemento substancial no fenômeno turístico e um recurso valoroso no desenvolvimento e na consolidação do mesmo.

Objetiva-se, por conseguinte, identificar e avaliar o potencial turístico dos compartimentos de paisagens da Bacia do Rio Claro, elaborando propostas para a gestão ambiental baseadas no desenvolvimento do turismo eco-rural.

A Bacia do Rio Claro região na qual se centra esta pesquisa, situa-se na Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba – MG, englobando os municípios de Nova Ponte, Uberaba e Sacramento, sendo delimitada pelas coordenadas geográficas entre 19°05' e 19°45' de latitude Sul e 47°30' e 48°00' de longitude Oeste, com uma área de aproximadamente 840 Km<sup>2</sup>, constituindo um dos afluentes da margem esquerda do Rio Araguari (Cf. FIGURA 01).

A bacia mencionada tem uma paisagem típica das áreas de Cerrado, com muitos pontos de grande beleza cênica, comumente aproveitados para o desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer, especialmente nas fazendas e nas margens do rio.

A potencialidade turística da bacia reside, principalmente, nas cachoeiras e corredeiras, onde o lazer e a recreação são praticados de maneira desorganizada, sem nenhum planejamento ou manejo adequados, comprometendo a atratividade

dessas áreas. Assim, acredita-se que a delimitação de compartimentos de paisagem, sob a ótica do turismo, sejam importante para elaborar sugestões destinadas a um melhor uso turístico da bacia.

Este trabalho foi estruturado em quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais.

O primeiro capítulo refere-se a algumas reflexões a respeito do lazer e do turismo em toda sua complexidade e suas implicações na economia, no meio ambiente e nas comunidades receptoras. Apresenta, ainda, as formas alternativas de turismo, vistas como vetor de desenvolvimento local e alguns dos princípios básicos de gestão e planejamento turísticos.

O segundo capítulo aborda a fundamentação teórico-metodológica da paisagem, bem como as relações desta com a Geografia e com o turismo. Apresentando discussões acerca das categorias de análise em Geografia e o turismo, bem como a importância da paisagem para a Geografia como recurso turístico.

No terceiro capítulo, procurou-se entender a estruturação da paisagem da Bacia do Rio Claro, onde foram analisados os principais aspectos das estruturas das paisagens por meio de uma compartimentação, além da verificação dos elementos turísticos da paisagem, permitindo-se, desse modo, uma avaliação do potencial turístico de cada compartimento.

O quarto e último capítulo apresenta a identificação e a caracterização dos compartimentos de paisagem com potencial turístico. O cruzamento dos dados permitiu discussões e sugestões de melhor aproveitamento turístico da bacia, e

também uma avaliação dos problemas e perspectivas do desenvolvimento desta atividade.

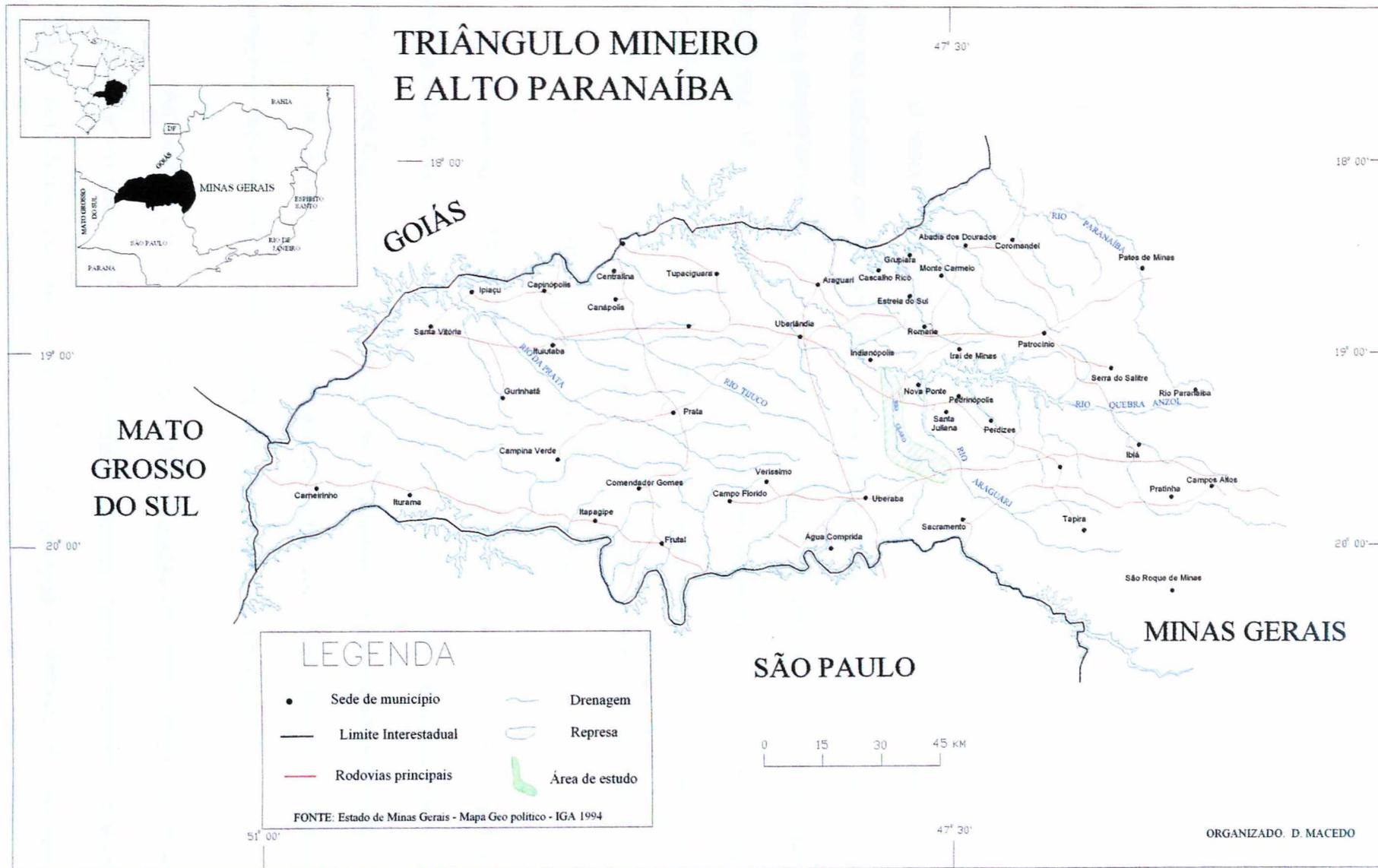


FIGURA 01- MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA ÁREA EM ESTUDO

## CAPÍTULO 1

### TURISMO, SUSTENTABILIDADE E PLANEJAMENTO: algumas reflexões

#### 1.1 - O Lazer e o Turismo

O lazer e o turismo são fenômenos que vêm ganhando peso cada vez maior no cotidiano da vida moderna. Nas últimas décadas, a temática do lazer e do turismo passaram a ter maior relevância no mundo acadêmico. O estudo do turismo, por sua vez, não pode ser desvinculado do estudo do lazer, uma vez que o turismo é uma atividade que se coloca no âmbito mais amplo do lazer. É preciso, portanto, compreender a questão do lazer e do uso do tempo, para que se possa melhor situar, analisar e gerir práticas relacionadas ao turismo.

Rodrigues (1997; 2001a) afirma que são fundamentais as discussões dos conceitos de tempo livre, ócio, lazer, recreação e turismo, os quais são, muitas vezes, usados como sinônimos, o que não é verdade. Todos esses conceitos, e até mesmo o de trabalho, não são estáticos, uma vez que mudam conforme o dinamismo das relações sociais, acompanhando o processo histórico.

As noções de lazer sempre foram utilizadas de forma vaga por diversos estudiosos, tendo suas raízes na Antigüidade clássica, desde Aristóteles, passando por Santo Agostinho, no século IV d.C., por Lafargue e Veblen, no período da Revolução Industrial, chegando aos precursores da ciência do lazer, como Riesman,

Friedman e Caillois. Mas todas as noções de lazer desses estudiosos sempre estiveram associadas a outros termos, a exemplo de ócio, recreação, lúdico e tempo livre, trazendo subjacente o valor de bem estar, de prazer.<sup>1</sup>

Do ponto de vista histórico-social, o lazer, em um contexto mais amplo, foi uma ocorrência característica da sociedade moderna urbano-industrial, fruto das reivindicações sociais por um “tempo de folga”, conquistado sobre o tempo de trabalho, ou seja, nos tempos modernos, com antecedentes fixados na Revolução Industrial, o lazer passou a ser concebido por uma perspectiva histórica, enquanto um direito social, intimamente vinculado ao aspecto tempo (WERNECK, 2000).

O primeiro autor a tratar o lazer como conceito foi Joffre Dumazedier. No dizer de Camargo (2001), a partir da abordagem desse autor o lazer deixou de ser apenas um construto intelectual e passou a ser tratado como um fato empiricamente delimitável e passível de observação sistemática, sendo assim reconhecido como o pai da sociologia empírica do lazer.

Dumazedier (1976, p. 34), na sua conceituação clássica, afirma ser o lazer

...um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Diante deste conceito, fica claro, para o autor, que o lazer teria três funções muito evidentes: a do descanso, a do divertimento (recreação e entretenimento) e a do desenvolvimento pessoal e social.

---

<sup>1</sup> Todas as noções de lazer dos referidos autores foram apresentadas por Camargo (2001).

Dumazedier (1980) considera o tempo de lazer como produto de revoluções modernas: primeiro, de uma revolução técnico-científica, a qual permitiu ao trabalhador produzir mais com menor tempo de trabalho, e, segundo, o lazer seria produto de uma revolução ético-estética, que colocou os valores do lazer como referência para o cotidiano e mesmo para as instituições de base da sociedade.

O lazer torna-se possível para a maioria dos trabalhadores somente quando ocorre uma explosão da unidade dos tempos sociais nas sociedades tradicionais. Assim, “primeiro o trabalho e depois o lazer escaparam dos ritos coletivos e passaram a ter um limite artificial, arbitrário, não regulado mais pela natureza” (DUMAZEDIER, 1980, p. 28).

Durante muito tempo, os indivíduos trabalhavam de acordo com o do ciclo da natureza, ou seja, regido pela luz do sol, pelas estações do ano, pelo nível individual de fadiga. O trabalho, no dizer de Dumazedier (1980), nesse período histórico, era intenso em tempos de plantio e colheita, e moderado na entressafra. O ritmo era natural, cortado por pausas, cantos, jogos, cerimônias, não se tornando nítido o corte do trabalho e repouso. Estes ciclos naturais eram marcados por uma sucessão de domingos e festas que aliviavam a carga de trabalho.

A Revolução Industrial fez surgir um novo modo de trabalhar e de habitar (cidades) e, conseqüentemente, de viver.

O processo de industrialização modificou o modo de produção, exigindo dos trabalhadores uma jornada de trabalho, muitas vezes superior a 16 horas diárias, durante os 365 dias do ano, dos 10 anos até a morte. O trabalho industrial chegava a ser de 4 mil horas/ano, multiplicando de três a quatro vezes o tempo anterior de trabalho rural.

Diante dessa situação, restritiva das oportunidades dos trabalhadores de vivenciarem momentos de não-trabalho, surgiram manifestações de diferentes setores da sociedade que reivindicaram um tempo exclusivo para o trabalhador, liberado do trabalho, tendo nos sindicatos dos trabalhadores o principal movimento para tais conquistas sociais. Essas reivindicações culminaram com a diminuição da jornada de trabalho, fins de semanas livres, férias remuneradas e aposentadoria, direitos garantidos pela legislação trabalhista no mundo todo, nos diversos estágios da industrialização.

No Brasil, as primeiras reivindicações dos trabalhadores ocorreram em 1917, durante uma greve nacional, cujo objetivo era reduzir a jornada diária para oito horas e deixar os domingos livres. Com o governo de Vargas (1930-1945), uma série de medidas foi baixada beneficiando os trabalhadores, como a instituição do salário mínimo, a regulamentação das férias, da aposentadoria e a legislação da jornada de oito horas; essas medidas culminaram com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em vigor até hoje, embora com algumas alterações.

O tempo livre adquirido pelo trabalhador “torna-se um tempo social e o lazer torna-se um produto da sociedade de consumo, mercadoria que se vende e se compra” (RODRIGUES, 1997, p. 109). Entretanto, tempo livre e lazer não são sinônimos. O lazer corresponde a apenas uma parte possível de uso do tempo livre pelo trabalhador.

Nas sociedades industrializadas, o lazer assimilou um conteúdo ideológico de tempo correspondente ao não trabalho, gerando novas atividades de ocupação do tempo livre, não apenas a busca natural de tempo privado do indivíduo,

mas uma necessidade de lazer criada de forma a apropriar ainda mais o tempo total do trabalhador.

No decorrer do século XX, o lazer passou a impulsionar a chamada indústria cultural do entretenimento. Para Werneck (2000, p. 139), o lazer é

concebido como uma mercadoria, parece ser revestido da capacidade de "vender" sonhos de diversão e felicidade, os quais prometem compensar as frustrações vividas no cotidiano, possibilitar a fuga da rotina e aliviar o estresse.

A prática de atividades de lazer pressupõe a existência e, conseqüentemente, o emprego do tempo livre. Camargo (1986) reconhece que as atividades de lazer são hedonísticas; e, sempre liberatórias de obrigações sociais, resultam de uma escolha pessoal restringida por determinismos culturais, sociais, políticos e econômicos.

Para Campos (2001), o lazer e, por extensão, o turismo, difere conforme as classes sociais; os recursos para o consumo dependem das condições de trabalho, assim como o tempo disponível para exercê-lo. Há atividades de lazer de classe alta, classe média e classes baixas. A maior ou menor desigualdade social estabelece as demandas.

Atualmente, o lazer está presente na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Federal do Brasil, sendo previsto como um direito social. Em alguns Estados e municípios do país, integra-se no conjunto das políticas públicas.

Cabe ressaltar, de acordo com Werneck (2000), que o acesso da população ao lazer não se esgota apenas na realização de determinadas

“atividades” que visam tão somente à diversão e ao relaxamento alienantes, descontextualizadas da dinâmica social. O significado do lazer precisa ser redimensionado e concebido no seio das dimensões socioculturais inscritas na realidade atual.

O tempo livre, lazer e urbanização estão muito ligados pelo próprio contexto histórico; os conglomerados urbanos são tidos como ambientes tensos e deteriorados. Assim, atualmente, a ideologia vinculada pela mídia reforça a idéia de lazer fora do ambiente urbano.

Nesse sentido, passa a existir uma busca por novos ambientes, principalmente os “naturais”, tidos como capazes de repor a energia física e mental. A natureza, de acordo com Rodrigues (1997, p. 113), “...tornou-se mercadoria e é vendida como capaz de devolver ao homem a paz e a tranqüilidade roubadas pela vida cotidiana nas cidades”.

A viagem torna-se necessária, quase obrigatória; portanto, objeto de consumo. São aproveitadas todas as oportunidades para se viajar e fugir do cotidiano. Viajar rende *status*: se não viajou, não curtiu as férias; enfim, a viagem tornou-se uma norma social. As viagens, sejam para a prática do lazer, ou qualquer outra atividade de caráter pessoal, profissional entre outras, tornam-se sinônimos de turismo.

Desta forma, “cria-se a ‘indústria’ do lazer e turismo que consagra a viagem como a única forma de livrar-se das neuroses urbanas e do cotidiano constrangedor das cidades” (RODRIGUES, 2001, p. 90).

Inúmeras críticas são feitas quanto à forma de viagem pela viagem, apenas como fuga do cotidiano, que muitas vezes depreda o ambiente natural e as culturas locais, muito recorrente entre os viajantes/turistas.

Krippendorf (2001) defende uma nova compreensão do lazer e das viagens. Seria necessário desenvolver outras formas de lazer para que todas as pessoas envolvidas possam tirar melhor proveito, sem prejudicar os habitantes e o meio ambiente locais. Talvez as viagens e o lazer longe de casa possam transformar-se realmente em um campo de aprendizado, com enriquecimento interior, exercendo a liberdade, a compreensão mútua, a solidariedade, e tornando o indivíduo capaz de redescobrir, ao regressar, o próprio cotidiano.

A relação entre turismo e lazer nos mostra uma grande confusão entre os conceitos, pois eles estão inter-relacionados, e têm dinâmicas próprias. O turismo e o lazer, para Rodrigues (1997), podem, em princípio, ser considerados como atividades simbióticas, podendo haver lazer sem turismo; contudo, turismo pressupõe deslocamento e lazer, embora existam algumas formas de turismo que não são necessariamente para a prática de lazer, como se verá adiante.

Na tentativa de elucidar essa relação entre turismo e lazer, Camargo (2001) demonstra que o lazer engloba três grandes grupos de atividades e campos de negócios:

- o primeiro grupo baseado na mídia e desenvolvido essencialmente em domicílio – audiência de rádios e tevê, discos, leitura de livros, jornais e revistas, *videogame*, computador e Internet ;

- o segundo grupo baseia-se nas relações com outros e com o ambiente da própria cidade – frequência a parques, academias de ginásticas, teatros, cinemas, bares, restaurantes, danceterias e *shopping centers*;
- o terceiro grupo baseado na viagem e na hospedagem fora de casa.

O último ponto, assim, confunde-se com o turismo. As viagens de lazer, fora da cidade onde o indivíduo mora, podem ser consideradas como lazer turístico, embora haja formas de turismo que não se confundem com lazer e vice-versa. O lazer turístico seria, então, aquele que envolve um deslocamento físico da cidade onde o indivíduo reside.

Dessa forma, Camargo (2001) chegou a algumas conclusões: a primeira diz respeito ao fato de que nem tudo o que é lazer reduz-se ao turismo. Mas a viagem e, portanto, o turismo, pode ser a ocasião para a prática de todos os tipos de lazer. O fenômeno turístico surgiu e afirmou-se basicamente como uma atividade de lazer, que busca e experimenta fora do domicílio habitual.

A segunda conclusão é, conseqüentemente, que também o turismo não se reduz ao lazer. Muitas motivações para a viagem não são a de lazer, como as visitas a parentes e amigos, o traslado para negócios, por motivos de saúde e religiosos. Mas, quase sempre, buscam-se alguns ingredientes do turismo de lazer nessas viagens.

Muitos desses deslocamentos turísticos obedecem a expectativas que vêm das esferas sócio-profissionais, sócio-familiares, sócio-religiosas e de saúde dos indivíduos, marcadas pelas obrigações decorrentes dessas esferas.

Notadamente, verificam-se duas tendências na relação entre os estudos do lazer e turismo e vice-versa: a primeira diz respeito à massificação do lazer por meio do turismo, ou seja, a mercadização do lazer via turismo. O lazer, desse modo, pode ser transformado em fator alienante e desagregador social, contrapondo-se àqueles que enfatizam o lazer como elemento dinâmico do desenvolvimento cultural, que desempenham funções essenciais nas estruturas físicas e psíquicas dos indivíduos, como um exercício de liberdade e criatividade.

Atualmente, em virtude dessa contradição, surgem posturas diferenciadas sobre o turismo, com visões diferentes, a exemplo da Organização Mundial do Turismo (OMT) e do chamado *trade* turístico, que muitas vezes analisa a qualidade do turismo somente pelo prisma dos quilômetros viajados e dos dólares gastos.

Nesse sentido, o turismo é repensado extrapolando-se a sua condição de mercadoria, sendo contextualizado em uma perspectiva que parte do tempo livre e do aproveitamento em função da auto-realização e do enriquecimento pessoal (PAIVA, 1995).

Portanto, sob este prisma, o turismo poderá desenvolver-se num processo mais harmonioso, com respeito ao meio ambiente e às populações locais.

## 1.2 - O Fenômeno do Turismo e os impactos econômicos, ambientais e socioculturais associados

Há inúmeras definições de turismo. Esta conceituação talvez não se esgote pois, desde as primeiras viagens organizadas até os dias atuais, a sociedade sempre esteve em constante transformação, demonstrando que o turismo pode se revelar em muitas facetas.

O turismo, portanto, é um fenômeno complexo, caracterizado por uma constante transformação e dinamismo, refletidos em todas as atividades da sociedade.

O termo "turismo" surgiu no século XIX: é um galicismo da língua inglesa – *tour* (passeio em francês), derivando no termo inglês *tourism*, empregado para designar as viagens da burguesia inglesa à costa mediterrânea francesa.

Contudo, sabe-se que o homem vem realizando viagens desde a Antigüidade, por diversos motivos, de acordo com o momento histórico, seja por interesses econômicos, religiosos, culturais, esportivos ou políticos.

Para Cruz (2001), o turismo é uma prática social que tem mudado de sentido com o passar dos anos, revelando, a cada tentativa de conceituação, seu caráter de dinamismo. Estando essa prática social agregada ao mercado, tem no espaço seu principal objeto de consumo.

Ignarra (2001) define o turismo como uma atividade econômica que tem no território, na paisagem e no patrimônio natural e cultural, suas principais matérias-

primas. O autor acredita que não é possível produzir turismo sem que haja, direta ou indiretamente, uma participação do Poder Público, tendo na ação governamental um elemento estratégico para o desenvolvimento do setor turístico.

Rodrigues (1999) observou que o turismo é um fenômeno econômico, político, social e cultural dos mais expressivos das sociedades ditas pós-industriais. Envolve uma enorme movimentação de pessoas e de capital por todo planeta.

Ressaltando a complexidade do turismo, Arlete Rodrigues (1999 , p. 48) observa que

O turismo é uma atividade complexa que compreende tanto a produção como o consumo, tanto as atividades secundárias (produção de espaço) como terciárias (serviços) que agem articuladamente, apropriando-se de lugares "exóticos" de "paisagens naturais", de "paisagem histórica", transformando-os em lugares que deverão ser observados para se obter conhecimentos culturais, históricos, possibilitando o descanso e várias outros motivos simbólicos ou reais.

A Organização Mundial do Turismo, um organismo oficial, de esfera global, conceitua o turismo como qualquer deslocamento voluntário e temporário do homem para fora de sua residência habitual por razão diferente a que se exerce como atividade remunerada, em um período superior a 24 horas e inferior a 60 dias.

O mesmo organismo classifica sob o termo *excursionismo* viagens com duração inferior a 24 horas, sem pernoite, com as mesmas finalidades que caracterizam um turista. Assim, esse viajante é considerado um excursionista ou turista de um dia, ou seja, o que realmente interessa aos setores de turismo é o tempo de permanência, o tempo de estadia.

A definição da OMT é útil para padronizar o conceito de turismo nos vários países membros da organização, auxiliando na construção de indicadores

estatísticos da atividade turística, e servindo para o dimensionamento do turismo no mundo. Porém, tal definição não consegue exprimir a real magnitude do fenômeno no qual o turismo se transformou.

Muitos dos conceitos correntes sobre turismo apresentam alguns elementos comuns, relativamente diferentes, sendo eles: a permanência fora do domicílio, as relações decorrentes da viagem ou deslocamento e o fator econômico, revelando toda a complexidade do turismo.

São muitas as definições e pesquisas em turismo que privilegiam o caráter econômico da atividade, visto que a área de atuação do turismo abrange empresas com atividades de várias naturezas, que visam lucro por meio da prestação de serviços, como qualquer atividade econômica. Contudo, o estudo do turismo pode extrapolar essa visão econômica e técnica, podendo ser tratado por uma multidisciplinidade de ramos da ciência.

Para Trigo (1998), qualquer instituição educacional, governo, empresa ou grupo que deseja promover o estudo do turismo deve entender que alguns tópicos são essenciais, além da visão econômica. Deve-se analisar criticamente o processo de globalização e a dinâmica das sociedades pós-industriais; considerar a ética e a sustentabilidade como vitais para o turismo, compreender a inserção do turismo no contexto maior do entretenimento, da educação, mídia e cultura, ter consciência da necessidade de justiça social e promoção do ser humano.

A atividade turística se intensificou a partir da Segunda Guerra Mundial, resultante do avanço tecnológico, da evolução das telecomunicações e dos transportes, uma vez que estes recursos proporcionaram a redução das distâncias

de maneira considerável, permitindo o deslocamento rápido das pessoas para diversas regiões do globo, bem como a comunicação entre elas a esse propósito.

Aliadas a esses fatos, somam-se as conquistas dos trabalhadores, que obtiveram maiores oportunidades de lazer, fruto da diminuição da carga horária de trabalho e férias, levando inúmeras pessoas a viajarem.

O setor turístico é a atividade econômica de maior crescimento no mundo contemporâneo, assumindo destaque na economia mundial.

Segundo a instituição World Travel and Tourism Council – WTTC, com base no ano de 1997, o turismo mundial teve um faturamento de US\$ 4,5 trilhões, alcançando 4% do PIB mundial. Geram-se US\$ 792 bilhões em impostos, cerca de 4,2% do total mundial; em ingresso de divisas, US\$1,1 trilhão, e US\$ 656 bilhões em investimentos gerais. São gerados aproximadamente 207 milhões de empregos diretos, representando 9% dos empregos em nível mundial. Calcula-se que são 657 milhões de turistas circulando pelo mundo.

Contudo, os países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil e dos países da América Latina, encontram muitos obstáculos à exploração turística, mesmo tendo grande potencial para o desenvolvimento da atividade, principalmente no que se refere aos recursos naturais. As dificuldades decorrem das desigualdades na distribuição de renda, fragilidade econômica, escassez de recursos para investimento no setor, e restrições na infra-estrutura urbana.

Para garantir a expansão do turismo no Brasil, foi implantado, a partir de 1996, o Sistema Nacional de Turismo. O decreto instituinte definiu o que corresponderia à política nacional de turismo, quando criou o Conselho Nacional de

Turismo (CNTur), e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) que, vinculada ao Ministério de Indústria e Comércio, estabeleceu os primeiros incentivos fiscais e financeiros à atividade turística.

Uma das últimas propostas oficiais para o setor de turismo foi o Programa Nacional de Municipalização ao Turismo (PMNT), que propõe a descentralização do turismo, incentivando os municípios a criarem seus próprios projetos. São realizadas oficinas em todo território nacional para a implementação de projetos condizentes às potencialidades locais, sendo vistas como uma verdadeira panacéia para as regiões economicamente deprimidas. Contudo, este discurso tem sido criticado por diversos profissionais, inclusive pelos geógrafos.

Recentemente, o Brasil por intermédio da EMBRATUR, analisando esta atividade, diagnosticou 52 setores econômicos alavancados pelo turismo, com a geração de US\$ 59 bilhões, cerca de 7,5 % do PIB, com ingresso de divisas na ordem de US\$ 8 bilhões, 10% do total, e investimentos de US\$ 8,5 bilhões (6,2% do total). São aproximadamente 5,1 milhões de turistas internacionais que chegam ao país, gerando 5,4 milhões de empregos diretos (7,5% do total).

A atividade turística está muito diversificada, tanto do ponto de vista da oferta, como da demanda, exigindo esforços dos empreendedores para atender a uma clientela cada vez mais exigente. Dessa forma, muitas modalidades de turismo surgiram, ditos turismo alternativo (ecológico, religioso, saúde, negócio). O objeto de consumo e a forma de consumir o espaço contrapõem-se ao turismo de massa, caracterizado como uma modalidade de turismo que mobiliza grandes contingentes de viajantes.

No Brasil, o modelo de turismo ainda predominante é o “sol e praia”, realizado nas áreas litorâneas, embora ocorra a adoção de uma política voltada para o incremento de novas formas de turismo, especialmente do eco-turismo e do turismo rural. A mais nova tendência no turismo brasileiro são os mega-empresendimentos hoteleiros do tipo *resort*, que vem se multiplicando ao longo da costa brasileira.

O marketing turístico, atendendo às necessidades mercadológicas do *trade* turístico, contribui para a segmentação do mercado turístico e seu desenvolvimento: cada vez mais se registram campanhas publicitárias que exaltam os bens e serviços turísticos em toda forma de mídia.

Com a globalização e com as novas tecnologias, o turismo deixa de ser apenas um complexo socioeconômico, passando a abranger componentes sociais, culturais, políticos, ecológicos, psicológicos, tecnológicos e econômicos. Trigo (1998, p. 9) argumenta que “o turismo está ajudando a redesenhar as estruturas mundiais, influenciando a globalização, os novos blocos econômicos e, em última análise, a nova ordem internacional”.

Diante do fenômeno que o turismo se transformou na atualidade, e de suas complexas implicações sócio-espaciais nas mais variadas escalas, reforça-se o entendimento de que há uma grande relevância no tema turismo enquanto objeto de estudo da ciência geográfica.



O expressivo crescimento do turismo coloca-o em destaque nas políticas públicas de muitos países, que enxergam nessa atividade a possibilidade de alavancar suas economias.

O turismo, por conseguinte, é visto como uma panacéia para os problemas de um determinado lugar. Sabe-se, entretanto, que, em muitos desses países, a atividade turística possui grande participação no PIB, tornando-os altamente dependentes da atividade.

Fruto desse alto crescimento e dos lucros da atividade, a euforia que o turismo evoca equaliza-se com as preocupações suscitadas pelos inúmeros problemas registrados tanto nos aspectos ambientais quanto sociais e culturais nas mais diversas escalas territoriais.

Durante muito tempo, o turismo foi tratado apenas como vantagens econômicas, apesar de atualmente surgirem preocupações em analisar os custos e benefícios desta atividade para a economia, o meio ambiente e a sociedade.

Ao analisarmos os impactos do desenvolvimento do turismo em certas localidades, geralmente o meio ambiente recebe a atenção principal, embora seja possível acreditar que os aspectos econômicos, sociais e culturais, exercidos sobre as comunidades receptoras, sejam igualmente importantes.

Cabe ressaltar, também, como coloca Paulo Pires (2001, p. 240-241), que

O caráter dinâmico e multifacetado das relações de interdependência que se estabelecem entre o ambiente físico, juntamente com seus suportes ecológicos, e as atividades humanas no seu sentido mais amplo (realizações materiais, relações sociais, poder econômico e valores culturais), levam a admitir que o desencadear do processo turístico produzirá, inevitavelmente, impactos de desdobramentos positivos e negativos com seus efeitos sinérgico no tempo e no espaço, todos recaindo sobre o homem, a sociedade e o entorno natural.

Os estudos comprometidos em compreender e minimizar os impactos advindos do turismo fizeram crescer a produção científica do turismo, tendo como objetivo dar-lhe base teórico-conceitual.

Os geógrafos têm papel importante nos avanços dessas pesquisas, com destaque para as investigações dos impactos da atividade nos seus mais diversos aspectos, principalmente no que se refere àqueles relacionados ao meio natural.

Na academia, são inúmeras as informações e abordagens sobre o tema, retratado de acordo com os interesses dos pesquisadores. Nesta pesquisa, aborda-se essa questão de forma sucinta, apresentando os impactos do turismo, com ênfase para o meio natural.

Para Ruschmann (1997), os impactos do turismo referem-se à gama de modificações ou à seqüência de eventos provocados pelo processo de desenvolvimento turístico nas localidades receptoras, tendo origem numa complexa interação entre os turistas, as comunidades e os meios receptores.

A massificação do turismo ocorreu a partir da década de 1950, tendo seu apogeu nas décadas seguintes. Ruschmann (1997) explica que esse crescimento teve forte domínio sobre os recursos naturais e sobre as comunidades receptoras, ocorrendo uma generalizada degradação sócio-ambiental em vários pontos turísticos do mundo, onde patrimônios naturais e culturais foram expostos à visitação intensa, sem estudos prévios da capacidade de suporte.

É sobre o turismo de massa que geralmente recaem as críticas condizentes à destruição de ambientes naturais e culturais. Notadamente, o dito

turismo alternativo não está alheio aos impactos negativos do turismo, especialmente aqueles em que a atividade é exercida em ambientes frágeis e em pequenas comunidades, que serão tratadas de forma específica posteriormente.

No Brasil, não existem avaliações sistemáticas dos impactos do turismo nas localidades em que se concentram, nem mesmo metodologia específica para tal, sendo utilizado o EIA/RIMA como subsídio para os trabalhos na área. Mas, em virtude dos impactos registrados em muitas localidades, cresceram as pesquisas, os encontros e as publicações sobre o assunto.

Vários pesquisadores categorizam de forma semelhante alguns dos impactos potenciais do turismo sobre o meio natural e cultural, inclusive a OMT (2003), que apresenta uma série de malefícios quanto aos problemas advindos do turismo. Aqui destacam-se os principais tipos de impactos ambientais potenciais da atividade, sendo eles:

- poluição da água, do ar e sonora;
- impactos no solo (erosão e deslizamento);
- impactos na fauna e flora;
- impactos estéticos sobre a paisagem (edificações, teleféricos, estacionamentos);
- impactos nos recursos hídricos.

Ruschmann (1997) caracteriza os principais impactos ambientais provocados pelo turismo como sendo os seguintes: poluição do ar, água, sonora e acumulação imprópria de lixo; destruição da paisagem natural e de áreas agro-

pastoris; destruição da fauna e flora, degradação da paisagem, de sítios históricos e de monumentos; congestionamentos de vias de acesso; e saturação do espaço por turistas; conflitos entre turistas e população residente.

Observam-se também os impactos sobre o ambiente construído pelo homem, impactos esses já mencionados nesse trabalho, onde sítios arqueológicos, construções históricas em aldeias, cidades e metrópoles que, devido à sua aparência estética e interesse histórico, tornam-se atrativos turísticos, podendo ser afetados fisicamente, ou seja, descaracterizados em sua autenticidade e originalidade, por inúmeros motivos, entre eles a implantação de facilidades e infraestrutura turística.

O turismo tem importantes impactos na paisagem, sejam negativos ou positivos. A atividade turística abriga em seus atrativos (naturais ou culturais) a possibilidade de desenvolvimento econômico e social, nos parecendo ser evidente o interesse da atividade de preservação destes patrimônios. Assim, em contraposição aos impactos negativos da atividade, ela também pode ser uma força positiva para o meio natural e cultural.

Ruschmann (1997) relatou que os impactos ambientais positivos ocorridos nos ambientes naturais estão relacionados à criação de planos de conservação e preservação de áreas naturais, de sítios arqueológicos e monumentos históricos, ou seja, criação de áreas programadas e entidades (governamentais e não governamentais) de proteção do meio ambiente.

Outro ponto positivo, para Swarbrooke (2000), estaria relacionado ao fato de, para o turismo, ser possível despertar a consciência dos turistas e da

comunidade local quanto às questões ambientais, levando-os a participar de campanhas pela proteção ambiental.

Os aspectos socioculturais do turismo têm recebido menos atenção no debate quando se fala dos impactos da atividade. Para Swarbrooke (2000, p.109), esta constatação talvez seja percebida “porque os impactos socioculturais do turismo geralmente ocorrem de maneira vagarosa e discreta com o passar do tempo”, sendo em grande parte invisíveis e intangíveis. Mas, “geralmente é permanente, com pouca ou nenhuma oportunidade de reverter as mudanças um vez ocorridas”.

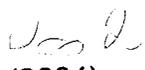
Os impactos socioculturais do turismo nas comunidades receptoras, tanto os negativos quanto os positivos, são de difícil mensuração, devido à subjetividade que envolve o assunto. Contudo, muitos autores parecem concordar com o fato de que os principais problemas ocorrem nos países em desenvolvimento, onde os turistas são advindos dos países desenvolvidos.

Dentre os impactos socioculturais negativos, pode-se destacar a alteração de valores morais: prostituição (turismo sexual), criminalidade, desrespeito; descaracterização do artesanato; vulgarização das manifestações tradicionais; arrogância cultural (desrespeito à cultura local) e destruição do patrimônio histórico. E, em contrapartida, o turismo pode valorizar o folclore, o artesanato, a gastronomia típica, despertar o orgulho étnico das comunidades receptoras (RUSCHMANN, 1997).

Swarbrooke (2000) relaciona alguns fatores que podem determinar se os resultados dos impactos socioculturais serão positivos ou negativos:

- a força e a coerência da sociedade e da cultura locais;
- a natureza do turismo na localidade;
- o grau de desenvolvimento econômico e social da população local em relação aos turistas;
- as medidas tomadas, se forem o caso, pelo setor público, para administrar o turismo de modo a minimizar seus custos socioculturais.

A respeito dos efeitos econômicos gerados pela atividade turística, pesquisas inúmeras foram realizadas nos níveis local, regional e nacional pois, de certa forma, os impactos econômicos nas localidades turísticas são relativamente mais fáceis de medir que os naturais e socioculturais.

  
 Ignarra (2001) ressalta que o turismo possui um grande impacto na economia mundial por ser constituído por um conjunto de prestadores de serviços, com grande participação do PIB de muitos países, além de grande gerador de empregos.

Swarbrooke (2000) mostra que o turismo traz tanto benefícios econômicos como custos, alertando que os impactos econômicos do turismo dependem, em parte, da natureza da economia nas localidades turísticas. O autor relaciona os benefícios e os custos econômicos do turismo, cuja natureza exata varia entre as diferentes destinações, de acordo com os benefícios e os custos:

### **Benefícios**

- criação de empregos;

- injeção de renda na economia local pelo efeito multiplicador;
- auxílio para a manutenção da viabilidade dos negócios locais;
- reforma e reestruturação da economia em cidades e metrópoles onde outras atividades industriais estão em declínio;
- estímulo a investimentos internos e industriais;

### **Custos**

- muitos empregos são mal remunerados e/ou sazonais;
- custos de ocasião (dinheiro investido em turismo que não poderá ser usado posteriormente para outras finalidades);
- congestionamentos;
- a necessidade de investir em infra-estrutura dispendiosa que pode ser usada apenas uma parte do ano;
- excessiva dependência do turismo, tornando a economia local vulnerável a mudanças no mercado de turismo.

Apesar da tendência de crescimento do turismo em escala mundial, muitos pontos devem ser analisados, como a globalização e o crescimento das empresas multinacionais, que podem ameaçar um desenvolvimento turístico sustentável.

Por fim, evidentemente, a atividade turística provoca impactos ambientais, socioculturais e econômicas, com importantes inter-relações entre eles. Swarbrooke

(2000, p. 129) coloca que, na busca de um equilíbrio, “parece que os impactos ambientais são negativos, os efeitos econômicos positivos e os socioculturais uma combinação de ambos”.

Todos estes fatos correlacionados aos impactos do turismo ressaltam a necessidade do planejamento e gestão da atividade do turismo, comprometida com um desenvolvimento mais sustentável para a atividade.

### **1.3 – O Turismo sustentável**

Recentemente, o conceito de turismo sustentável tornou-se tema de inúmeras discussões de estudiosos e gestores da atividade turística. Sabe-se, no entanto, que as reflexões a respeito deste tema perpassam pelo conceito mais amplo de sustentabilidade, já largamente disseminado. Contudo, dada a complexidade do fenômeno turístico, constituiu-se tarefa difícil identificar os fatores que concorrem para sua sustentabilidade, visto ser o próprio conceito de sustentabilidade, por si, representante de uma série de incongruências.

As preocupações mundiais em relação ao crescimento econômico baseado no uso desenfreado dos recursos naturais desencadearam uma série de discussões sobre o rumo a ser seguido pelo homem na busca de um desenvolvimento alternativo ao predominante, principalmente a partir do final da década de 1960.

Assim, várias conferências e reuniões foram realizadas na tentativa de alcançar um modelo de desenvolvimento alternativo ao vigente, com destaque para a Conferência de Estocolmo, em 1972, quando as discussões sobre a destruição do meio ambiente ganharam enorme relevância, em todo mundo.

O surgimento da teoria do **ecodesenvolvimento**, desenvolvida pelo francês Ignacy Sachs na década de 1970, evidenciava a necessidade de mudança nos padrões de consumo e exploração dos recursos naturais, sendo de grande relevância no meio científico-acadêmico. Sachs (2000) evidenciava a necessidade de cinco tipos de sustentabilidade, sendo elas a sustentabilidade social, a econômica, a espacial, a cultural e a ecológica e, mais recentemente, o autor inclui novos tipos, como a política e a territorial.

A publicação do relatório *Nosso Futuro Comum*, também conhecido como relatório Brundtland, redigido em 1987, pela Comissão Mundial do Meio ambiente da Assembléia Geral das Nações Unidas, denominou o termo “sustentabilidade” como a forma alternativa ao modelo de crescimento econômico, consolidando, assim, o conceito de “desenvolvimento sustentável” que, na Eco 92, no Rio de Janeiro, consagrou o conceito e teve seu uso amplamente disseminado, sendo exposto na *Agenda 21*, adotada pela conferência.

Dessa forma, a OMT, tendo como parâmetro a *Agenda 21*, programa adotado por 182 governos na Conferência da Terra, em 1992, lançou a *Agenda 21 para viagens e turismo: rumo ao desenvolvimento ambiental sustentável*, apresentando o papel específico que as viagens e o turismo podem desempenhar na conquista dos objetivos da *Agenda 21*, estabelecendo áreas e ações prioritárias.

O conceito de desenvolvimento sustentável, contido no relatório Brundtland, baseava-se na idéia de que o crescimento econômico deveria transcorrer de uma maneira ecológica e socialmente mais igualitária. A partir de então, o conceito de sustentabilidade, passou a ser discutido em todas as esferas da sociedade; mas apesar dos significativos avanços teóricos, o uso inadequado e vulgar do termo, por vezes, leva à perda do seu sentido prático e coerente.

Dessa forma, continuam as articulações entre os países e as instituições na busca da implementação dos conceitos e práticas para a melhoria do desenvolvimento sustentável, a exemplo da recente realização da Rio + 10, em Joanesburgo, na África do Sul.

 Rodrigues (1997, p. 98), analisando essa preocupação atual com o meio ambiente e sua degradação, verificou que

*...com a eclosão dos movimentos ambientalistas e com a aplicação de legislações rígidas de defesa ao ambiente aliadas a maior conscientização da população, da política e do empresariado, a situação tem começado a reverter-se. À medida que avançamos pela década de noventa intensifica-se a preocupação pelos problemas ambientais com grandes repercussões no turismo.*

No turismo, o conceito de sustentabilidade foi incorporado na tentativa de superar o modelo de desenvolvimento turístico predominante até hoje; paralelamente, os impactos do turismo foram sendo amplamente debatidos e divulgados, contribuindo para o surgimento da proposta de turismo sustentável.

A partir da década de 1990, quando o termo turismo sustentável se difunde, tem-se, na maioria das vezes, nas definições desse conceito, além das preocupações com o meio ambiente, os aspectos sociais e culturais, especialmente no tocante às comunidades locais.

Nesse sentido, Swarbrooke (2000, p. 19) define o turismo sustentável como aquele “que é economicamente viável, pois não destrói os recursos dos quais o turismo no futuro dependerá, principalmente o meio ambiente físico e o tecido social da comunidade local”.

Conforme Petrocchi (1998), a preocupação dos gestores do turismo com a preservação da natureza instalou um conflito entre a promoção do turismo e a preservação. Dessa forma, o turismo sustentável define esse confronto, no qual a expansão da atividade deve respeitar a capacidade territorial de receber visitantes, impondo limites ao crescimento da atividade pela preservação do meio ambiente, tanto do ponto de vista físico como do social.

A OMT (2003, p. 24) adotou a abordagem sustentável para o turismo, aplicando a todos os seus estudos de planejamento e de desenvolvimento turísticos, definindo o turismo sustentável da seguinte forma:

Turismo sustentável atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras ao mesmo tempo em que amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida.

Para a OMT, deveria existir uma parceria para o desenvolvimento do turismo sustentável, visto que a atividade, o meio ambiente e as comunidades locais estão intimamente inter-relacionados.

Por conseguinte, os parceiros seriam: o *trade* turístico – os proprietários e gerentes de empreendimentos comerciais de turismo; os apoiadores das causas

ambientais – os defensores da conservação ambiental e a comunidade – residentes, grupos e líderes comunitários e as autoridades locais (OMT, 2003).

Portanto, a cooperação entre todos os parceiros, além de essencial, poderia tornar o turismo próspero e sustentável, gerando qualidade de vida nas localidades turísticas, ressaltando que as autoridades locais deveriam assumir o papel principal na busca dessa cooperação pois, sem ela, o turismo não poderá desenvolver-se e atender às expectativas da sustentabilidade.

Existem muitas controvérsias e imprecisões condizentes ao termo turismo sustentável. Todavia, acredita-se que o princípio da sustentabilidade aplicado ao turismo deveria ir além da dimensão ecológica, compreendendo também a melhoria das condições econômicas e sociais das populações autóctones e satisfação dos turistas.

A difusão do conceito de turismo sustentável, mesmo estando em processo de construção, devendo ser melhor entendido, tem, por parte daqueles interessados pelo desenvolvimento da atividade, reconhecida sua importância, bem como a necessidade de metodologias para levar as premissas do turismo sustentável para a prática do planejamento e da gestão.

Reforçando esse pensamento, Petrocchi (1998) afirma que a agressão ao meio ambiente, em uma visão mais ampla, ou seja, física, social e cultural, pode trazer danos/prejuízos severos e, muitas vezes irreversíveis a certas localidades turísticas, tornando as diretrizes do turismo sustentável, assim, imprescindíveis na gestão do turismo.

Na preocupação em difundir a idéia de turismo sustentável e subsidiar práticas sustentáveis, foi aprovado, em 1999, o Código de Ética do Turismo, na cidade de Santiago do Chile, contendo 10 Artigos, resultantes de uma Resolução adotada na Assembléia Geral da Organização Mundial do Turismo, em Istambul, em 1997. O Código propõe a construção do turismo com referências nas premissas do desenvolvimento sustentável, defendendo o respeito ao meio ambiente e a valorização dos usos e costumes locais, potencializando os benefícios econômicos, sociais e culturais. O Artigo 3, deste código, trata especificamente do turismo como fator de desenvolvimento sustentável, ressaltando as preocupações em salvaguardar os recursos naturais em meio ao desenvolvimento econômico e o respeito às comunidades locais.

No entanto, os benefícios gerados pela adoção de uma prática turística sustentável foram listados na Conferência Globo'90, em Vancouver, no Canadá, em 1990; assim a lista diz:

- turismo sustentável estimula uma compreensão dos impactos do turismo nos ambientes natural, cultural e humano;
- turismo sustentável assegura uma distribuição justa dos benefícios e custos;
- turismo sustentável procura tomar decisões em todos os segmentos da sociedade, inclusive populações locais, de forma que o turismo e outros usuários dos recursos possam coexistir. Ele incorpora planejamento e zoneamento assegurando o desenvolvimento do turismo adequado à capacidade de carga do ecossistema;

- turismo sustentável do ponto de vista do meio ambiente demonstra a importância dos recursos naturais e culturais para a economia de uma comunidade e seu bem-estar social, e pode ajudar a preservá-los;
- turismo sustentável monitora, assessora e administra os impactos do turismo, desenvolve métodos confiáveis de obtenção de respostas e opõe-se a qualquer efeito negativo.

Estes princípios norteadores do turismo sustentável têm sido amplamente discutidos por estudiosos e pesquisadores, visto que ainda não se conseguiu transpor da teoria para a prática os benefícios do turismo sustentável, tidos como potencialmente capazes de maximizar os benefícios ambientais, sociais e econômicos.

No meio acadêmico, são muitas as críticas em relação ao desenvolvimento do turismo sob o rótulo da sustentabilidade, posto que esta atividade utiliza os recursos naturais como meios de produção de capital, fato bem evidenciado nas afirmações de Arlete Rodrigues (2000, p. 49):

A atividade turística é, em sua própria essência, incompatível com uma idéia de desenvolvimento sustentável. A atividade turística não é compatível sequer com a noção de desenvolvimento auto-sustentado, porque dirige o consumo aos lugares 'exóticos', transformando-os para serem 'comercializáveis', nos padrões de 'conforto e qualidade de vida do mundo moderno', retirando, portanto, em curto espaço de tempo, o caráter exótico desses lugares.

Swarbrooke (2000), criticando a atual gestão do turismo sustentável, afirma que a aceitação do termo criou idéias que parecem ser tão amplamente aceitas que raramente são questionadas, embora o rótulo de "sustentável" esteja sendo usado para, simplesmente, incrementar margens de lucro ou atrair novos

segmentos de mercado. Assim, o autor acredita que o assunto é mais complexo do que se poderia imaginar à primeira vista, devendo-se estimular o debate e novas pesquisas para auxiliar no desenvolvimento de novas formas sustentáveis de turismo.

Para Swarbrooke (2000), ainda criticando o pensamento corrente sobre a gestão do turismo sustentável, alguns princípios poderiam mudar a abordagem em relação ao mesmo. Dentre estes princípios, destaca-se que o turismo, por natureza, não é sustentável, devendo ser debatido com mais objetividade, procurando passar da geração de estratégias para a implementação. E mais, admitir seu caráter altamente político, dependente do mercado, além da ênfase devida sobre os turistas, que determinam o impacto final da atividade.

Evidentemente, o turismo pensado sob a ótica da sustentabilidade é recente e, por isso mesmo, depende de mais pesquisas, uma vez que, em tese, os benefícios são muitos, tornando um desafio transformar as idéias do turismo sustentável em estratégias sustentáveis concretas.

## 1.4 - O turismo alternativo como mecanismo de desenvolvimento

### local

A expressão turismo alternativo surge como forma de contraposição ao chamado turismo de massa, caracterizando modalidades de turismo que, do ponto de vista de seu objeto de consumo e da forma de consumo, sejam alternativas ao modelo dominante.

Essas modalidades de turismo, colocadas como alternativos, de acordo com Cavaco (1996, p. 105), são:

...formas de turismo que em principio respeitam as capacidades de carga dos meios de acolhimento, em termos naturais, culturais e sociais, com conservação dos recursos locais, físicos e humanos, incluindo os de interesse turístico, diminuindo custos e elevando benefícios e, não menos importantes, reduzindo as saídas de divisas.

Krippendorf (2001), analisando essas formas de viagens alternativas, acredita que ainda não se tem uma noção bem definida sobre elas, apesar de o imperativo dos turistas alternativos ser o de dissociar-se do turismo de massa. Mas, de qualquer forma, tais viagens tornaram-se parte de um mercado, revelando um grande negócio comercial.

Quando analisa-se o turismo alternativo, verificam-se, embutidas em seus conceitos, as premissas da sustentabilidade e a possibilidade de desenvolvimento dessa forma de turismo com base local, ou seja, áreas decadentes e estagnadas poderiam alcançar os benefícios econômicos da atividade turística e, ao mesmo tempo, mitigar os impactos negativos da atividade, preservando as identidades culturais e as relações sociais das comunidades locais.

As primeiras propostas de turismo desenvolvido com base local surgiram nos anos 1980, nos países da Europa Ocidental, em virtude do quadro de estagnação sócio-econômica e dos processos de degradação ambiental, verificado nesses países europeus.

No Brasil, alguns passos foram dados na direção do desenvolvimento do turismo local, com destaque para o Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), elaborado pela EMBRATUR, que teve como objetivo fortalecer o poder público municipal para que, em conjunto com as instituições privadas e os representantes da comunidade, assuma a co-responsabilidade e participe da definição e da gestão das políticas, dos programas e das ações locais voltadas para o desenvolvimento do turismo sustentável.

Contudo, o plano recebeu algumas críticas, principalmente por não levar em consideração as heterogeneidades social, cultural e econômica do território nacional. Assim, deve ser detalhado melhor, com o propósito de contribuir com os planejadores e gestores dos municípios com potencial para desenvolvimento de formas alternativas de turismo.

Todavia, as modalidades de turismo alternativo vêm ganhando cada vez mais espaço como propostas para o desenvolvimento local. Para Cavaco (1996, p. 98), "o desenvolvimento local assenta na revitalização e diversificação da economia, capaz de fixar e atrair população, de ocupar a população potencialmente ativa, com êxito econômico, profissional e social...".

O conceito de desenvolvimento local, classicamente, decorre de estudos condizentes à micro-economia, estando associado à quebra de paradigmas do mundo pós-crise, vinculado à falência do modelo desenvolvimentista dominante e

das demandas naturais de um mundo complexo, em transformação de valores e de novas abordagens.

Perez e Carrillo (2000, p. 48) definem desenvolvimento local como:

...aquele processo reativador da economia e dinamizador da sociedade local que mediante o aproveitamento dos recursos endógenos existentes em uma determinada zona ou espaço físico é capaz de estimular e fomentar o seu crescimento econômico, criar emprego, renda e riqueza e, sobretudo melhorar a qualidade de vida e o bem estar social da comunidade local.

Assim, de acordo com os autores, as origens e as nuances do conceito de desenvolvimento local estariam baseado e fundamentado principalmente no aproveitamento dos recursos naturais, humanos e de infra-estrutura dos locais.

A Agenda 21, citada anteriormente, incentiva o planejamento e a gestão participativa para o desenvolvimento local, inserindo as comunidades deste espaço no debate pela busca do desenvolvimento de suas economias, na proteção ambiental e justiça social. No capítulo 28, intitulado *Iniciativas das Autoridades Locais*, é proposto às autoridades municipais o desenvolvimento de suas próprias Agendas 21 Locais, com participação de todos os atores sociais no planejamento de ações e metas para o desenvolvimento local.

Entretanto, o desejável desenvolvimento local, pela via do turismo, esbarra na falta de experiência e na dificuldade das autoridades locais para planejar, desenvolver e gerenciar o turismo. E, ainda, muitos empreendedores estão descompromissados com a população local e com as questões ambientais, objetivando somente os benefícios econômicos em curto prazo.

E necessário ressaltar, ainda, que o desenvolvimento do turismo com base local não pode estar desconectado do contexto regional, nacional ou internacional, pois, diante de uma economia globalizada, as normas e regras estabelecidas pelas instituições nacionais e mundiais para o desenvolvimento do turismo interferem direta ou indiretamente nas comunidades locais.

Retomando as modalidades alternativas de turismo, percebe-se que, geralmente, estão relacionadas às áreas naturais e/ou rurais, como aldeias, vilas, fazendas etc. Para Benevides (1999, p. 24) essas modalidades poderiam desenvolver-se em três tipos de território:

- a) os habitados por comunidades tradicionais, embora não mais primitivas e não auto-suficientes, portanto mantendo algum intercâmbio com a sociedade inclusiva;
- b) os que configuram testemunhos históricos de um passado faustoso e tradicional, baseado numa estrutura socioeconômica com alguma complexidade técnica, embora não plenamente capitalista;
- c) aquelas em que foi possível uma preservação "natural", anterior à relevância social a questão ecológica, e deste modo mantendo maiores porções de primeira natureza em seu meio geográfico.

Conforme Benevides (1999), ainda, as propostas de um desenvolvimento local por meio do turismo alternativo poderiam equalizar cinco objetivos: preservação/conservação ambiental; identidade cultural; geração de ocupações produtivas e de renda; desenvolvimento participativo e qualidade de vida.

As modalidades de turismo alternativo são geralmente aceitas como mais sustentáveis que o turismo convencional; porém, cabe ressaltar que essas modalidades também necessitam tanto de infra-estrutura quanto de serviços para se desenvolverem, correndo o risco de crescerem em uma escala de massa, não fugindo muito do turismo convencional com todas as suas implicações.

A respeito dessa discussão, o mais provável é que o turismo alternativo não substitua inteiramente o turismo convencional em termos econômicos e, de preferência, da demanda. E os impactos sociais e ambientais sempre irão existir, podendo, no entanto, serem minimizados.

Desse modo, analisam-se algumas modalidades de turismos alternativos, acreditando na possibilidade de desenvolvê-los em base local, mediante um planejamento e gestão comprometidos com a questão ambiental, sociocultural e econômica, considerando os anseios das comunidades locais e as expectativas dos turistas.

#### **1.4.1 - O turismo em áreas naturais**

As modalidades de turismo relacionadas a espaços naturais têm nos recursos naturais seu principal objeto de consumo. No contexto atual, essas modalidades de turismo, denominadas alternativas, vêm se destacando em âmbito global.

A tendência mais recente do turismo é aquele ligado à prática de atividades voltadas para o meio ambiente, com procura de áreas que possuam atributos naturais relevantes.

Para Ruschmann (1997, p. 9),

O turismo contemporâneo é um grande consumidor da natureza e sua evolução, nas últimas décadas ocorreu como consequência da "busca pelo verde" e da "fuga" dos tumultos dos grandes conglomerados urbanos pelas pessoas que tentam recuperar o equilíbrio psicofísico em contato com os ambientes naturais durante seu tempo de lazer.

Essa tendência quase generalizada da procura por áreas naturais para a atividade turística tem muita relação com a crise ambiental mundial, que tornou tema muito freqüente em nosso cotidiano, nesses últimos anos. Tais fatos refletiram também a preocupação de aliar a atividade turística com proteção ao meio ambiente.

Nesse âmbito, surgem as modalidades de turismo em áreas naturais, igualmente chamadas de alternativas, as quais se intensificam a partir da década de 1980, em contrapartida ao turismo de massa. Em geral, as denominações mais comuns aplicadas ao turismo praticado em áreas naturais são o ecoturismo, o turismo brando, o turismo responsável, o turismo sustentável e o turismo de natureza.

Tais denominações englobam as mais diversas atividades, tais como práticas de esportes da natureza e/ou turismo de aventura, como *trekking* (caminhadas) praticado em trilhas, *rafting* (descida em corredeira com botes), *rapel* (técnica de escalada vertical em montanhas, paredões rochosos, pontes etc.), banhos de mar e cachoeiras, apreciação da cultura local, além da contemplação da paisagem, entre outras atividades.

Assim, é importante, nesse momento, diferenciar o conceito de turismo de aventura do turismo praticado em áreas naturais. O turismo de aventura<sup>2</sup> é um

---

<sup>2</sup> Cf. EMBRATUR. Disponível em < [www.embratur.gov.br](http://www.embratur.gov.br) > . Acesso em : 10 Out. 2002.

segmento do mercado turístico que promove a prática de atividades de aventura e esporte recreacional em ambientes naturais e urbanos ao ar livre, envolvendo emoções e riscos controlados, exigindo o uso de técnicas e equipamentos específicos, com prática de modalidades tanto no ar, na água e na terra.

Diante das várias tipologias aplicadas a essas novas modalidades de turismo em áreas naturais, assume-se, nesta pesquisa, a mais comumente chamada de ecoturismo. *U.S.P. do T.C.*

Cabe destacar, oportunamente, a existência de muitas controvérsias, que relacionam o ecoturismo com outras modalidades de turismo, principalmente em relação ao turismo sustentável.

Swarbrooke (2000) argumenta que se deve deixar claro que eles não são a mesma coisa; mas o que ocorre com freqüência é a associação dos termos pelo mercado turístico, de acordo com o desejo de os clientes sentirem ser o ecoturismo menos prejudicial e mais sustentável que o turismo atual.

O ecoturismo, como termo designativo de uma forma de se fazer turismo no conjunto de alternativas turística, ganha espaço privilegiado nas obras de muitos autores e organizações.

Referindo-se ao ecoturismo, Rodrigues (1996, p. 24) diz que o mesmo trata-se "de uma modalidade de turismo vista como alternativa que é capaz de conciliar a conservação do patrimônio natural e cultural com uso, dito, racional".

Ainda segundo Rodrigues (1997), o ecoturismo é uma modalidade de turismo recente, caracterizada por viagens para reservas naturais, relativamente pouco alteradas e não contaminadas, com o objetivo específico de estudar, admirar

e desfrutar da paisagem, da fauna e da flora, da mesma forma que pretende a integração dos turistas com o meio ao seu redor e, em particular, com as comunidades receptoras.

A Organização Mundial do Turismo, tendo em vista o rápido aumento do ecoturismo nas últimas décadas em todo mundo, e esperando que seu crescimento se prolongue no futuro, reconheceu sua importância em escala planetária e, sabendo da dificuldade de consenso sobre o significado do ecoturismo, dadas as múltiplas formas de oferta de atividades e práticas diversificadas, não definiu o ecoturismo de forma universal. Apesar disso, suas características gerais podem ser resumidas<sup>3</sup> da seguinte forma:

- toda forma de turismo baseada na natureza, com motivação principal de observação e apreciação dessa natureza e das culturas das localidades;
- inclui elementos educacionais e de interpretação;
- geralmente, e não exclusivamente, organizado para pequenos grupos de pessoas por empresas especializadas, pequenas e de propriedade local, além de operadores estrangeiros de diversas envergadura que organizam viagem para um grupo reduzido de pessoas;
- procura reduzir todos os possíveis impactos negativos sobre o entorno natural e sociocultural;
- contribui para proteção das localidades, gerando benefícios econômicos para as comunidades locais, oferecendo alternativa de emprego e renda

, incrementa a conscientização sobre a conservação natural e cultural, tanto a comunidade local como para os turistas.

No Brasil, o conceito de ecoturismo foi elaborado pelos Ministérios do Meio Ambiente e da Indústria, Comércio e Turismo, nas Diretrizes Para uma Política Nacional de Ecoturismo (EMBRATUR), definindo-o como um segmento da atividade turística que utiliza o patrimônio natural e cultural de forma sustentável, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambiental por intermédio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.

Todavia, sabe-se que o termo ecoturismo surgiu na década de 1980 e, originalmente, foi definido como sendo viagens para áreas conservadas, com interesse específico de admirar, estudar e desfrutar a paisagem, sua flora e fauna, bem como suas manifestações culturais, sendo realizado por um número reduzido de pessoas.

A Organização Mundial do Turismo estima que 10% das pessoas que viajam pelo mundo são ecoturistas. No Brasil, pressupõe-se que o ecoturismo alcance meio milhão de turistas, por ano, empregando cerca de 30 mil pessoas, através de, no mínimo 5.000 empresas e instituições privadas.

Acredita-se que o crescimento das modalidades de turismo relacionadas à natureza deve muito ao interesse de viajantes em conhecer os aspectos da natureza e poder usufruir dela, especialmente devido à conscientização das sociedades sobre questões ambientais e, principalmente, pela percepção da necessidade de proteção e recuperação dos recursos naturais.

---

<sup>3</sup> Fonte: Documento conceitual – Ano Internacional do Ecoturismo 2002, organizado pela Organização Mundial do Turismo e Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Disponível em

Talvez o ponto mais importante nessa análise seja o fato dessas modalidades de turismo serem um produto novo no mercado de turismo, se comparado ao turismo de massa, tendo uma demanda nova a ser conquistada. Surgem, assim, inúmeras campanhas de marketing exaltando o novo produto, além de publicações de revistas especializadas, programas de televisão, entre outras formas de mídia.

Em relação ao ecoturismo, uma das maiores preocupações com a prática da atividade refere-se aos impactos comunitários e ambientais. Para Rodrigues (1999, p. 29), "...ao se referir aos benefícios econômicos, sociais, e ambientais, vê-se claramente que a proposta sob o rótulo de ecoturismo não foge muito das práticas do turismo tradicional predatório."

Os efeitos negativos do ecoturismo podem ser notados em ecossistemas naturais que, muitas vezes, não comportam um número elevado de visitantes, nem suportam o tráfego excessivo de veículos pesados. De igual modo, se não forem atendidas normas pré-estabelecidas de infra-estrutura necessária, pode-se comprometer de maneira acentuada o meio ambiente, com alterações na paisagem, na topografia, no sistema hídrico e na conservação dos recursos naturais (EMBRATUR, 1994).

Ainda nessa discussão, Cruz (2001) relaciona os impactos mais comuns no ecoturismo: a colocação de infra-estruturas em ecossistemas frágeis e a circulação de pessoas que a prática da atividade promove nos lugares, levando à produção de dejetos e lixo, como também ao pisoteamento de trilhas pelas caminhadas.

Ruschmann (1997) identificou, entre os impactos negativos do ecoturismo, o acúmulo de lixo nas trilhas, praias, rios e lagos, a contaminação das águas pelo uso de sabonetes e detergentes, poluição dos mananciais de águas doce e do mar provocados pelo esgoto e lixo. E, ainda, rasuras e pinturas nas grutas e caverna, coleta e destruição da vegetação em trilhas, caça e pesca ilegal, desmatamento para a construção de hotéis e implantação de equipamentos turísticos, incêndios provocados por fogueiras, cigarros e fósforos, utilizados pelos turistas.

Os principais problemas socioculturais gerados pelo ecoturismo são indicados por Ruschmann (1997) como sendo aqueles relacionados a uma possível perda de identidade das populações receptoras, pois se trata de uma questão subjetiva de difícil mensuração, como os riscos de comprometimento da autenticidade e da espontaneidade das manifestações culturais das regiões visitadas, e também congestionamentos, devido à grande concentração de turistas, podendo, inclusive, gerar tensões sociais.

A atividade do ecoturismo, por outro lado, apresenta significativos benefícios econômicos, sociais e ambientais, mesmo que *a priori* sejam menores que os negativos. Para a EMBRATUR (1994), estes benefícios são os seguintes:

- diversificação da economia regional, por intermédio da indução do estabelecimento de micros e pequenos negócios;
- geração local de empregos;
- fixação da população no interior;

- melhoria das infra-estruturas de transporte, comunicações e saneamento;
- criação de alternativas de arrecadação para Unidades de Conservação;
- diminuição do impacto sobre o patrimônio natural e cultural;
- diminuição do impacto no plano estético-paisagístico;
- melhoria nos equipamentos das áreas protegidas.

O ecoturismo tem como seu principal objeto de consumo a natureza e, em função disso, requer um mínimo de infra-estrutura sobre os territórios apropriados para tal. Sobre isso, Cruz (2001, p. 31) afirma que “por requerer menos infra-estruturas que o turismo de massa, o ecoturismo é, teoricamente, menos impactante dos ambientes naturais que o turismo de massa”.

Mas é oportuno ressaltar que vem ocorrendo uma padronização espantosa dos meios de hospedagem e da infra-estrutura ecoturística, mesmo em lugares com cultura local singular. Talvez este fato seja reflexo da exigência do mercado turístico, acostumado a padronizações tanto de infra-estrutura e equipamentos quanto de serviços.

A atividade ecoturística pode exercer um papel importante na diversificação da economia regional e local, na geração de empregos, fixação da população no interior, no melhoramento de infra-estrutura básica de saneamento e transportes, e nas melhorias de equipamentos de áreas protegidas (EMBRATUR, 1994).

Outros benefícios da atividade ecoturística, além do econômico, são notados no engajamento das comunidades receptoras nas campanhas de preservação e fiscalização das ações destruidoras dos visitantes, que muitas vezes passam a atuar como guias e militantes ambientais na educação dos visitantes e da própria comunidade (RUSCHAMANN, 1997).

As instituições voltadas para a organização e a execução das atividades ecoturísticas, por funcionarem na lógica de mercado, priorizam os aspectos voltados à prestação de serviços em detrimento das prioridades de conservação.

Dessa forma, a realidade nos mostra que, em muitas localidades, essa modalidade alternativa de turismo vem sendo implantada sem uma atenção especial a todas as questões que a permeiam, muitas vezes, por *ecoportunistas*, com intenção apenas economicista.

Por fim, acredita-se que, para se poder respeitar as necessidades locais no desenvolvimento da atividade ecoturística, deve-se envolver a sociedade civil, ou seja, as ONGs (organizações não governamentais), associações de base, Universidades e não somente deixar a intervenção para o Estado e para as empresas privadas.

#### 1.4.2 - Panorama do Ecoturismo no Brasil

O Brasil é reconhecido como um dos países de maiores atrativos para o ecoturismo, dada a sua diversidade natural e cultural. Apesar de ser uma atividade ainda emergente no país, o ecoturismo tem demonstrado um crescimento intenso nessas últimas décadas, ao contrário de alguns países como o Quênia, Ruanda, Estados Unidos, Costa Rica e Peru, que são os principais destinos ecoturísticos do mundo.

A discussão sobre o ecoturismo no Brasil remonta a 1985, apesar dessa atividade só ser ordenada com a criação, em 1987, da Comissão Técnica Nacional, composta por técnicos do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e EMBRATUR.

Consciente de nosso potencial para o ecoturismo, a EMBRATUR (1994) elaborou as Diretrizes Nacionais para uma Política do Ecoturismo, a pedido dos Ministérios do Meio ambiente e Indústria, Comércio e Turismo, definindo o conceito de ecoturismo e os objetivos da atividade, sendo eles:

- aumento da receita gerada nas diversas áreas conservadas, possibilitando-lhes recursos para a manutenção destas e das comunidades locais;
- fomento à visita ordenada;
- preservação dos recursos naturais (flora e fauna) e paisagens cênicas locais;
- promoção da utilização racional do patrimônio natural.

O Brasil possui dimensões continentais, com uma superfície de 8.547.403,50 Km<sup>2</sup> e uma enorme diversidade de ecossistemas, sendo possível atribuir-lhe um potencial gigantesco para o ecoturismo. Entre os ecossistemas, pode-se citar a Amazônia, a Mata Atlântica, o Pantanal, o Cerrado, a Caatinga, os Campos do Sul e um enorme ecossistema costeiro, sendo que uma pequena parte dessas áreas está protegida legalmente.

A maioria das atividades ecoturísticas brasileiras é realizada em áreas protegidas por lei, ou seja, em Unidades de Conservação, que são porções delimitadas do território nacional, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público para a proteção da natureza, com objetivos e limites definidos, sob regime de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

Existem 10 tipos de Unidades de Conservação; dentre elas, destacam-se os parques, as reservas florestais, as estações ecológicas, as áreas de proteção ambiental (APAs) e as reservas particulares de patrimônio natural (RPPNs) que, de acordo com o IBAMA, dividem-se em Unidades de Conservação de Uso Direto ou Uso Sustentável e Unidades de Conservação de Uso Indireto ou de Proteção Integral, conforme pode ser visto na TABELA 01.

A primeira Unidade de Conservação do Brasil foi o Parque Nacional do Itatiaia, na divisa entre os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, em 1937. Atualmente, o país conta com inúmeras UCs, que, no entanto, para muitos pesquisadores, ainda são insuficientes, em razão da dimensão territorial do Brasil e da grande diversidade de ecossistemas do país.

TABELA 01

## Brasil – Detalhamento das Unidades de Conservação Federais

De uso direto	Quantidade (unid)	De uso indireto	Quantidade (un)
Floresta Nacional	47	Parque Nacional	42
Reserva Extrativista	12	Reserva Ecológica	5
Área de Proteção Ambiental	29	Reserva Part. do Patr. Natural	390
		Áreas de Relevante Interesse Econômico	18
		Reserva Biológica(*)	24
		Estações Ecológicas(*)	21

Fonte: Ministério do Meio Ambiente, Agosto /2004.

(\*) – não utilizadas para o turismo

Desse modo, precisam ser criadas novas UCs, especialmente de uso direto, como as APAs e, especialmente, as RPPNs, que não implicam em desapropriação de terras, pois contemplam áreas de domínio particular, oportunizando aos proprietários o reconhecimento de áreas com beleza cênica, ou de relevante interesse para a conservação, uma titulação do Poder Público.

No entanto, as UCs foram e continuam sendo criadas sem as mínimas condições para garantir sua conservação, visto a escassez de recursos humanos, planos de manejo, previsão orçamentária para investimentos em equipamentos, entre outras necessidades básicas para o pleno funcionamento das mesmas.

O ecoturismo no Brasil não fica restrito às áreas das UCs, existindo diversas outras áreas naturais apropriadas para uso ecoturístico, sendo que, nesses casos, a proteção ambiental dessas áreas podem estar sujeitas a outras legislações

ambientais, que controlam o uso e a ocupação do solo, e a própria visitação (CRUZ, 2001).

Cruz (2001) realizou uma análise do ecoturismo no Brasil, em que constatou que, atualmente, os locais mais conhecidos e visitados são, além da Amazônia e do Pantanal, a Chapada dos Guimarães (MT), Bonito (MS), Fernando de Noronha (PE), Chapada Diamantina (BA), Lençóis Maranhenses (MA) e Brotas (SP), entre outros.

A EMBRATUR, dando prosseguimento à Política Nacional de Turismo, diagnosticou em todo território nacional as principais áreas onde é praticado o ecoturismo e onde há potencial ecoturístico para esse tipo de atividade.

O levantamento da EMBRATUR foi realizado em parceria com o Instituto Brasileiro de Ecoturismo. O objetivo foi identificar as localidades onde ocorrem práticas do ecoturismo, fazer um inventário das características, potencialidades e infra-estruturas de apoio disponíveis, intitulado-se *Projeto Pólos de Desenvolvimento de Ecoturismo no Brasil*.

No projeto, são identificados vários Pólos Ecoturísticos em todo território brasileiro, sendo identificados 96 pólos nos 26 estados brasileiros, caracterizados nos seus mais variados aspectos ambientais, históricos e culturais.

O principal objetivo do projeto foi servir como subsídio para os interessados no planejamento das atividades ecoturísticas, a exemplo de empresários e investidores particulares, membros de ONGs e de órgãos públicos, técnicos e administradores de áreas legalmente protegidas. Os resultados obtidos

foram divulgados sob a forma de relatórios impressos e de informações na rede eletrônica.

As áreas consideradas como Pólos Ecoturísticos são aquelas em que há empreendimentos e atividades ecoturísticas já desenvolvidos com sucesso, administrados por um número variável de agentes, assim como locais com condições naturais especiais para esse desenvolvimento, mas onde ocorrem poucas atividades devido à falta de infra-estrutura e de organização.

A nossa área de estudo (Bacia do Rio Claro) está inserida em um desses pólos de desenvolvimento do ecoturismo, levantado pelo governo, denominado *Pólo Caminhos do Cerrado*, abrangendo 22 municípios do das mesorregiões Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, com grandes represas, cachoeiras e casas antigas, presença de fontes hídricas sulfurosas, alcalinas e radioativas, sendo estes aspectos seus principais atrativos.

Recentemente, o Governo Federal lançou a proposta de Abertura dos Parques Nacionais administrados pelo IBAMA para o Ecoturismo, com a cessão de áreas para a exploração turística pela iniciativa privada. O programa foi denominado *Programa de Uso Público e Ecoturismo em Parque Nacionais*, com o propósito de atrair investimentos para adequar a infra-estrutura dos espaços. O objetivo do programa é atrair visitantes e desenvolver programas de educação ambiental, além de gerar empregos, capacitar profissionais e distribuir renda às populações do entorno dos parques.

O ano de 2002 foi declarado o Ano Internacional do Ecoturismo, promovido pelo a Organização das Nações Unidas e pela Organização Mundial de Turismo tendo, como objetivo, promover o segmento como alternativa de

desenvolvimento sustentável, analisando os modelos de sucesso e fracasso da atividade.

A cúpula de especialistas em ecoturismo, reunida em Quebec (Canadá), reconheceram a importância da atividade como vetor de desenvolvimento sustentável, produzindo uma série de recomendações para governos, setor privado, organizações não-governamentais, instituições de ensino e pesquisa, agências financiadoras, entre outras associações.

Os problemas enfrentados pelo Brasil para o desenvolvimento sustentável do ecoturismo estão na falta de uma política clara para o setor, como também de uma estrutura organizada dos órgãos governamentais para as ações de políticas de fomento e controle da atividade. O desenvolvimento da atividade quase sempre é feito de forma pouco organizada e, às vezes, irresponsável, sob o rótulo de ecoturismo.

Diante desse quadro, fica evidente a necessidade de uma política nacional integrada para o setor, apesar do esforço do Governo Federal, com a participação de todos os setores da sociedade. Parece-nos que, assim, ter-se-iam condições de um desenvolvimento sustentável da atividade ecoturística.

### 1.4.3 – O Turismo no espaço rural

Na literatura sobre as atividades turísticas nos espaços rurais é possível reconhecer uma grande diversidade de conceitos e terminologias, bem como diferentes concepções e interpretações. Dessa forma, aborda-se, nesta pesquisa, de forma sintética, alguns conceitos sobre turismo vinculados ao espaço rural, tido, por diversos autores, como uma modalidade alternativa de turismo.

Alguns autores, como Oxinalde (1994) e Graziano da Silva, Vilarinho, Dale (1998) interpretam o turismo no espaço rural como sendo uma atividade que envolve toda e qualquer forma de turismo nesse espaço, com atrações peculiares entre si, não necessariamente voltadas para o cotidiano agropecuário.

Nesse sentido, Cruz (2001, p. 20) afirma que o turismo em espaços rurais “pode abarcar a visitação a propriedades rurais, com ou sem pernoite, e o envolvimento ou não do turista com as práticas rurais comumente presentes nesses espaços”. E ainda, segundo a autora, “...em função de um uso turístico, esses espaços podem receber infra-estruturas relacionadas à hospedagem e à restauração bem como de infra-estrutura de suporte ou de apoio ao visitante”.

Graziano da Silva, Vilarinho, Dale (1998) consideram o turismo no espaço rural não apenas atividades de serviços não agrícolas desenvolvidas no interior das propriedades rurais, tradicionalmente denominadas de turismo rural ou agroturismo, mas também aquelas atividades de lazer realizadas no meio rural, abrangendo várias modalidades definidas em seus elementos de oferta como: ecoturismo, turismo de aventura, turismo cultural, turismo jovem entre outros.

Oxinalde (1994) defende que o turismo no espaço rural seja todos os tipos de turismo e, o mais importante, englobam modalidades que não precisam se excluir, podendo ser complementares.

Essas diferentes formas de fazer turismo no espaço rural podem ser classificadas com base nos valores inerentes a cada uma delas como suas diferentes motivações, oportunidades, necessidades e disponibilidades de produtos e serviços ofertados. Em determinadas situações, estas formas podem interagir entre si, complementarem-se ou serem identificadas isoladamente, dependendo da realidade local.

O turismo no espaço rural, tal como nas cidades e áreas naturais, nada mais é que a apropriação do capital, de mais uma dimensão do espaço geográfico. Ele impõe sua lógica de uso desses espaços e, a despeito dos conflitos que possam surgir desse processo, a prática turística promove, em geral, a reorganização desses espaços (CRUZ, 2001).

As origens do turismo em espaços rurais estariam ligadas à prática da hospedagem em propriedades do campo, associadas à necessidade de abrigar viajantes que circulavam por regiões estadunidenses pouco povoadas e de paisagens atraentes (PORTUGUEZ, 1999).

Em muitos países, principalmente na Europa, essa prática também era, e continua sendo, muito comum. Mas foi a partir da década de 1960 que as modalidades de turismo em áreas rurais se projetam para todo mundo. No Brasil, não se tem um marco preciso da origem da atividade, mas existe certo consenso em admitir que se tenha iniciado na cidade de Lajes (SC), na fazenda Pedras Brancas.

O processo de transformação do meio rural brasileiro, nas últimas décadas, demonstrou um grande crescimento das atividades não agrícolas, como a prestação de serviços, a indústria de transformação, o comércio de mercadorias, os serviços sociais e a indústria da construção civil. Desse modo, observa-se que o desenvolvimento rural não deve depender exclusivamente de atividades agrárias, já que existem outras atividades passíveis de exploração econômica nas propriedades rurais.

*P. B. / file 100*

Em meio a esse "novo rural", surgem as modalidades de turismo não-urbano, constituindo uma alternativa e/ou complemento ao desenvolvimento local, gerando emprego e renda para as comunidades rurais. Atualmente, a prática do turismo no espaço rural do Brasil se espalhou por várias unidades da federação, atingindo cerca de 5.000 estabelecimentos rurais, levando a EMBRATUR a criar as diretrizes nacionais do turismo rural.

As possibilidades de exploração da atividade turística no espaço rural são inúmeras, como observa Graziano da Silva, Vilarinho, Dale (1998, p. 34):

Consideram-se aqui as atividades diretas do turismo e as atividades a elas associadas: pesque-pague; pesca; caça; passeios a cavalo; canoagem e passeios de barco; ciclismo; caminhadas em trilhas; cursos/aulas de práticas culinárias; compras diretas do produtor; visitas a atividades de produção agropecuárias lavouras, hortas, pomares, criação de animais e seus produtos [...] fazenda-hotel ou fazenda-pousada; fazendas de caça; fazendas escola; restaurantes rurais; visitas a artesãos, oficinas, cooperativas; visitas a igrejas, museus, monumentos; atividades socioculturais; rodeios; leilões, feiras e exposições agropecuárias; chácaras de recreio e condomínios rurais; pesca amadora; atrativos naturais (rios, represas, cachoeiras, montanhas, grutas), cavernas, praias fluviais, vales, rochedos e outros fenômenos do relevo natural; complexos pecuários.

Dessa forma, observa-se que há uma gama de possibilidades de exploração turística no meio rural, utilizando como atrativos os patrimônios natural,

cultural e histórico, de forma específica ou em conjunto, dependendo das características locais.

O desenvolvimento do turismo no espaço rural também nos leva a pensar em seus impactos positivos e negativos, sejam eles econômicos, ambientais, sociais ou culturais. A atividade turística no meio rural, enquanto perspectiva para o desenvolvimento local precisa de planejamento e de gestão, realizados por atores sociais locais, possibilitando às comunidades locais apropriarem-se dos benefícios gerados e não somente arcarem com os possíveis impactos negativos produzidos pela atividade turística.

Campanhola & Graziano da Silva (2000) nos mostra que o turismo no espaço rural pode contribuir para a valorização do território, ou seja, ao mesmo tempo em que depende do espaço rural para o seu sucesso, contribui para a proteção do meio ambiente e do patrimônio histórico-cultural do meio rural.

As mudanças que vem ocorrendo no espaço rural, suas formas de produção e a diversificação das atividades produtivas e de serviços, com ênfase nas atividades não-agrícolas, e em particular no turismo como setor econômico complementar ao desenvolvimento local e como elemento de agregação de renda à unidade familiar, vêm encontrando algumas restrições para seu desenvolvimento e consolidação.

A realização de debates, no ano de 1999, entre os setores do turismo e agricultura (EMBRATUR e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF) para refletirem sobre as questões que afetam o setor, foi possível, na ocasião, identificar alguns fatores que dificultam o desenvolvimento do turismo no meio rural, entre eles destacam-se:

- atividades do segmento não regulamentadas;
- informação/comunicação deficiente;
- pouca articulação institucional;
- insuficiência de incentivos ao turismo no espaço rural;
- falta de capacitação profissional;
- falta de envolvimento das comunidades locais;
- infra-estrutura rural deficiente;
- falta de incentivo do poder público as melhorias de infra-estrutura

básica;

- promoção e comercialização ineficientes.

Diante dessas constatações, reforça-se a necessidade de uma reflexão da atividade turística no espaço rural, envolvendo todos os segmentos da sociedade, ou seja, as comunidades rurais, as instituições, o setor turístico e os turistas, na busca efetiva de um desenvolvimento local sustentável.

No Brasil, há um grande hibridismo em relação às modalidades de turismo realizado em espaços rurais, principalmente as que se referem ao turismo rural, agroturismo, turismo de aventura, turismo cultural e ecoturismo.

A diversificação dessas modalidades ocorreu a partir da década de 1990, impulsionada pela "valorização do ambiente natural, estimulada cada vez mais pelos

meios de comunicação, a facilidade e as inúmeras possibilidades com que se pode deslocar-se e adquirir informações de diversos lugares” (RODRIGUES, 2001b, p. 1).

A expressão turismo rural, de acordo com Rodrigues (2001b, p. 8), “é tida por grande complexidade, ambivalência e polissemia, tanto pela falta de consenso na sua conceituação como pela confusão em torno da concepção contemporânea dos qualitativos rural e urbano”, sendo, muitas vezes, usada como sinônimo de turismo em espaço rural ou agroturismo.

Rodrigues (2000 e 2001b), quanto ao turismo rural, sugere, para fins de classificação, dois grandes grupos: o primeiro seria o turismo rural tradicional, de cunho histórico, podendo ser de origem agrícola, pecuarista ou de colonização européia; o segundo grupo seria o turismo rural contemporâneo: nessa modalidade, destacam-se os hotéis-fazenda, as pousadas rurais, spas rurais, segunda residência campestre, *campings* e acampamentos rurais, turismo de caça e pesca, turismo rural místico ou religioso, turismo rural científico-pedagógico e turismo rural etnográfico.

Quanto ao agroturismo, Campanhola e Graziano da Silva (2000) explicam que esta atividade se refere às atividades turísticas realizadas no interior das fazendas com atividades agropecuárias produtivas, podendo estar associada a atividades como a fazenda-hotel, pesque-pague, a fazenda de caça, a pousada, o restaurante típico, as vendas diretas do produtor, o artesanato, a industrialização caseira e outras atividades de lazer associadas à recuperação de um estilo de vida dos moradores do campo.

Para Portuguez (1999, p. 77), o agroturismo pode ser entendido como

...a modalidade de turismo em espaço rural praticado dentro das propriedades, de modo que o turista e/ou excursionista entra, mesmo que por curto período de tempo, em contato com a atmosfera da vida na fazenda, integrando-se de alguma forma aos hábitos locais.

Para o autor, esta modalidade, mesmo sendo recente e em expansão no Brasil, vem trazendo impactos positivos e negativos, seja na paisagem, seja nas culturas locais. Positivamente, há registros de conservação e restauração de obras de valor estético e histórico para determinadas comunidades e/ou regiões, bem como a desfiguração e desvalorização dos mesmos, em uma perspectiva negativa.

Há, também, impactos referentes a desvio dos cursos de rios, introdução de espécies exógenas e alterações na geomorfologia local para a construção de tanques de criação de peixes e piscinas artificiais para a recreação do turista.

~~Swarbrooke~~ Swarbrooke (2000), tendo como referência alguns países europeus, cita alguns impactos negativos do turismo sobre o meio ambiente rural: os turistas podem pisotear plantações ou acender fogueiras em florestas, perdendo o controle sobre elas; o desenvolvimento do turismo pode "devorar" fazendas e usar a água que deveria ser destinada à agricultura; os empregos oferecidos no turismo podem levar os jovens a desistirem da agricultura.

Mas, de maneira geral, os pesquisadores admitem que o turismo praticado nas áreas rurais, em pequena escala, e coexistindo com as atividades agrárias, pode possibilitar o desenvolvimento local, constituindo uma alternativa complementar de geração de emprego e renda para as comunidades rurais.

Um outro ponto de discussão entre as modalidades de turismo no espaço rural refere-se à relação entre turismo rural e ecoturismo. Graziano da Silva, Vilarinho, Dale (1998) consideram que o ecoturismo não é uma modalidade de turismo rural, pois, em geral, não há relação com a dinâmica agropecuária da região, mesmo gerando renda para algumas propriedades rurais, ou seja, a renda gerada pelo ecoturismo pouco beneficia as populações locais, ficando concentrada nas mãos dos agentes intermediários dos centros urbanos.

De qualquer forma, o ecoturismo representa uma oportunidade de negócio para os produtores agropecuários. Contudo, em virtude das dificuldades de planejamento e gestão, e mesmo por falta de tradição, os pequenos produtores não têm implementado essa atividade (CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 2000).

Diante da simbiose entre as duas modalidades, Rodrigues (1998), tomando como ponto de referência a escala municipal, demonstra que a atividades ecoturística praticada nos espaços rurais pode referenciar não só os valores naturais como também os culturais, devendo, por isso, ser identificada como "eco-rural", uma forma alternativa ao turismo de massa que atenda aos interesses de pequenos grupos que se desloquem por "áreas naturais" protegidas, bem como pelos espaços ditos rurais, cujas características fujam dos padrões urbanos.

Por outro lado, não se deve prender rigidamente a definições e conceitos, pois em muitas localidades o turismo no espaço rural ocorre de forma híbrida e diversificada, com outras modalidades de turismo, sendo reconhecida a tarefa de estabelecer uma tipologia mais complicada.

A respeito desse assunto, Rodrigues (2000, p. 56) argumenta:

A análise da demanda - sua origem, suas motivações para o deslocamento, o tempo de permanência, as atividades praticadas - representa outro procedimento metodológico bastante significativo na tarefa de definição de uma classificação tipológica.

Por fim, entende-se que as modalidades de turismo alternativo, quando planejadas com respeito às comunidades locais e ao meio ambiente, podem concretizar as idéias de turismo alternativo de escala local, tornando-se mais próximas do caminho da sustentabilidade.

### **1.5 - Planejamento e gestão no turismo eco-rural**

No desenvolvimento do ecoturismo e turismo no espaço rural, sob o enfoque da sustentabilidade baseado em escala local, é fundamental e indispensável o planejamento e a gestão da atividade turística, levando em conta a participação de todos atores envolvidos em seu desenvolvimento.

O turismo eco-rural, parafraseando Rodrigues (1998), devido o seu caráter diferenciado em relação a outras modalidades de turismo, principalmente pela dimensão ambiental e cultural, necessita de um planejamento sistematizado com obediência à legislação, exigindo ainda uma gestão eficaz. Dessa forma, procura-se demonstrar, inicialmente, as principais características do planejamento e

gestão no turismo de forma geral e, posteriormente, do turismo eco-rural em específico.

Encontram-se muitas definições de planejamento, em razão de seu caráter humano e dinâmico, como também por sua amplitude e diversidade. Porém, de forma geral, afirma-se que o planejamento consiste em um conjunto de atividades que envolvem a intenção de estabelecer condições favoráveis para alcançar objetivos propostos (RUSCHMANN & WINDER, 2001).

O planejamento da atividade turística, pela sua complexidade, envolve por diversos tipos de serviços e equipamentos, além dos efeitos que podem ser produzidos, afeta direta ou indiretamente a economia, o meio ambiente e as comunidades receptoras em todas as escalas; contudo, faz-se necessário, podendo ser definido nestes termos:

O planejamento turístico é o processo que tem como finalidade ordenar as ações humanas sobre uma localidade turística, bem como direcionar a construção de equipamentos e facilidades, de forma adequada, evitando efeitos negativos nos recursos que possam destruir ou afetar sua atratividade. Constitui o instrumento fundamental na determinação e seleção das prioridades para a evolução harmoniosa da atividade turística, determinando suas dimensões ideais para que, a partir daí, se possa estimular, regular ou restringir sua evolução (RUSCHMANN & WINDER, 2001, p. 67).

O planejamento turístico, em geral, tem por objetivo trazer determinados benefícios socioeconômicos para a comunidade, mantendo a sustentabilidade do setor turístico por meio da salvaguarda do meio ambiente e da cultura local.

O planejamento e o desenvolvimento do turismo devem estar integrados, pensamento este compartilhado por vários autores e pela própria OMT (2003, p. 40), que lança sua elaboração conceitual "...dentro de uma estrutura de tempo e deve

empregar uma abordagem flexível, abrangente, integrada, ambiental e sustentável, implementável e baseada na comunidade”.

Para Beni (2000), a complexidade do turismo demanda um tipo de planejamento integrado, no qual todos os competentes devem estar devidamente sincronizados e ajustados, assim podendo atingir as metas e diretrizes da área de atuação de cada um dos componentes a um só tempo, para que o sistema global possa ser implementado e imediatamente passar a ofertar oportunidades de pronto acompanhamento, avaliação e revisão.

Entretanto, no planejamento integrado exige-se que os objetivos sejam flexíveis, devendo ser mais valorizado o processo no qual são tomadas as decisões em consenso, envolvendo todos os atores sociais e suas necessidades, responsabilidades e interesses.

Há vários níveis de planejamento, variando do macronível até o nível local; estes níveis foram bem detalhados pela OMT (2003) e por Ruschmann & Winder (2001); neste trabalho, é enfatizado apenas o nível local, o que atende aos objetivos desta pesquisa, ressaltando-se a necessidade das autoridades locais considerar as políticas e os planos em todos os níveis.

A abrangência do planejamento turístico pode situar-se a níveis internacionais, nacionais, regionais e locais ou da comunidade. Este último nível de planejamento visa a legitimar os recursos locais que apresentam alto potencial para o desenvolvimento turístico da localidade, abrange cidades, vilas, *resorts*, áreas rurais e alguns pontos de atração turística, inclusive o ecoturismo e turismo no espaço rural.

O planejamento turístico é normalmente elaborado para um período definido, embora o seja para diferentes prazos: longo, médio e curto. Dessa maneira, é possível avaliar os objetivos de desenvolvimento e o monitoramento do progresso do futuro.

Geralmente, os planos turísticos são elaborados em longo prazo (cerca de 15 anos). Nesse plano, podem existir recomendações de projetos e ações de desenvolvimento com execução em curto período, de dois a três anos, e em médio prazo, entre 5 e 10 anos.

Entende-se que, nas áreas com potencial para o desenvolvimento do ecoturismo e turismo no espaço rural, deva ocorrer um planejamento participativo, com o envolvimento de todos os interessados na atividade turística, ou seja, a população local, os proprietários rurais, as autoridades locais, os órgãos públicos, o setor privado e as ONGs, além de uma gestão compartilhada entre os mesmos.

O planejamento turístico de áreas com potencial requer alguns princípios básicos, podendo sofrer variações, de acordo com a situação local. De maneira geral, o processo deve incluir a realização de uma avaliação ambiental e sociocultural e, principalmente, uma avaliação e inventário dos atrativos turísticos do local.

Ruschmann (1997, p .142) argumenta que

A avaliação dos atrativos determina seu potencial turístico e constitui elemento fundamental para a tomada de decisões estratégicas para uma localidade e fornece subsídios para determinar a abrangência dos projetos e a quantidade e a qualidade dos equipamentos e da infra-estrutura por instalar.

Entende-se que a sustentabilidade das áreas com potencial turístico perpassa pela avaliação dos atrativos e de uma gestão ambiental adequada a esses recursos, possibilitando seu melhor aproveitamento e diminuindo os riscos de utilizar os recursos ambientais e culturais como instrumento de desenvolvimento.

O ecoturismo e turismo no espaço rural, enquanto forma alternativa de turismo, necessitam de um planejamento diferenciado, pois estão baseados na natureza e no estilo de vida local. Assim, alguns princípios básicos devem ser levados em consideração no planejamento; para o OMT (2003), no caso do ecoturismo, os princípios devem ser os seguintes:

- aplicar medidas rigorosas de conservação à área natural, no sentido de proteger a flora, a fauna e os ecossistemas e qualquer sítio arqueológico e histórico existente;
- estabelecer padrões de capacidade de carga, de forma que não haja um desenvolvimento excessivo das instalações turísticas ou uso excessivo do meio ambiente pelos visitantes;
- construir instalações turísticas de pequena escala em locais ambientalmente apropriados, com *design* baseado no local, utilização de materiais de construção locais, aparelhos que economizem energia elétrica e descarte adequado de material residual e um centro ao visitante;
- se existir hospedagem e fornecimento de refeições, é preciso atender aos padrões de higiene e de segurança.
- preparar e distribuir códigos de conduta em relação ao ecoturismo para turistas e operadoras de viagem, e monitorar a aplicação desses códigos;

- oferecer guias de viagem bem treinados, que possam prestar informações exatas aos turistas, educá-los quanto à diversidade biológica e às técnicas de conservação e observar medidas conservacionistas adequadas durante os passeios;

- integrar as comunidades locais à atividade turística, oferecendo-lhes empregos e renda provenientes do turismo, organizando passeios aos vilarejos, onde forem apropriados, e educando os turistas em relação às culturas locais, incluindo informações sobre suas atividades econômicas e sobre como demonstrar respeito às suas tradições culturais.

Em relação ao turismo no espaço rural, não existem recomendações específicas, mas muitos dos princípios acima citados servem de apoio ao seu planejamento, devido principalmente ao hibridismo entre as duas modalidades.

No entanto, verifica-se que alguns pontos devem ser levados em consideração no desenvolvimento do turismo no espaço rural, tais como; promover o intercâmbio entre o visitante e o homem do campo, procurar revitalizar a zona rural, conservando os recursos naturais e reabilitando o patrimônio sociocultural.

Um ponto extremamente importante para aquelas propriedades rurais que detêm atrativos turísticos relevantes e se interessam em explorar a atividade turística refere-se à não dependência exclusiva dessa atividade, devendo manter a pluriatividade das propriedades, e tendo no turismo uma opção a mais de geração de emprego e renda.

Com o intuito de esclarecer os principais atores envolvidos em um projeto de áreas com potencialidades ecoturísticas e turismo no espaço rural, bem como

aspectos relevantes para seu desenvolvimento, visando a sustentabilidade, apresenta-se, de forma sucinta, o papel que cabe a cada um deles.

### 1.5.1 – Setores público e privado

O Estado tem um papel fundamental no planejamento e na gestão do turismo por intermédio de políticas públicas e da legislação. Beni (2000) acredita que o Governo detém a responsabilidade total, coletiva, de assegurar os benefícios auferidos pelo turismo, inclusive os financeiros, de maneira a obtê-los mediante a satisfação das necessidades sociais, culturais e ambientais.

Portanto, recai sobre o Estado a incumbência de um planejamento que possibilite o desenvolvimento do turismo em todos os níveis, visando o bem-estar social. Em face deste fato, Ruschmann & Winder (2001) pontuam algumas das competências e atribuições dos órgãos públicos, nos seguintes termos:

- estabelecer diretrizes e políticas para o desenvolvimento do setor;
- estabelecer normas e regulamentos de preservação ambiental, bem como para a abertura e funcionamento de equipamentos e serviços turísticos;
- criar mecanismos de fiscalização e controle;
- promover o desenvolvimento turístico nos níveis nacional, estadual e municipal;

- criar condições de captação de recursos, promover facilidades na obtenção de créditos e financiamentos e estimular o desenvolvimento da atividade na área privada;

- realizar pesquisas e estatísticas sobre o turismo, bem como promover e incentivar o desenvolvimento destas em esferas não-governamentais;

- incentivar a capacitação profissional etc.

No Brasil, ocorreu algumas tentativas de descentralização das ações de planejamento, de certa forma mais voltadas para o desenvolvimento do turismo com base local, sendo criados, por intermédio da EMBRATUR, planos e diretrizes, como o PMNT e a Política Nacional de Ecoturismo e Turismo Rural. A finalidade dessas políticas foi compartilhar o planejamento e a gestão da atividade com os atores sociais locais e o setor privado.

Nesse sentido, destaca-se ainda outro documento, de suma importância para o planejamento e gestão do turismo sob base local: o manual traduzido e publicado pela EMBRATUR, em 1996, da OMT, intitulado *Desenvolvimento de Turismo Sustentável: Manual para Organizadores Locais*. Recentemente, foi lançada pela OMT (2003) uma nova versão completamente revisada. Este documento apresenta conceitos, discussões teóricas e propostas metodológicas, além de apresentar vários estudos de caso, demonstrando os efeitos positivos em termos sociais, culturais e do meio ambiente, em que as políticas turísticas basearam-se em uma perspectiva de sustentabilidade na dinâmica local.

De maneira geral, o documento enfatiza a participação da comunidade local no processo de planejamento, gestão e controle do turismo, da realização dos

estudos de capacidade de carga locais, no que tange ao meio ecológico, físico, social e psicológico, da infra-estrutura adequada à atividade, de aplicação da legislação ambiental, de programas de educação ambiental com a comunidade e turistas, de estudos sobre a viabilidade econômica e social da atividade etc.

Dentre os principais objetivos do planejamento turístico, seja por órgãos públicos ou pelo setor privado, Ruschmann & Winder (2001) destacam os seguintes:

- definir políticas e processos de implementação de equipamentos e atividades em seus respectivos prazos;
- promover os incentivos necessários para estimular a implementação de equipamentos e serviços turísticos, tanto para empresas públicas como privadas;
- maximizar os benefícios socioeconômicos e minimizar os custos (tanto os de investimentos como os de operação), visando o bem-estar da comunidade receptora e a rentabilidade dos empreendimentos do setor;
- minimizar a degradação dos locais e recursos sobre os quais o turismo se estrutura e proteger aqueles que são únicos;
- capacitar os vários serviços públicos para a atividade turística, com a finalidade de que se organizem e correspondam favoravelmente quando solicitados;
- garantir a introdução e o cumprimento dos padrões reguladores exigidos da iniciativa privada;
- garantir que a imagem da destinação se relacione com a proteção ambiental e a qualidade dos serviços prestados.

O setor privado, composto por empresas particulares e prestadores de serviços, são, geralmente, responsáveis pelo desenvolvimento de infra-estrutura nas localidades, bem como a hospedagem, agenciamento e operação, marketing, alimentação e entretenimento.

No desenvolvimento do turismo de base local, o papel das autoridades locais é fundamental, devendo reconhecer o tipo de turismo a ser desenvolvido no município, bem como a responsabilidade com o desenvolvimento dos planos e o respeito às legislações.

Para tanto, as autoridades locais devem de acordo com a OMT (2003, p. 132) estabelecer “um departamento de turismo forte sob uma liderança eficaz, que seja adequadamente custeado e que conte com uma equipe competente e motivada para executar as funções de gerenciamento turístico”.

Quanto ao gerenciamento do setor turístico, é função das autoridades locais em cooperação com setor privado e as ONGs realizar tal papel. Para a OMT (2003), entre as funções de gerenciamento turístico encontram-se a política e o planejamento, a coordenação com outras agências governamentais, o estabelecimento e a administração de padrões para as instalações e serviços relacionados ao turismo, marketing, educação e treinamento, manutenção da vitalidade do setor turístico, monitoramento e reação às situações de risco.

O papel dos órgãos públicos e da iniciativa privada é de suma importância para o planejamento e desenvolvimento do turismo, principalmente por meio da política, planejamento e promoção de infra-estrutura básica, assim como da execução das obras e implementação dos equipamentos nas destinações, sendo essencial uma cooperação mútua durante todo o processo.

### 1.5.2 – Terceiro setor

O terceiro setor também vem desenvolvendo um papel muito interessante em relação ao turismo: as organizações não-governamentais (ONGs), por intermédio de parcerias, vêm auxiliando o processo de encontrar um caminho que leve a soluções sustentáveis para os problemas gerados pelo turismo.

As ONGs são organizações de natureza privada, sem fins lucrativos, que podem ser tanto de âmbito internacional, nacional e até mesmo regional ou local. Atuam em vários campos, a exemplo como o ambiental, social, político ou cultural, sempre contando com o trabalho e apoio de elementos da sociedade civil (MAGALHÃES, 2001).

As ONGs cada vez mais se envolvem com o turismo, principalmente no que diz respeito à conservação dos recursos naturais, históricos e culturais destinados ao proveito dos turistas. Sua atuação visa, principalmente, à mobilização popular, por meio da elaboração de materiais informativos, prestação de assessoria em diversas áreas e elaboração de projetos, além de desempenharem papel de pressão importante sobre diversos setores da sociedade. Para a OMT (2003, p. 87),

Em geral, as ONGs desempenham um papel valioso no desenvolvimento turístico, especialmente em níveis de vilarejo e rural. Deve-se manter uma coordenação perfeita com as ONGs envolvidas, estimulando a sua participação no turismo, sempre que apropriado.

São, geralmente, as ONGs ambientalistas que se envolvem direta ou indiretamente com a atividade do ecoturismo e turismo no espaço rural, sendo uma

importante aliada no planejamento e no desenvolvimento do turismo que busca a sustentabilidade e o desenvolvimento local.

### **1.5.3 – Comunidade local**

As comunidades locais, aqui representadas pelos proprietários, trabalhadores rurais e moradores dos núcleos urbanos circunvizinhos às localidades receptoras, são peças essenciais no plano de desenvolvimento do turismo, pois são essas comunidades os principais afetados pelos possíveis impactos positivos e negativos da atividade.

No processo de planejamento, o envolvimento da comunidade local faz-se necessário no intuito de atingir um consenso no que diz respeito ao tipo e ao volume de demanda mais apropriada à sua área e/ou propriedade. Pois, como se sabe, algumas vezes a atividade turística pode não ser viável ou até mesmo desejável em algumas localidades, ou seja, em muitas locais não há atrativos necessários para atrair a demanda; além disso, alguns proprietários rurais e a população local não se interessarem pela atividade, preferindo continuar suas atividades tradicionais.

Assim, a comunidade que deseja desenvolver o turismo como fonte econômica alternativa necessita, conforme indicações da OMT (2003), verificar os seguintes pontos:

- se dispõe de recursos ou atrativos turísticos;

- se existe mercado potencial para o tipo de turismo que se pretende desenvolver;
- se o turismo é a melhor maneira para alavancar o desenvolvimento econômico;
- se existem concorrentes na região.

De maneira geral, a participação da comunidade local em um planejamento turístico tem como objetivo a melhoria da qualidade de vida de seus moradores e a conseqüente proteção da sua cultura e dos recursos naturais, gerando benefícios de ordem econômica àqueles municípios que definirem como meta o desenvolvimento do turismo.

Para tanto, criam-se condições para que a população se conscientize da sua importância no processo de planejamento, pois os benefícios do turismo a serem alcançados dependem da contínua participação dos mesmos.

A formação e a capacitação dos recursos humanos para o desempenho de tarefas exigidas pelo turismo é um processo longo e complexo. No entanto, o sucesso do desenvolvimento da atividade depende de profissionais bem preparados, pois, atualmente, somente a hospitalidade e simpatia não satisfazem os visitantes.

Dessa maneira, como parte do planejamento e desenvolvimento do ecoturismo e turismo no espaço rural, devem ser avaliadas as necessidades de treinamento da mão de obra local. A qualificação pode ser adquirida por intermédio das instituições de treinamento nacionais ou regionais, tanto públicas quanto privadas, ou até mesmo procurar saídas que levem a soluções práticas e domésticas.

Os proprietários e trabalhadores poderiam, ainda, engajarem-se na preservação ambiental e fiscalizar as ações destruidoras dos visitantes, contribuindo, desse modo, com o processo de educação ambiental. A formação de uma parceria entre as propriedades favorece significativamente o planejamento e a gestão compartilhada.

#### **1.5.4 – Planejadores**

Em relação aos planejadores, sejam eles funcionários de órgãos públicos, ou do setor privado, devem formar uma equipe multidisciplinar, com profissionais de várias áreas de conhecimento, que trabalhem de forma integrada e definam objetivos comuns e funções específicas para cada um.

Entre a equipe de profissionais, os geógrafos podem contribuir de maneira expressiva para um planejamento turístico, pois, conforme Ruschmann & Winder (2001, p. 74), “através do estudo de características como clima, relevo, hidrografia, vegetação, entre outros, pode-se determinar a vocação turística de uma cidade, bem como direcioná-la para este ou aquele tipo de turismo”.

O planejamento turístico depende muito dos planejadores, visto por muitos como os principais atores do processo de implantação e organização inicial do turismo. As funções atribuídas à equipe são muitas, desde o processo de inventário e diagnóstico até o prognóstico.

Na condução do levantamento e avaliação dos recursos para o lazer e turismo, ser realizado pelos planejadores, a OMT (2003) lista alguns elementos que devem ser considerados, tais como:

- as características dos padrões ambientais, econômicos, socioculturais, de uso e posse da terras relativas à área;
- as atividades de lazer e turísticas existentes e potenciais, devendo também incluir a acessibilidade aos locais e a qualidade ambiental geral da área;
- os mercados turísticos existentes, potenciais e padrões de viagem;
- os elementos de infra-estrutura existentes ou planejados, incluindo o abastecimento de água, a energia elétrica, o gerenciamento de resíduos e as telecomunicações;
- o acesso existente de transporte à área, seja por aerovias, estradas, ferrovias ou hidrovias;
- as políticas e planos gerais de desenvolvimento atuais da área, região ou país, bem como os elementos institucionais do turismo, incluindo a disponibilidade de mão-de-obra qualificada, a existência de educação turística e programas de treinamento, de estrutura de organizações públicas ou privadas, de leis e regulamentos relacionados ao lazer e turismo, e controles de uso da terra e proteção ambiental, além da disponibilidade de capital financeiro para investimento em turismo ou mecanismo adotado para atrair investimentos.

No planejamento, principalmente de áreas naturais e/ou rurais, também cabe a equipe de planejadores a determinação da capacidade de carga de um

atrativo turístico, ou seja, deve-se considerar que um atrativo tem um limite para absorver visitantes: se ultrapassar tal limite, pode provocar sua deterioração.

Muitos autores dedicaram-se às definições e conceitos da capacidade de carga, fruto de estudos realizados em várias partes do mundo; dentre eles, pode-se destacar Boo, citado por Ruschmann (1997, p. 116), que compreende a carga como a capacidade de um recurso turístico: “o número máximo de visitantes (por dia/mês/ano) que uma área pode suportar, antes que ocorram alterações nos meios físicos e social”.

Ruschmann (1997) explica que não há um limite claramente definido para um atrativo, uma vez que este depende de elementos culturais e naturais que variam tanto espacial como temporariamente.

Em relação a este fato, para Pires (2001), parece existir um consenso entre os estudiosos de que não há uma metodologia e respectivos parâmetros de aferição da capacidade de carga plena universalmente aceita. Dessa forma, a capacidade de carga de uma área ou de um local é muito variável, dependendo de vários fatores:

- tamanho da área;
- topografia da área;
- tipo de solo;
- tipo de rede de drenagem hídrica;
- fragilidade do equilíbrio ecológico da fauna e da flora locais;

- tipo de cultura da comunidade local;
- duração da estada dos turistas;
- concentração ou dispersão dos turistas dentro da área;
- tipo de turista;
- época do ano em que ocorre o fluxo turístico.

Contudo, definições mais recentes reconhecem a complexidade que envolve a questão e, corretamente, segundo Pires (2001), incorporam pelo menos quatro variáveis básicas na "equação" da capacidade de carga: os componentes biofísicos do ambiente, os fatores socioculturais da população residente, os aspectos psicológicos dos visitantes e o advento do manejo como instrumento de controle e gestão.

Outro ponto importante a ser levado em consideração no planejamento turístico está relacionado ao licenciamento ambiental, sendo um instrumento exigido para a implantação de atividades turísticas em área naturais e/ou rurais.

Trata-se, de acordo com Magalhães (2001), de um instrumento prévio de controle ambiental para o exercício legal de atividades modificadoras do meio ambiente, ou seja, é parte imprescindível do planejamento turístico, devendo ainda os planejadores estar atento às restrições legais a que os locais estão sujeito.

Por fim, a atividade turística exige da equipe de planejadores uma atenção para todas as nuances da atividade desde os aspectos ambientais até os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, observando as áreas carentes de organização racional, prevendo ou minimizando os possíveis impactos do turismo.

### 1.5.5 – Turistas

Os turistas, com suas motivações, anseios e expectativas constituem, de certa forma, a mola propulsora do turismo. Reconhecer a influência dos turistas para o planejamento e gestão do turismo é imprescindível para o sucesso da atividade, bem como para a compreensão da demanda e das tendências desta.

No planejamento turístico, devem ser levadas em consideração medidas que promovam a segurança e a proteção dos turistas, a exemplo dos serviços de emergência, centros de informação entre outros.

Os turistas também possuem uma carta de direitos turísticos (código do turista) elaborada pela OMT, contendo 15 artigos que ratificam o direito de todos ao descanso e ao lazer; além disso, reafirma a necessidade da relação amigável e respeito às populações residentes por parte dos turistas.

Todavia, como argumenta Ruschmann & Winder (2001), por enquanto o comportamento do turista em espaços naturais ainda é, em sua maioria, contrastante, pois ele deseja ver uma natureza intocada e, a despeito disso, quer tocar os animais, quer conviver com a natureza não dispensando conforto e segurança, quer a natureza "pura", porém acessível.

Atualmente, alguns autores têm levantado a possibilidade de vincular a educação ambiental em áreas turísticas, especialmente onde se pratica o ecoturismo e o turismo no espaço rural, pois estas modalidades desenvolvem-se em áreas com muitos atrativos naturais e culturais, os quais contribuem para a prática da educação ambiental.

Nesse sentido, Magalhães (2001, p. 109) esclarece que

*Para um amplo aproveitamento do potencial natural e cultural de uma área, a existência de um Centro de Interpretação Ambiental e Informações Turísticas é um recurso que tem se mostrado eficaz em lugares aonde o turismo vem sendo desenvolvido.*

Evidentemente que um Centro de Interpretação pode ser adaptado para cada realidade local, transformando-se em uma sede de atividades educativas e culturais para a realização de cursos, palestras e reuniões entre os visitantes e representantes da comunidade. Haveria ainda condições de informar os turistas a respeito do que eles podem e o que não podem fazer por intermédio de um código de comportamento.

Entende-se que, devido à complexidade e ao dinamismo da atividade turística, o envolvimento de todos os atores sociais devidamente representados seja imprescindível para desenvolvimento sustentável da atividade. Precisa-se encontrar caminhos de desenvolvimento que contemplem as realidades locais, baseado na conservação do meio ambiente e na qualidade de vida da população.

A ciência geográfica, há algum tempo, vem desenvolvendo estudos com fins de planejamento e gestão do espaço, tendo muitas vezes a paisagem como categoria de análise, pois ela constitui um elemento da identificação local/regional, sendo reconhecida como uma componente dos patrimônios natural, cultural e histórico, pelo qual sua análise e interpretação constituem um processo importante para o planejamento e gestão espaço.

A paisagem, como porção visível do espaço, constitui-se em um importante elemento de atratividade para o turismo que, por sua vez, também se transformou em objeto de reflexão da geografia. Yázigi (2002) relata que não possa

existir planejamento conseqüente sem a participação da Geografia e, tratando-se de um projeto paisagístico que ignore sua contribuição, só pode ser alienado.

Dessa forma, espera-se que este trabalho possa servir como instrumento para o planejamento e gestão da paisagem sob a ótica do turismo, especialmente àquelas paisagens naturais e rurais que necessitam de um desenvolvimento turístico sustentável.

## CAPÍTULO 2

### O TRATAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PAISAGEM:

**buscando compreender a relação entre Geografia e Turismo**

O turismo, nos últimos anos, tornou-se um fenômeno marcado por elevados índices de crescimento, passando a ser tema de pesquisas nos mais variados meios acadêmicos, em todo mundo. Pesquisadores de diversas áreas do conhecimento centram seus esforços no estudo deste tema, sob diversos enfoques analíticos e interesses.

Muitos pesquisadores concordam com a multidisciplinariedade e com a complexidade que esta questão apresenta, valorizando-a como tema. Para Andrade (1992, p. 11),

o turismo nasce de um conjunto de natureza heterogênea que impede a constituição de ciência autônoma e de técnicas específicas independentes. Não dispõe de ordenamento disciplinado e rígido, nem de metodologia própria.

Diante desta sua complexidade, Rodrigues (1997) afirmou que o turismo deve ser abordado em âmbito multidisciplinar, particularmente pelo conjunto das Ciências Sociais.

Para se estudar o turismo, é necessário partir de um complexo conjunto de teorias e técnicas decorrentes da contribuição de um número significativo de ciências, cujas bases teórico-metodológicas estejam bem consolidadas.

Rodrigues (1999), referindo-se ainda à natureza complexa do turismo, reconhece a importância do tema, que deve ser tratado no âmbito de um quadro interativo de disciplinas de domínio conexo, sendo o enfoque geográfico de fundamental importância, pois, tradicionalmente, a Geografia lida com a dualidade sociedade/natureza.

Dessa forma, o estudo do turismo, sob o prisma da Geografia, assume um papel importante, dedicando-se à análise dos processos de (re)produção do espaço turístico, da sua organização e do aproveitamento de suas potencialidades em benefício da população local e dos que buscam o lazer nessa atividade.

Barros (2000, p. 17) em seu trabalho *Manual de Geografia do Turismo*, argumenta que

Cabe a Geografia do turismo estudar as relações entre os assentamentos turísticos e o meio ambiente, as formas, as dinâmicas e as diferenciações das paisagens que se criam pela difusão e desenvolvimento da função turística, assim como as representações das paisagens turísticas.

Segundo esse autor, o conhecimento disponível na Geografia pode ser utilizado para realizar inventários e identificar áreas ou pontos potenciais para exploração turística, em frações da superfície terrestre por onde a atividade ainda não se difundiu.

Nessa mesma linha de pensamento, Campos (2001) argumenta que, à geografia, cabe, entre outras atividades, uma abordagem teórica específica, principalmente vinculada à concepção de espaço e à utilização de ferramentas conceituais geográficas como paisagem, território, lugar e região.

A tentativa de definir o objeto e os campos específicos da chamada Geografia do Turismo, para alguns acadêmicos, torna-se inoportuna, correndo o risco de retroceder e caminhar em sentido contrário ao avanço epistemológico da Geografia.

Há inúmeros trabalhos de Geografia do Turismo, não sendo novidade o tratamento geográfico sobre este prisma.

Os primeiros trabalhos geográficos desta estirpe, que se tem notícia, datam do início do século XX. Entretanto, a intensificação dessa pesquisa se dará a partir da década de 1960, impulsionada pelo desenvolvimento econômico do pós-guerra nos países capitalistas.

Rodrigues (1997), analisando as últimas décadas de realização de pesquisas, publicação de trabalhos e organização de eventos científicos, chama-nos a atenção para a necessidade de aprofundar as bases teórico-metodológicas da chamada Geografia do Turismo.

A autora, consultando a produção científica da Geografia do Turismo nessas últimas décadas, em âmbito internacional, verificou que a maioria dos trabalhos podem ser rotulados como pertencentes à geografia tradicional, destacando-se os trabalhos representantes da Geografia Crítica, fundamentados em princípios marxistas, e os baseados na percepção espacial, explorando o imaginário. Dentre as preocupações mais recentes com o meio ambiente, destacam-se diversas publicações sob o rótulo do ecoturismo.

No Brasil, as pesquisas geográficas voltadas para turismo ainda são relativamente pequenas, se se comparar com as diversas especializações da Geografia, como a agrária, urbana, entre outras.

Contudo, nesses últimos anos, tem aumentado significativamente os trabalhos sobre a Geografia do Turismo, principalmente a partir de dois eventos realizados no Departamento de Geografia da FFLCH (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas), os quais serviram como marco de referência, reunindo vários acadêmicos nacionais e internacionais.

Em decorrência dessas reuniões, surgiram inúmeras publicações de livros sobre o assunto. Ao mesmo tempo, verificou-se o crescimento de dissertações e teses sobre o turismo, tanto na geografia física como na geografia humana. Mirian Rejowsky, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo<sup>4</sup> (ECA-USP) vem sistematicamente fazendo um levantamento desses trabalhos relacionados à geografia do turismo.

Segundo essa autora, por ser um fenômeno de múltiplas faces, o turismo desenvolve-se utilizando métodos e técnicas de várias disciplinas, tais como a economia, da qual o turismo é analisado como serviço; sociologia, que estuda as interações entre os visitantes e os anfitriões; psicologia, que dá ênfase ao estudo do comportamento e a experiência do viajante; geografia, que estuda as relações espaciais e os fenômenos derivados das viagens e dos padrões de distribuição espacial da oferta e da demanda; além da geografia, existem inúmeras outras disciplinas, como a antropologia, o direito, a estatística, a administração, a história, dentre outras.

---

<sup>4</sup> Mirian Rejowsky. *Turismo e pesquisa científica*. São Paulo: Papyrus, 1997.

No que se refere às linhas de investigação sobre o espaço turístico em geografia, há diversos direcionamentos, como os citados anteriormente, que vão desde enfoques descritivos clássicos até os de natureza da geografia crítica. E, mais recentemente, surgiram muitas linhas contemplando a geografia humanística e cultural, tendo como tendência mais expressiva priorizar os estudos críticos sobre os impactos negativos do turismo em todos os seus aspetos, ou seja, no ambiental, social, econômico e cultural.

A respeito dos aspectos teórico-metodológicos da geografia do turismo, Rodrigues (2001a) considera a existência de alguns métodos de análise que podem ser utilizados em estudos da geografia do turismo; uma dessas metodologias estaria baseada nas obras de Milton Santos, na qual o entendimento referente ao espaço geográfico permite uma análise do fenómeno do turismo por meio das categorias de análise propostas pelo autor: forma, função, estrutura e processos - as bases do método de interpretação do espaço geográfico.

Ainda centrado no conceito de espaço proposto por Milton Santos, pode-se analisar o turismo por intermédio dos elementos constitutivos do espaço - os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e as infra-estruturas, estando esses elementos entrelaçados entre si, pois contem um os outros, produzindo a totalidade espacial.

A leitura da paisagem seria outra categoria de análise, talvez a mais clássica e usual. A paisagem também aparece nos trabalhos de Milton Santos com diversas concepções, em escritos diversos e em momentos distintos, sendo a forma - uma das categorias de análise proposta pelo autor, capaz de fazer a leitura de toda fisionomia geográfica de determinado espaço.

Há uma abordagem centrada no sujeito, ou seja, a apreciação da paisagem, feita por quem a observa, sendo esta concepção impregnada de conotações culturais e ideológicas. Esta forma de analisar a paisagem, que também se vale dos sentidos do organismo humano, acrescentando-se a experiência individual e o repertório cultural, além das emoções, dos valores e atitudes, estaria relacionada aos estudos da percepção ambiental, destacando os trabalhos do geógrafo Yi Fu-Tuan, principalmente as obras *Topofilia* e *Espaço e lugar*.

Ainda sobre a categoria de análise da paisagem, destacam-se os trabalhos de avaliação qualitativa da paisagem que são utilizados para classificar e hierarquizar os atrativos turísticos, os quais, pela combinação de variáveis visuais como a *cor, forma, textura, orientação, granulação e tamanho*, definem a qualidade da paisagem. Por fim, pode-se utilizar uma matriz de avaliação estabelecendo pontuação para esses efeitos visuais, o que varia de pessoa para pessoa, mas que apresenta algumas similitudes em função do imaginário coletivo, inerente a cada cultura. Após a avaliação, podem ser computados os pontos e estabelecer uma classificação hierárquica das paisagens observadas.

Rodrigues (2001a) também destaca, entre outras categorias de análise, os trabalhos desenvolvidos para fins de planejamento e gestão do território no âmbito geográfico, e que têm sido pautados pela visão sistêmica, fundamentada na distribuição de energia, partindo da idéia de que os elementos formadores do sistema relacionam-se fundamentalmente entre si, formando um todo unitário e complexo.

A Geografia, em sua tentativa de reformulação, parece ser a que mais se aproxima de uma reflexão epistemológica do estudo do turístico. Acredita-se, assim,

que a ciência geográfica possui condições para contribuir com a compreensão e a análise crítica do fenômeno turístico.

Diante do exposto, procura-se, nesta pesquisa, fundamentar uma análise da paisagem, pois julga-se ser capaz de atender aos objetivos do trabalho, destacando, de acordo com Rodrigues (1997), que o apoio em linhas teórico-metodológicas diversas não se apresenta conflitante, mas sim complementar, revelando um caminho muito rico.

Deve-se destacar que, regionalmente, vem sendo desenvolvidas pesquisas geográficas no âmbito do turismo e da paisagem; dentre os pesquisadores, pode-se destacar os trabalhos de Macedo (1998), Pirete (2001) e Candiotto (2000), os quais são apoiados em metodologias específicas.

## **2.1 – A Geografia e a Paisagem**

Tendo definido a paisagem como categoria de análise em nosso estudo, faz-se necessário seu entendimento. Portanto, busca-se, nesse momento, analisar a importância da paisagem para a Geografia enquanto fundamentação teórica para a pesquisa que ora se desenvolve.

A paisagem ocupa um lugar todo particular no campo da geografia; sua aplicação vem sendo enfatizada desde a geografia tradicional, em descrições, até os recentes estudos avançados do geoprocessamento.

Contudo, há uma grande variedade de definições e significados para a palavra "paisagem", que abrange desde aspectos artísticos e fotográficos, até abordagem das ciências naturais. Observa-se que a mesma foi descrita como quadro natural por intermédio da pintura e como categoria de análise em diversas disciplinas do século XX, daí decorre sua complexidade conceitual.

O conceito de paisagem, portanto, é complexo, e permite muitas definições, dependendo da abordagem e da especialidade de quem a utiliza. Para Pires (2001), citando Jordana, o termo paisagem, conceitualmente, tem três enfoques distintos:

- a dimensão puramente estética ou visual, que está relacionada à reação sensitiva e a resposta perceptiva do ser humano;
- a dimensão cultural, relacionada ao local de atividades humanas;
- a dimensão ecológico-geográfica, que considera a paisagem como resultado do conjunto de inter-relações entre os componentes da mesma.

Por ser um conceito que tem sido utilizado em diferentes contextos e por diversas disciplinas, torna-se importante, em cada abordagem, que sejam esclarecidos o conceito e a forma como este é empregado.

O termo paisagem é utilizado desde o final da Idade Média, englobando diversas perspectivas e variáveis através do tempo.

Rougierie & Beroutchachvilli (1990) indicam que a origem da palavra Paisagem não pode ser precisada de modo exato. Todavia, na Europa, já era conhecida a palavra germânica *Landschaft*, designada para definir uma região ou

um território onde se desenvolviam pequenas comunidades humanas. Do paralelismo com o termo *land*, com um sentido praticamente igual, originaram os termos *landscape* (inglês) e *landschap* (holandês).

A noção de paisagem no âmbito da ciência geográfica surgiu na metade do século XIX, nos escritos de Humboldt e de outros pesquisadores da escola alemã, sendo atrelada aos aspectos visíveis do meio que derivam ora em direção a uma valorização da descrição dos elementos físicos, assumindo uma conotação naturalista, ora privilegiando os elementos de ordem culturais, enfatizando a organização de espaço na superfície terrestre e a sua função no desenvolvimento histórico.

Troll (1996) considerava a paisagem para além da forma, concebendo-a como o conjunto das interações homem/meio, sendo resultado de um processo de articulação entre os elementos constituintes. Em sua visão, a análise da paisagem poderia ser de ordem exclusivamente natural ou de ordem humana, surgindo, assim, os conceitos de paisagem natural e paisagem cultural. Muitas outras classificações surgiram na tentativa de compreender a paisagem, a exemplo das paisagens urbanas e rurais, entre outras.

Devido às inúmeras definições, bem como à emergência de novas teorias em Geografia, seu uso foi sendo abandonado aos poucos em prol da utilização de outros conceitos. Entretanto, a partir da década de 1960, o termo paisagem renasce nos estudos de Geografia, readquirindo sua importância frente à forma como era aprendida anteriormente. O contexto desse renascimento evidenciou a emergência do conceito de "geossistema".

Com o surgimento da Ecologia, a metodologia sistêmica foi incorporada aos estudos de paisagem, surgindo o termo Geossistema: um modelo e um conceito teórico aplicável a qualquer paisagem.

O termo geossistema foi utilizado pela primeira vez por Sotchava, um dos líderes da escola soviética da qual originaram-se pesquisas aplicadas ao reconhecimento e ao desenvolvimento econômico de terras virgens da antiga União Soviética, e que teve como mérito principal os avanços epistemológicos na ciência da paisagem.

O autor considerou geossistema como a conexão da natureza com a sociedade. Nessa classificação o geômeros (áreas dotadas de homogeneidade, definidas por certa analogia com unidades florísticas) e os geócoros (agrupamento de um conjunto de pequenas áreas homogêneas) relacionam-se segundo uma ordem de dimensões, partindo hierarquicamente do planetário ao topológico.

Bertrand, um dos principais pesquisadores da escola francesa, bem como Tricart e Cailleux foram os responsáveis pela fundamentação do geossistema. Com o referido autor, a paisagem reaparece no cenário geográfico como uma unidade concreta e dinâmica, muito mais próxima do objeto da Geografia enquanto objeto do espaço e da sociedade.

Bertrand (1968, p. 2), ao propor o estudo da **Geografia Física Global**, pensou a paisagem como

...resultado sobre uma certa porção do espaço, da combinação dinâmica e portanto, instável dos elementos físicos, biológicos e antrópicos que interagindo dialeticamente uns sobre os outros fazem da paisagem um conjunto único e indissociável em continua evolução.

A interpretação de Bertrand (1968), concernente às unidades de paisagem, é tida como taxinomia hierarquizada, sendo definida por ordem de grandeza: zona, domínio, região natural, geossistema, geofácies e geótopo. Nesse sentido, Bertrand destaca a aparência fisionômica da paisagem como o elemento determinante na definição de unidades básicas, com vistas a sua cartografia, considerando-a uma síntese da integração entre os elementos.

Na tentativa de compreensão da paisagem em sua totalidade, ou seja, a relação homem-natureza e não apenas os fatores bióticos e abióticos, seria necessário entender o tripé proposto pelo autor: **potencial ecológico** (geologia, geomorfologia, clima), **exploração biológica** (vegetação, solo e fauna) e a **ação antrópica**, relacionando cada uma dessas faces e buscando ressaltar o papel desempenhado por elas na configuração da paisagem.

Na geografia brasileira, os estudos sistêmicos foram divulgados por Antônio Christofolletti. Entretanto, muitos pesquisadores se apoiaram na paisagem como categoria de análise, buscando na Geografia Física Global a base teórico-metodológica para suas pesquisas.

Entre eles, destaca-se Ab'Saber (1969), que propôs uma abordagem da paisagem em três níveis. Sumariamente, essa proposta recomenda que, no primeiro nível, se faça uma caracterização e descrição das formas de relevo com fins de compartimentação topográfica; no segundo nível, propõe o levantamento das informações da estrutura superficial da paisagem que permitam estabelecer relações com os processos formadores da paisagem; e, no último nível, enfoca a dinâmica atual e a funcionalidade das paisagens, denominado fisiologia das paisagens.

Ribeiro (1989; 2001) também abordou a paisagem em seus estudos, definindo-a como a síntese concreta das relações entre a sociedade e a natureza, em sua estrutura e em sua dinâmica. Para o autor,

...compreender os mosaicos das paisagens de um determinado território é desvendar não apenas o significado dos sinais exteriores percebidos pelo sentido da visão. É principalmente, entender os processos estruturadores e dinâmicos da própria realidade percebida (RIBEIRO, 2001, p. 2)

Entretanto, o modelo do geossistema, apesar de ser considerado excelente para estudos da paisagem, é de difícil aplicabilidade tanto no meio acadêmico quanto no setor privado, devido à necessidade de interdisciplinaridade e da própria conjuntura atual das universidades brasileiras. Assim, os pesquisadores são obrigados a priorizarem a análise dos elementos bióticos, abióticos e antrópicos de maior relevância para seus estudos.

Milton Santos, com uma concepção mais humanista da Geografia, concebe paisagem como a expressão materializada do espaço geográfico, interpretando-a como forma, conforme se citou anteriormente. Nesse sentido, Santos considera a paisagem como um constituinte do espaço geográfico (sistema de objetos).

Santos (1997, p. 83) considera a paisagem "como o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza".

Nessa perspectiva, a paisagem é "transtemporal", juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal juntando objetos. O autor também diferencia espaço de paisagem, onde o espaço é sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única, enquanto paisagem, um conceito muito

difundido na obra de Santos (1982, p. 38), refere-se àquele em que “a paisagem é o resultado de uma acumulação de tempos”. Assim, a paisagem seria a forma espacial presente, o testemunho de formas passadas que podem ou não persistir.

O uso do termo paisagem passou a ser refletido sobre outras acepções, pelos geógrafos, fundamentando-o em outras matrizes epistemológicas, como a Cultural e a Humanista. Assim, os estudos da paisagem passam a analisar, simultaneamente, várias dimensões: morfológica, funcional, histórica, espacial e simbólica, tendo em vista a sua capacidade integrativa nos estudos de planejamento e organização do espaço.

Os estudos de percepção da paisagem tomaram destaque na Geografia, tendo o geógrafo Tuan como um dos pioneiros no cenário internacional, já citado anteriormente, ganhando grande relevância para a compreensão das atitudes dos sujeitos e dos grupos sociais sobre o ambiente.

No Brasil, as pioneiras nos estudos de percepção e atitude ambiental são as professoras Livia de Oliveira e Lucy Machado, pertencentes ao grupo de trabalho da UNESP-Rio Claro; contudo, várias outras universidades vêm trabalhando com o tema.

No âmbito da Geografia, a paisagem também tem sido estudada sobre o prisma do turismo, pois a paisagem é composta e formada por elementos geográficos, os quais são transformados em recurso para a atividade turística. Portanto, entende-se ser relevante também refletirmos a relação existente entre a paisagem e o turismo.

## 2.2 - O Turismo e a Paisagem

A relação entre o turismo e a paisagem parece ser inerente, visto que, para muitos indivíduos o significado do turismo, de forma geral, é viajar para um lugar diferente de sua moradia e fazer algo que contraste com seu cotidiano.

Dessa forma, a paisagem é o fator que melhor indica a tão desejada mudança temporária de lugar, sendo valorizada como recurso turístico. Conforme Midaglia (1996, p. 37), "a paisagem de lazer é imaginada e sonhada muito antes que as pessoas tenham férias. São desejadas e fantasiadas durante os dias de escola ou trabalho, gerando um certo grau de expectativa, e ansiedade...".

Nesse sentido, Rodrigues (1997, p. 48) afirma:

A paisagem em si é um notável recurso turístico. Tendo em vista que o turista busca na viagem a mudança de ambiente, o rompimento com o cotidiano, a realização pessoal, a concretização de fantasias, a aventura e o inusitado, quanto mais exótica for a paisagem, mais atrativa será para o turista.

Seguindo esta mesma linha de pensamento, Pires (1996, p. 162)

confirma:

Se a razão de ser do turismo - aquilo que mais caracteriza este fenômeno - é o deslocamento ou movimento voluntário das pessoas de um lugar para outro no espaço, então o turismo pode ser concebido como uma experiência geográfica na qual a paisagem se constitui num elemento essencial.

Para Arlete Rodrigues, pensa-se a paisagem por intermédio de diversos significados. Contudo, em relação ao turismo, a autora diz:

Para a atividade turística a paisagem parece ser compreendida como um conjunto de objetos visíveis aos olhos e que podem propiciar um forma de "reencontro" com a natureza (natural?), ou com formas pretéritas de organização social (paisagem histórica). Neste olhar sobre a paisagem se descaracterizam, em geral, as relações sociais, pois o que é visível ou o que se busca é o descanso que a natureza propicia ou a cultura que as paisagens históricas mostram (RODRIGUES, 1999, p. 48).

A paisagem natural, ou mesmo a paisagem transformada pelo homem, quando tem marcas que expressam o belo, o interessante, o histórico, atraem os turistas; isto valer dizer que a paisagem representa o cerne do produto do turismo em muitas localidades.

Evidentemente, em alguns casos a paisagem não consiste na motivação principal, pois muitas viagens se devem a objetivos específicos: visita a parentes e amigos, cumprimento religioso, realização de negócios e assim por diante. Por conseguinte, reduzir o turismo à mera questão da paisagem seria falsear demais (YÁZIGI, 2002).

De maneira geral, os recursos turísticos são originários de três vertentes básicas: a natureza, a cultura e a paisagem, as quais mantêm interfaces e se complementam como patrimônio para o turismo e o lazer. Dado o enfoque do trabalho, será abordada apenas a paisagem como recurso turístico.

Os recursos turísticos ou atrativos turísticos, aqui tratados como sinônimos, são elementos e manifestações de origem natural e cultural pertencentes a certas localidades nas mais variadas escalas, e que despertam o interesse nato do ser humano pelo seu conhecimento e desfrute.

Entretanto, a paisagem, enquanto expressão espacial e visual do ambiente, desperta o interesse turístico diante dos valores derivados de sua percepção. Dessa maneira, a avaliação da paisagem como recurso turístico está extremamente relacionada a critérios baseados em juízo de valor pessoal ou profissional, apresentando resultados evidentemente subjetivos.

A utilização dos recursos naturais ou culturais para a atividade de lazer e turismo ocorre de forma diferenciada de outras atividades econômicas. Assim, reconhecendo essa característica própria e diferenciada da atividade turística, Pires (2001) afirma que um recurso turístico não se define apenas pela sua própria existência, mas sim pela sua capacidade de satisfazer as necessidades humanas.

O desenvolvimento do turismo depende integralmente dos recursos turísticos, sendo estes capazes de desencadear as motivações para as pessoas deslocarem-se e permanecerem certo tempo em contato e no desfrute com os mesmos.

De acordo com Pires (1996), a dimensão visual da paisagem constitui o principal apelo de atratividade, residindo nesse fato a transformação da paisagem em recurso turístico. A paisagem deixa de ser considerada apenas um simples contorno estético, e passa a ter importância crescente em meio ao conjunto dos demais recursos naturais e culturais aproveitáveis pelo ser humano.

São os elementos naturais ou artificiais da paisagem os responsáveis pela sua qualidade visual intrínseca que, por meio do observador, transforma-se em um importante recurso turístico, valorizando esses elementos tal qual se vê nos folhetos publicitários.

Nesse sentido, Rodrigues (2001) comenta que é por este motivo que o marketing turístico explora tanto a fotografia nos *folders* promocionais. No entanto, atualmente, com o uso das técnicas de computação gráfica, maquilha-se as representações imagéticas das paisagens, distorcendo a realidade, resultando em propagandas enganosas que causam não raro, frustração nos visitantes.

Contudo, deve-se atentar para o fato de que, apesar da paisagem ser um reflexo do seu aspecto visual, corre-se o risco de desprezar outros aspectos essenciais para sua compressão, ou seja, deve-se vê-la como cenário, mas também perceber as cenas, os movimentos lentos que se traduzem no dia a dia, resultantes das ações dos que a utilizam (MIDAGLIA, 1996).

A utilização da paisagem como recurso turístico a transforma, pois ela faz parte da função consumo, sofrendo adequações que visam atrair os visitantes, mesmo que isto implique em alterações profundas. O mercado turístico opera em função dos agentes econômicos, do fluxo de capitais. Assim, a paisagem é consumida tal como uma mercadoria – salvo quando ocorre uma intervenção governamental – tendo seus elementos transformados e remodelados de maneira a garantir o sucesso dos empreendimentos.

Segundo fonte citada por Pires (1996), ao mesmo tempo em que o indivíduo vê na paisagem um valor fundamental para toda oferta turística, identifica nessa atividade uma das maiores causas de sua degradação, o que pode resultar no detrimento da própria rentabilidade econômica dos assentamentos turísticos; a partir do momento em que se consolida uma determinada oferta turística, a paisagem deve ser considerada um recurso turístico muito mais valioso que outros recursos, por ser a imagem utilizada com mais frequência para difundir tal oferta.

Dessa forma, o desenvolvimento turístico exige que, ao longo do processo, evidencie-se a importância da paisagem para as comunidades receptoras, conferindo-lhe um significado social e de estima para ser protegida e manter seu interesse para os visitantes.

A paisagem, para o turismo, é muitas vezes o fator determinante para a escolha de um destino de viagem e lazer, embora ela possa ser transformada rapidamente por falta de um planejamento e manejo adequados. Muitas vezes, desconsideram-se os estudos de impactos ambientais (EIA/RIMA) e os aspectos sociais.

Em virtude da degradação da paisagem, decorre, em muitos casos o abandono da atividade turística, levando a população autóctone envolvida com o turismo a conviver com o fruto desse fracasso, ou seja, os impactos econômicos, ambientais e sociais dos empreendimentos turísticos.

Conseqüentemente, a utilização da paisagem pelo turismo deve considerar todos seus aspectos, não somente os naturais, mas também as mudanças sociais, culturais e econômicas oriundas da reorganização do espaço pela atividade.

Porém, a alteração da paisagem pode ocorrer não somente proveniente da atividade turística. O turismo "é provavelmente menos significativo em seu impacto que outros setores de atividade, tais como a agricultura, silvicultura, mineração etc." (SWARBROOKE, 2000, p. 77). Essas atividades podem comprometer a dinâmica da paisagem, causando-lhe, em alguns casos, danos irreversíveis.

A paisagem e o turismo estão intimamente relacionados, portanto. É importante a investigação das transformações e das conseqüências exercidas pela atividade turística na dinâmica da paisagem, pois ela é elemento substancial no fenômeno turístico e um recurso valioso no desenvolvimento e na consolidação do mesmo.

### **2.3 - A paisagem sob a ótica do turismo: procedimentos metodológicos**

Para o desenvolvimento desta pesquisa, optou-se pelo conjunto de Procedimentos definido por Ribeiro (2001), proposto no artigo *Teoria da Paisagem aplicada ao Desenvolvimento Rural Sustentado*, que estabelece, com muita propriedade e clareza, os níveis de tratamento a serem trilhados na pesquisa da paisagem, podendo claramente ser utilizados para a investigação de áreas com potencialidade turística.

A proposta acima citada recomenda cinco níveis de abordagens para o estudo da paisagem, sendo, em sua origem, parcialmente adaptada da proposta de Ab'Saber (1969), que utiliza apenas três níveis de tratamento.

## *Na Teoria da Paisagem aplicada ao Desenvolvimento Rural Sustentado*

afirma-se que

O estudo das paisagens objetivando a construção de um sistema de tomada de decisões no sentido do desenvolvimento rural sustentado deve seguir um conjunto de etapas ou níveis que passam pela elaboração de diagnósticos e proposições. A fase do diagnóstico se constitui na aplicação de um conjunto de técnicas de domínio geográfico, com a análise das estruturas (horizontal e vertical) e da dinâmica das paisagens em direção à construção de um sistema taxonômico que auxilie nas futuras tomadas de decisão para o desenvolvimento rural sustentado (RIBEIRO, 2001, p.02).

Os cinco níveis na interpretação da paisagem, apresentados por Ribeiro (2001), são:

### **1º nível: Análise da estrutura horizontal das paisagens**

Este primeiro nível tem como objetivo definir a estruturação horizontal das paisagens por meio da sua compartimentação. O critério básico de definição da estrutura das paisagens refere-se à compartimentação topográfica, seguindo-se a diferenciação do uso do solo e das atividades humanas.

### **2º nível: Análise da estrutura vertical das paisagens**

Nesta segunda etapa, propõe-se o levantamento das informações da estrutura vertical das paisagens a partir de dados de campo, estabelecendo-se o arranjo dos materiais construtivos das paisagens de forma temática e hierarquizada, com o propósito de definir sua temporalidade.

No entendimento do autor, identificar a sucessão dos eventos que resultaram no mosaico das paisagens atuais é reconstruir a própria história (natural e econômica) local, onde o uso e a ocupação do solo são elementos de fundamental importância para sua compreensão.

### **3º nível: Dinâmica das paisagens**

O terceiro nível está relacionado à dinâmica atual das paisagens: busca-se a síntese do conhecimento dos processos naturais e sociais, tendo por objetivo compreender a funcionalidade da paisagem como um todo.

Os indicadores da sustentabilidade econômica, social e ambiental poderão ser alcançados pela compreensão entre as dinâmicas atual e pretérita das paisagens. A paisagem, enquanto recurso turístico, tem na interação entre os elementos naturais e antrópicos seus indicadores de potencialidade turística, podendo ser identificado por unidade de paisagem.

Dessa forma, o objetivo é compreender como os diferentes elementos que compõem a estrutura das paisagens funcionam e interagem, bem como os impactos do uso e da ocupação sobre estas paisagens, a partir da interferência humana nos processos e nos elementos que atribuem atrativo potencial ao turismo alternativo.

### **4º nível: Taxonomia das paisagens**

Neste nível, propõe-se um sistema de classificação de natureza hierárquica e taxonômica, realizado por meio do conhecimento da organização

estrutural e da dinâmica das paisagens, segundo critérios que atendam aos objetivos da pesquisa. Trata-se de construir um modelo espacial de natureza dinâmica, que, de forma predizente, seja capaz de identificar os possíveis impactos sociais e ambientais, a ineficiência dos modelos de gestão nas propriedades rurais, bem como o potencial dos recursos naturais e culturais para o desenvolvimento de formas alternativas de turismo.

#### **5º nível: Sistema de suporte à tomada de decisões**

Os modelos predizentes de gestão territorial e ambiental, associados ao conjunto dos dados e informações levantadas e elaboradas anteriormente, poderão ser colocados à disposição das comunidades envolvidas no processo produtivo sob a forma de um sistema de suporte à tomada de decisão.

Neste último nível, a participação das comunidades locais é de fundamental importância, pois na construção do sistema de suporte à tomada de decisões, seja nos planos ou projetos de ação social, econômica ou ambiental, são as comunidades envolvidas as responsáveis pelas ações concretas subsequentes.

O papel do pesquisador é apoiar técnica e politicamente a implantação das iniciativas derivadas dos referidos resultados. Todavia, as pesquisas não devem terminar, pois, com o monitoramento é possível, sempre será necessário re-elaborar os diagnósticos e prognósticos, a fim de alcançarem-se indicadores de sustentabilidade.

Considera-se que a trajetória dos procedimentos de Ribeiro (2001) evidencia-se de forma adequada para a pesquisa que pretende possibilitar a

identificação e avaliação das potencialidades turísticas e de lazer existentes em compartimentos de paisagem da Bacia do Rio Claro, e elaborar propostas de melhor aproveitamento das mesmas para tais atividades.

Perseguindo a proposta de Ribeiro (2001), descreve-se, de agora em diante, os procedimentos e materiais utilizados nessa pesquisa.

A primeira etapa constitui-se do levantamento e análise dos dados bibliográficos e cartográficos referentes à compartimentação das paisagens da Bacia do Rio Claro. As bases cartográficas foram adaptadas de Soares (2002); utilizaram-se os mapas de geomorfologia e uso do solo, elaborados na escala 1:100.000, a partir das cartas topográficas de Nova Ponte (SE 23-Y-C-I) e Uberaba (SE 23-Y-C-IV), elaboradas pelo IBGE.

Concomitantemente aos levantamentos bibliográficos e cartográficos, efetuaram-se as pesquisas de campo, que se constituíram em uma das etapas principais da pesquisa, possibilitando o entendimento da estruturação das paisagens e sua dinâmica. Ainda nessa etapa foram realizadas entrevistas, registro fotográfico, identificação e mapeamento das áreas de lazer e turismo, bem como os principais problemas ambientais dos atrativos turísticos. Na identificação dos atrativos turísticos foi utilizado o GPS (Sistema de Posicionamento Global).

As entrevistas informais e a aplicação de questionários foram realizadas com os visitantes do Camping Rio Claro e da Cachoeira da Fumaça. Optou-se por estes locais por apresentarem uma concentração maior de visitantes. Os questionários tiveram por objetivo traçar um perfil dos visitantes, bem como as formas de viagem, hospedagem, principais atividades exercidas por eles, entre

outros, conforme ANEXO. Foram aplicados 20 questionários no Camping Rio Claro e 25 na Cachoeira da Fumaça.

O entendimento da dinâmica da paisagem, em conjunto ao conhecimento das organizações estruturais, possibilitou avançarmos até o quarto nível. Nesse momento foi realizada a confecção de um quadro síntese dos compartimentos, bem como dos sub-compartimentos das paisagens do Rio Claro, contendo seus atributos e a existência ou não de potencial turístico, além da elaboração de um mapa representando a compartimentação da paisagem e alguns de seus atrativos turísticos, apresentado na escala de 1:200.000 sendo utilizado para sua confecção o software Auto Cad.

Com a classificação e hierarquização das paisagens, buscou-se avaliar os atributos turísticos de cada sub-compartimento, identificando suas potencialidades turísticas.

Em seguida, realizou-se uma caracterização dos sub-compartimentos com potencial turístico, permitindo elaborar propostas e recomendações para o melhor aproveitamento turístico da Bacia do Rio Claro, sendo apresentado um quadro síntese. Elaborou-se, também, um mapa na escala 1:80.000 do compartimento de relevo dissecado associado aos elementos turísticos.

Dessa maneira, acredita-se que as informações levantadas e elaboradas servirão como suporte para a tomada de decisões, o que complementa o último nível da pesquisa.

### CAPÍTULO 3

#### A ESTRUTURAÇÃO DAS PAISAGENS NA BACIA DO RIO CLARO

Apresenta-se nesse capítulo a estruturação das paisagens da Bacia do Rio Claro, seguindo os níveis propostos por Ribeiro (2001), conforme se mencionou no capítulo anterior. Inicia-se com as análises das estruturas horizontais e verticais da paisagem, constituindo, em um primeiro momento, do levantamento das características físicas da área, imprescindível para o reconhecimento das formas e dinâmica da paisagem. Caracterizar-se-ão os macro-compartimentos de paisagem levantados no campo e na literatura regional, de forma a facilitar a compreensão dessa organização espacial, em todos seus aspectos ambientais, sociais e econômicos.

De acordo com os objetivos da pesquisa, na compartimentação da paisagem da Bacia do Rio Claro busca-se seu entendimento em função da possibilidade do aproveitamento destes para o turismo eco-rural. Para tanto, em seguida, serão apresentados os compartimentos e sub-compartimentos de paisagem da Bacia do Rio Claro em conjunto dos atributos turísticos com o intuito de avaliar as potencialidades para o desenvolvimento do turismo eco-rural.

### 3.1 – A compartimentação das paisagens da Bacia do Rio Claro sob a ótica do turismo eco-rural

Na caracterização da paisagem de determinado lugar, devem ser considerados todos os elementos e interações, pois cada um tem um papel importante na composição da paisagem.

Feltram Filho (1997), Nishiyama (1989) e Baccaro (1991), em seus estudos, retrataram as estruturas da paisagem regional. Com base nesses autores, verifica-se que a Bacia do Rio Claro está inserida no Domínio morfo-estrutural da Bacia Sedimentar do Paraná, sendo representada por chapadas do Oeste mineiro, sustentadas pelos arenitos da Formação Marília, com presença de rochas da Formação Serra Geral, do Grupo Araxá e do Complexo Goiano nos vales dos rios.

A maior parte da bacia compõe-se pelos arenitos da Formação Marília, com uma pequena presença da Formação Uberaba na borda sul da bacia; caracteriza-se, ainda, por apresentar rochas areníticas conglomeráticas grosseiras, agregando fragmentos basálticos e arenitos de outras fontes.

Nos cursos d'água e nas vertentes, as estruturas geológicas que afloram são representadas pelos conglomerados de Arenitos Marília e pelos basaltos da Formação Serra Geral.

O clima da região em estudo tem como principal característica o fato de apresentar duas estações distintas, uma com verão chuvoso (de outubro a abril) e outra de inverno seco (de maio a setembro), sendo a estação chuvosa quente e a

estação seca amena. As massas de ar que exercem maior influência na região são a Tropical e a Polar Atlântica.

Feltran Filho (1997), analisando as massas de ar que atuam na região, explica que, durante o verão, período de concentração das precipitações pluviais, predomina a massa de ar Tropical Atlântica. O inverno é marcado pela estabilidade do tempo e ausência de nuvens: portanto, céu limpo e intensa radiação solar, fazendo com que os dias fiquem aquecidos e ocorra resfriamento noturno, devido ao avanço e penetração da massa Polar no interior do país.

As precipitações totais anuais têm em média 1500 mm. A concentração das chuvas registra-se durante o período de outubro a maio. As temperaturas médias anuais estão entre 23 e 25°C, sendo junho o mês com menores temperaturas, variando entre 18 e 20°C, e outubro o mês mais quente, com médias entre 24 e 27°C (RIBEIRO et al., 1997).

As condições climáticas influenciam a paisagem da região, principalmente no que se diz respeito à vegetação; no final dos períodos secos, a paisagem torna-se mais agreste, devido às gramíneas que se transformam em palha seca (macega) e a algumas árvores (as caducifólias), que perdem as folhas.

Feltran Filho (1997) levanta alguns problemas ambientais que podem ocorrer devido ao ritmo hidrológico regional, como o favorecimento do processo de erosão laminar, percebido mais facilmente nos leitos dos riachos e córregos, pelo acúmulo de sedimentos transportados pelas enxurradas. As ravinas e voçorocas são claramente reconhecíveis nas vertentes e até mesmo nas áreas de chapada. Esse processo de desgaste superficial do solo é a combinação das águas pluviais com a

atividade antrópica mal planejada sobre um solo de agregação frágil (proveniente do arenito).

Os principais tipos de solos que ocupam a região são os latossolos Vermelhos-Amarelos e Vermelhos-Escuros, que aparecem preferencialmente nos relevos planos e suave ondulados; são solos originários de rochas sedimentares do Grupo Bauru, principalmente da Formação Marília. Há também, nas chapadas, o latossolo roxo, que se distribui em espaços restritos, em lugares no quais ocorrem a exposição de rochas do Grupo Serra Geral; ainda são encontrados solos do tipo Gley húmico álico e distrófico (solos hidromórficos), presentes nos fundos de vale das chapadas e, principalmente, nas porções mais largas das chapadas (FELTRAN FILHO, 1997).

A classificação das unidades geomorfológicas do Triângulo Mineiro foram elaboradas por Baccaro (1991) em um estudo no qual se consideraram a geologia, as formas e o nível de dissecação do relevo, sendo identificadas as seguintes unidades geomorfológicas: "Área de relevo intensamente dissecado, Área de relevo medianamente dissecado, Área de relevo residual e Área elevadas de cimeira entre 950 e 1050m, com topos planos, amplos e largos". Segundo a autora, são nas unidades dos relevos medianamente e intensamente dissecados que surgem as corredeiras e cachoeiras.

Quanto à vegetação, a área em estudo encontra-se no domínio dos Cerrados, que ocupavam cerca de 1/4 do território brasileiro, estando espalhados por 10 estados: Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Maranhão, Piauí, Rondônia e São Paulo.

Muitos autores discutiram as origens, os conceitos e a caracterização do Cerrado. Dentre eles, pode-se destacar Warming (1892, reeditado em 1973), Cole (1958), Ferri (1977), RADAMBRASIL (1983), Eiten (1972), Goodland e Ferri (1979); contudo, foi a partir da realização do Simpósio Sobre Cerrado, realizado em 1962, em São Paulo, organizado com o propósito de reunir publicações sobre o assunto, além de outros objetivos que refletiram um maior interesse pelo tema. Daí surgiram vários outros simpósios e reuniões, que se caracterizaram como importantes foros para debates.

Portanto, o Cerrado é o segundo bioma brasileiro que naturalmente ocupava cerca de 2 milhões de Km<sup>2</sup>, tendo uma megabiodiversidade, cuja vegetação apresenta-se como um mosaico de formas fisionômicas, desde campos até formas florestais, como o Cerradão. É no Cerrado que se encontram as nascentes da Bacia do Prata, do São Francisco e da Amazônia.

O processo de ocupação do Cerrado, subsidiado pelo Estado em nome do desenvolvimento e da modernidade da agricultura, favoreceu a expansão das atividades agrícolas, resultando em índices elevadíssimos de desmatamento e perda da biodiversidade deste bioma, ainda pouco conhecido e protegido.

Este processo fez a vegetação natural transformar-se em um arquipélago cada vez mais fragmentado, ficando ilhada em meio a uma matriz de agrossistemas. As áreas naturais do Cerrado, protegidas em parques e reservas, são menos de 100, compreendendo cerca de 6,5% da área total do Cerrado.

Ab`Saber (1971) caracterizou as áreas de Cerrados em dois grandes grupos: **Área "Core" dos Cerrados**, correspondendo à área núcleo do Bioma dos Cerrados sito no Planalto Central do Brasil e **Áreas de Cerrados Periféricos**, que se

constituem em zonas de transição entre os cerrados e outros biomas, sendo as condições ambientais diferentes daquelas encontradas na área núcleo. Nessas áreas de Cerrado periférico está a região do Triângulo Mineiro.

A vegetação do Cerrado "é uma mistura de árvores baixas e um bem desenvolvido estrato herbáceo rasteiro" (GOODLAND & FERRI, 1979, p. 25). O bioma é composto por arbustos e pequenas árvores retorcidas de folhas grossas, emergindo de uma camada herbácea rasteira que reveste o solo quase de forma completa.

O Cerrado apresenta um mosaico de formas fisionômicas, manifestando-se como Campo Limpo, Campo Sujo, Campo Cerrado, Cerrado *stritu sensu* e Cerradão (COUTINHO, 1990); associado às margens dos cursos d'água e vales, manifestam-se como Mata de Galeria e Mata Mesofítica de Encosta, além dos tipos campestres representados pelos Campos Úmidos e Veredas.

A vegetação natural da Bacia do Rio Claro foi quase totalmente destruída; são poucos os lugares em que a fisionomia original ainda não foi alterada, embora sejam encontradas manchas de matas e algumas fisionomias remanescentes.

Na Bacia do Rio Claro, a área que ainda preserva um pouco da vegetação natural está localizada no baixo curso do rio nas áreas dissecadas, enquanto que nas áreas de chapada a vegetação natural foi obrigada a ceder lugar, quase totalmente, às culturas anuais, principalmente, à soja e ao milho, restando apenas uma estreita faixa de mata ciliar às margens dos cursos d'água. E nas áreas úmidas, a vegetação é composta por gramíneas e ciperáceas típicas dessas áreas.

As matas mesofíticas de encosta ocupam as áreas de relevo intensamente dissecado, pois são, geralmente, associadas ao relevo inclinado, sobre solos rasos, com boa fertilidade natural por estarem sobre afloramentos basálticos, e que apresenta umidade relativa alta em seu interior, com altura média das árvores em torno de 20 m. Ficam as matas ciliares restritas às cabeceiras das nascentes dos cursos d'água nessas áreas de relevo dissecado.

Nas áreas com menor declividades do baixo curso do Rio Claro, podem ser identificadas as diferentes fisionomias do Cerrado. Restando apenas um resquício de Cerrado, com árvores tortuosas de porte médio, distribuídas entre arbustos e um estrato herbáceo-graminoso denso. O Campo Cerrado e Campo Sujo também estão presentes na área, sendo o último mais representativo.

O Campo Cerrado apresenta árvores esparsas, com ocorrência freqüente de arbustos e predomínio de estrato herbáceo. As fisionomias do Campo Sujo caracterizam-se pela total ausência de elementos arbóreos, com estrato herbáceo muito denso e arbustos esparsos.

Dentre as espécies vegetais do Cerrado, baseados em Goodland & Ferri (1979) destacam-se o Angico (*Piptadenia*), a Aroeira (*Astronium urundeuva*), a Mangabeira (*Hancornia speciosa*), o Barbatimão (*Stryphnodentron*), o Ipê-amarelo (*Tecoma longriflora*), Ipê-branco (*Tecoma umbellata*), Ipê-roxo (*Tecoma avellandaeae*), o Jacarandá (*Jacaranda*), o Jatobá (*Hymenaea*), a Copaíba (*Copaifera langsdorfii*), o Murici (*Bysonima sp.*), a Guabiroba (*Cactus spectosa*), a Lobeira (*Solanum lycocarpum*), a Gabiroba (*Camponesias sp.*), o Pequi (*Caryocar brasiliense*), a Sucupira (*Bowdichia virgilioides*), a Paineira (*Chorisia speciosa*) e o Indaiá (*Attalea exigua*).

Em relação às gramíneas, destacam-se o capim-flexa (*Tristachya leiostachya*) e o capim-flexinha (*Echicolaena inflexa*), também as veredas de buriti (*Mauritia flexuosa*), formações compostas por essas palmeiras que se desenvolvem nos varjões próximos às nascentes dos córregos, dos campos úmidos e dos campos de murunduns (GOODLAND & FERRI, 1979).

É bem verdade que muitas dessas espécies, atualmente, são pouco encontradas, principalmente as chamadas "madeiras de lei", entre outras, devido ao desmatamento, ficando restrita às Unidades de Conservação, áreas protegidas pela legislação.

Muitas espécies vegetais do Cerrado são utilizadas para fins ornamentais e medicinais. Existem milhares de ervas, folhas, cascas e raízes que são manipuladas para a obtenção de remédios. Tradicionalmente, esse conhecimento das propriedades das plantas é praticado pela figura popularmente chamada de "raizeiro".

A fauna do Cerrado é muito rica. Existem inúmeras espécies de aves, mamíferos, e répteis. Entre os insetos, destacam-se as mais de 90 espécies de cupins, 1.000 de borboletas e mais de 500 tipos diferentes de abelhas e vespas.

Encontra-se, no Cerrado, aves como a Ema (*Rhea americana*), o Gavião Carcará (*Polyborus plancus*), a Seriema (*Cariama cristata*), o Pica-pau-do-campo (*Colaptes campestris*), a Coruja-buraqueira (*Athene cunicularia*), o Quero-quero (*Vanellus chilensis*), o Urubu-rei (*Sarcoranphus papa*), o Tucano (*Ramphastos toco*), diversos tipos de periquitos, além de inúmeros outros pássaros.

Entre os mamíferos, os mais importantes são o Lobo-guará (*Crysocyon brachyurus*), a Onça Pintada (*Panthera onca*), a Anta (*Tapirus terrestris*), o Tamanduá-bandeira (*Mimercophaga tridactyla*), o Tatu-canastra (*Priodontes maximus*), o Queixada (*Tayassu pecari*), o Veado-campeiro (*Ozotocerus benzoarticus*) e diversos tipos de macacos.

Deve-se ressaltar que muitas dessas espécies de animais e aves estão ameaçadas de extinção, devido à depredação de seu efetivo e de seu ambiente por humanos.

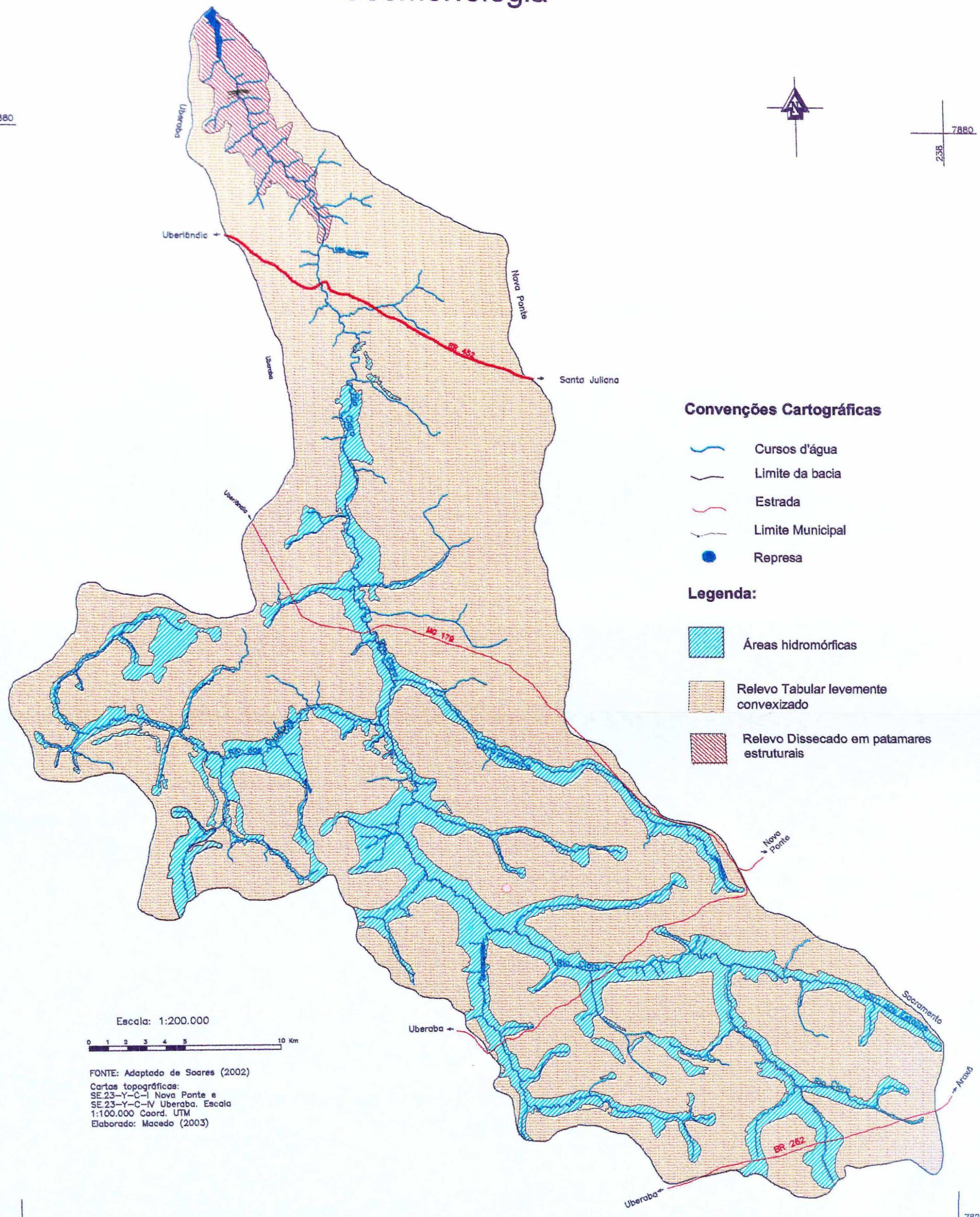
Soares (2002), a partir da proposta de Ab'Saber, fez um estudo detalhado da estrutura da paisagem da Bacia do Rio Claro, levando em consideração a compartimentação topográfica, a composição e o uso da estrutura superficial da paisagem, bem como sua dinâmica; desta forma, adota-se nesta pesquisa sua classificação para a caracterização ambiental da área em estudo. Foram identificados três arranjos paisagísticos: Áreas de Topos Planos, Áreas com Campos Hidromórficos e Áreas Dissecadas em Patamares Estruturais (Cf. FIGURA 02).

# Bacia do Rio Claro - MG

## Geomorfologia

7880  
180

7860  
235



### Convenções Cartográficas

- Cursos d'água
- Limite da bacia
- Estrada
- Limite Municipal
- Represa

### Legenda:

- Áreas hidromórficas
- Relevo Tabular levemente convexizado
- Relevo Dissecado em patamares estruturais

Escala: 1:200.000



FONTE: Adaptado de Soares (2002)  
 Cartas topográficas:  
 SE.23-Y-C-I Nova Ponte e  
 SE.23-Y-C-IV Uberaba. Escala  
 1:100.000 Coord. UTM  
 Elaborado: Macedo (2003)

7820  
180

7820  
235

### 3.1.1 – Áreas de Topos Planos

As Áreas de Topos Planos são caracterizadas por superfícies tabulares originadas dos processos erosivos sobre camadas horizontalizadas de rochas sedimentares do Grupo Bauru, sobrepostas a derrames basálticos da Formação Serra Geral, encontrando-se nas cotas acima de 900 m, com predominância de Latossolos Vermelho-Amarelos originados das rochas sedimentares da Formação Marília (SOARES, 2002).

Nesta área de topos planos vem ocorrendo um processo de erosão remontante na borda da bacia com captura de drenagem para o Rio Uberaba; este fato pode refletir no volume de água do Rio Claro.

As principais características dessas áreas de topos planos são os relevos tabulares a suavemente ondulado, com interflúvios amplos, originando vertentes longas e suavemente convexizadas.

A rede de drenagem é esparsa, com poucos canais, predominantemente retilínea, apresentando nas áreas depressionais lagoas e campos úmidos. Os cursos d'água nos topos apresentam baixo gradiente, e já no médio curso do Rio Claro começam a fluir pequenas corredeiras devido às camadas de conglomeráticas do Marília, sendo as águas cristalinas com pouca concentração de sedimentos (SOARES, 2002).

### 3.1.2 – Áreas com Campos Hidromórficos

Em meio às áreas de topos, aparecem os Campos Hidromórficos, que se caracterizam por apresentar lagoas temporárias, brejos e campos de murunduns, regionalmente conhecidos como “covoais”, situados próximos às cabeceiras de drenagem, que são locais de intensa umidade. Apresentam solos hidromórficos, com encharcamentos sazonais, dependendo das condições climáticas e do nível do lençol freático.

Schneider (1996) fez um estudo detalhado dos “covoais” nas áreas de chapada da região. Conforme essa autora, eles podem ser encontrados nas depressões dos topos, nas cabeceiras de drenagem e nas médias e baixas vertentes; apresentam elevações arredondadas cujas medidas variam de alguns centímetros a mais de um metro de altura, dando ao relevo uma feição de pequenos montículos circundados por áreas planas, destacando-se na paisagem plana devido ao aspecto “encalombado”.

Os campos de murunduns apresentam solos hidromórficos, com predominância de argila, em cores que variam do cinza-claro a branco, devido à hidromorfia. Soares (2002) explica que, por estarem em áreas de drenagem deficiente, pela impermeabilidade em camadas de solo ou rochas subjacentes, são consideradas áreas armazenadoras de água, sendo assim muito importantes para o regime hídrico das chapadas.

A vegetação nas áreas de murunduns é composta por gramíneas e ciperáceas. Nos montículos mais altos podem ser encontrados arbustos e árvores de

pequeno porte. Os encharcamentos sazonais fazem com que, na estação seca, os murunduns fiquem totalmente visíveis e na estação chuvosa sofram alagamento, encobrendo-os parcialmente.

As lagoas temporárias localizam-se nas partes mais elevadas da chapada, entre as cotas 950 a 1.000 metros. Suas formas são, de acordo com Soares (2002), predominantemente circulares e, quando ligadas à drenagem apresentam forma de pingente, possuem bordas suaves e fundo chato, com presença de matéria orgânica. Aparecem quase sempre associadas aos campos de murunduns e, geralmente, apresentam-se cheias no verão e secas no inverno. A vegetação é composta basicamente de gramíneas e ciperáceas.

A origem dessas lagoas estaria ligada à gênese geoquímica, sendo essas depressões originárias da dissolução de carbonatos em profundidade, o que provocou o abatimento das camadas superiores (NISHIYAMA, 1989; SCHNEIDER, 1996; FELTRAN FILHO, 1997).

Os "brejos" estão localizados próximos às nascentes ou margeando os cursos d'água, entre as cotas 950 a 1.000 metros; têm as mesmas características dos outros sistemas úmidos. Nas cotas 900 a 950 metros, encontram-se apenas os campos de várzea, margeando os cursos d'água.

### 3.1.3 – Áreas Dissecadas em Patamares Estruturais

As Áreas Dissecadas em Patamares Estruturais encontram-se entre as cotas 700 e 900m. Caracterizam-se por um maior entalhamento dos vales, maior gradiente e drenagem com mais ramificação, abrangendo basicamente o baixo curso do Rio Claro.

Soares (2002) nos mostra que, nesse arranjo paisagístico, os vales já estão bem definidos e encaixados, com os cursos d'água cortando as camadas sedimentares, representadas pelos arenitos da Formação Marília, e correndo sobre os basaltos da Formação Serra Geral, sendo que o trabalho erosivo nas camadas do basalto origina patamares com ondulações suaves e soleiras rochosas, proporcionando rupturas rochosas e a formação de cachoeiras.

Os basaltos na bacia têm seu último derrame identificado um pouco acima da rodovia BR-345 Uberlândia–Araxá, com o rio correndo sobre os basaltos até desaguar no reservatório de Miranda, tendo no desgaste erosivo do basalto a formação dos muitos "nick-points" e belas cachoeiras (SOARES, 2002).

Ainda de acordo com Soares (2002), nos patamares levemente arredondados desenvolveram-se solos litólicos, mais ricos em nutrientes devido à pedogenização dos basaltos. Nessas áreas, desenvolveu-se uma vegetação mais exuberante, representada pela mata mesofítica de encosta. Já no topo desses patamares, os solos são mais pobres em nutrientes com a presença de algumas fisionomias do Cerrado, principalmente a de Campo Sujo.

Outro ponto importante desse arranjo paisagístico diz respeito ao afogamento da foz do Rio Claro pelo reservatório da Usina Hidrelétrica de Miranda, na cota 696 metros, possibilitando outros usos para área, como a prática de lazer e turismo.

Na análise do uso e ocupação do solo da Bacia do Rio Claro, conforme a FIGURA 03, constata-se que a bacia sofreu uma intensa ação antrópica: nas áreas dissecadas, no baixo curso do Rio Claro, predominam as pastagens plantadas e, em menor número, as culturas anuais e de subsistência. Esse tipo de uso do solo deve-se muito a dificuldades de mecanização, condicionados pelo relevo dissecado.

A área do baixo curso do Rio Claro é praticamente utilizada para a atividade pecuária, com criação de gado de leite e de corte. A vegetação natural que ainda existe na bacia também se encontra nesta área. São representadas pela mata mesofítica de encosta e por algumas fisionomias do cerrado, as quais se citou anteriormente.

Nas áreas de topo, isto é, com relevo tabular, ocorrem florestamento de *pinus* e eucalipto, culturas anuais (milho, soja, feijão) além de culturas perenes (café) e de hortaliças (cenoura e batata).

A intensa ocupação dos Cerrados, a partir dos anos 1970, quando da expansão da fronteira agrícola, promovida pelo Estado brasileiro, reflete-se de forma evidenciada na área de estudo, que inicialmente foi ocupada por extensos florestamentos e, posteriormente por monoculturas. Atualmente, a Bacia do Rio Claro como ressalta Soares (2002) se transformou em um "mar" de soja e milho, com pequenos resquícios da vegetação natural.

# Bacia do Rio Claro - MG

## Uso do Solo

### 2001

180 7880

7880  
238



Uberlândia

Santa Juliana

Uberlândia

Nova Ponte

Uberaba

Nova Ponte

Sacramento

Uberaba

Uberaba

7820

238

#### Convenções Cartográficas

-  Cursos d'água
-  Limite da bacia
-  Estrada
-  Limite Municipal
-  Represa

#### Legenda:

-  Campo hidromórfico
-  Campo sujo
-  Cerrado
-  Matas
-  Pasto limpo
-  Cultura anual
-  Cultura irrigada
-  Cultura Perene
-  Florestamento
-  Florestamento Cortado

Escala: 1:200.000



FCINTE: Adaptado de Soares (2002)  
 Cartas topográficas:  
 SE.23--Y--C--I Nova Ponte e  
 SE.23--Y--C--IV Uberaba, Escala  
 1:100.000 Coord. UTM  
 Elaborado: Macedo (2003)

180 7820

Soares (2002), analisando os reflexos da ação antrópica nas paisagens da Bacia do Rio Claro, considera que, em virtude da intensa ocupação nesses últimos 30 anos, na bacia, criou-se novos e complexos ambientes.

Com o objetivo de aumentar a produção agrícola, Soares (2002, p. 65) explica que

...houve uma apropriação indiscriminada dos recursos naturais, com graves reflexos ambientais, principalmente na drástica redução da biodiversidade, com extinção da maior parte da flora e da fauna e com intensa degradação dos mananciais.

Os principais impactos negativos dessa intensa ocupação, interferentes na dinâmica das paisagens da área em estudo, estão a degradação dos campos úmidos, a degradação da camada superficial dos solos, a contaminação dos solos e dos mananciais pelo uso intenso de agrotóxicos e a retirada da vegetação natural, refletindo diretamente no nível do lençol freático.

Os campos úmidos foram gradativamente incorporados à área de produção agrícola por meio do processo de drenagem, tornando comum sua ocupação pela agricultura na Bacia do Rio Claro; essa degradação "é a mais preocupante, pois os seus reflexos podem ser identificados no regime hídrico local e regional" (SOARES, 2002 p.74). A bacia é considerada uma área de recarga direta dos Aquíferos Bauru, Serra Geral e Guarani pelo regime fissural/poroso.

Todos esses fatos evidenciam a importância da conservação e recuperação da Bacia do Rio Claro; para tanto, seriam necessárias uma maior atuação e cooperação dos órgãos de proteção ambiental, Secretarias de Meio Ambiente, comunidade científica e população de forma geral, na tentativa de reverter a situação atual, causada pela intensa e discutível forma de ocupação dos cerrados.

### 3.2 – Os compartimentos de paisagem associados aos atributos turísticos da Bacia do Rio Claro

Na compartimentação das paisagens do Rio Claro, primeiramente foram identificados três grandes compartimentos, de acordo com critérios anteriormente citados, sendo eles: paisagens em relevo tabular, paisagens em áreas hidromórficas e paisagens em relevo dissecado.

Em seguida, realizou-se uma segunda compartimentação, embasada na interação dos elementos naturais e nas ações antrópicas, expressa na atual forma de uso e ocupação das paisagens. Dessa maneira, subdividiram-se os três compartimentos em sub-compartimentos, conforme demonstrado na FIGURA 04.

Os sub-compartimentos são os seguintes: paisagens em culturas anuais em relevo tabular (1a), culturas perene em relevo tabular (1b), florestamentos em relevo tabular (1c), cerrado em relevo tabular (1d) e pastagens em relevo tabular (1e).

Em seguida, encontram-se matas em áreas hidromórficas (2a) e campos hidromórficos (2b) e, por último, matas em relevo dissecado (3a), cerrado em relevo dissecado (3b) e pastagens em relevo dissecado (3c).

Com a identificação dos sub-compartimentos, permitiu-se classificar e hierarquizar as paisagens da bacia do Rio Claro conforme um quadro síntese (Cf. QUADRO 01), no qual estão representadas as principais características dos compartimentos, além do potencial para a prática do lazer e do turismo eco-rural.

# Bacia do Rio Claro - MG

## Compartimentação da Paisagem



7880  
180

7880  
238

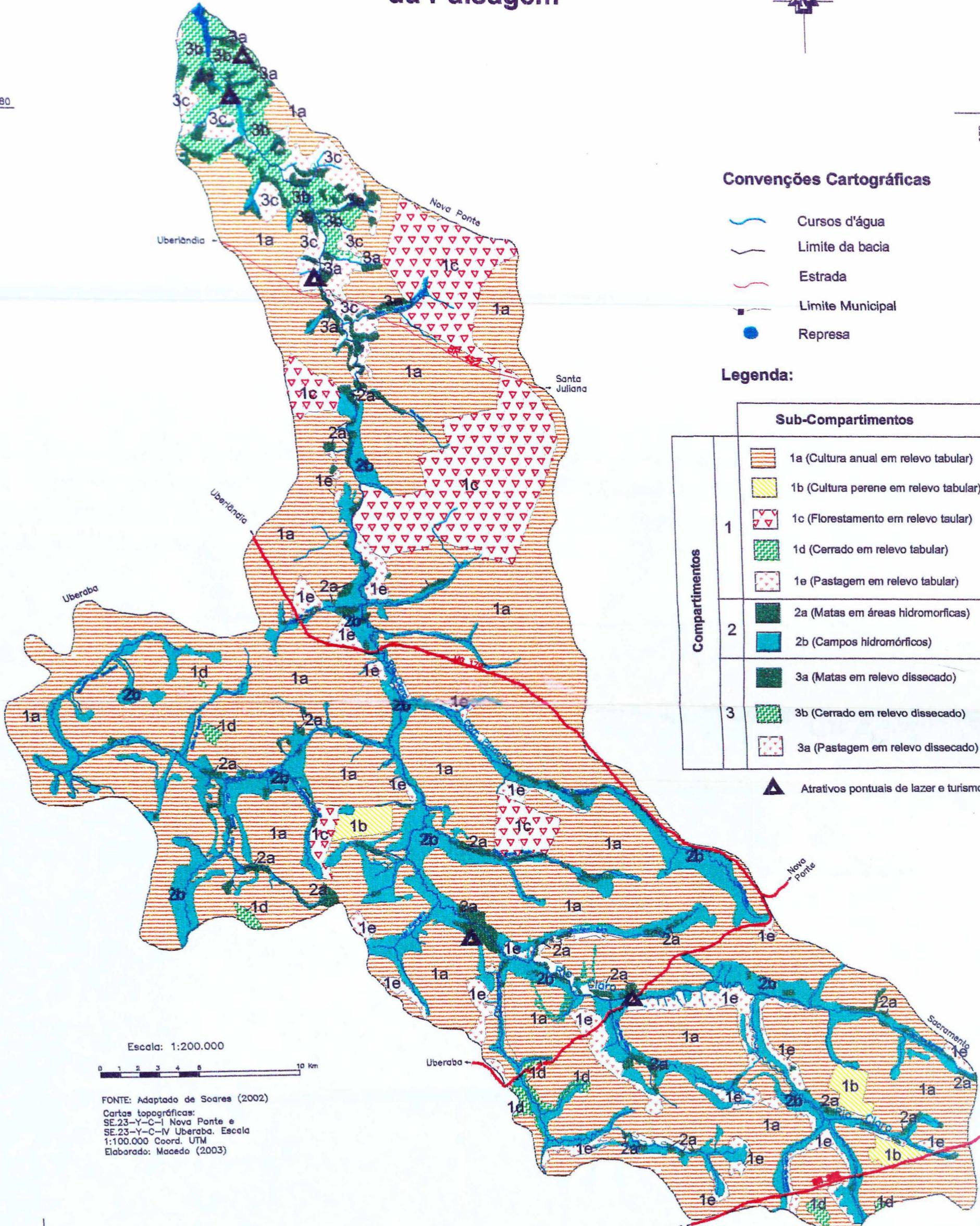
### Convenções Cartográficas

- Cursos d'água
- Limite da bacia
- Estrada
- Limite Municipal
- Represa

### Legenda:

Sub-Compartimentos	
1	1a (Cultura anual em relevo tabular)
	1b (Cultura perene em relevo tabular)
	1c (Florestamento em relevo taular)
	1d (Cerrado em relevo tabular)
	1e (Pastagem em relevo tabular)
2	2a (Matas em áreas hidromórficas)
	2b (Campos hidromórficos)
3	3a (Matas em relevo dissecado)
	3b (Cerrado em relevo dissecado)
	3a (Pastagem em relevo dissecado)

Atrativos pontuais de lazer e turismo



Escala: 1:200.000



FONTE: Adaptado de Soares (2002)  
 Cartas topográficas:  
 SE.23-Y-C-I Nova Ponte e  
 SE.23-Y-C-IV Uberaba. Escala  
 1:100.000 Coord. UTM  
 Elaborado: Macedo (2003)

7820  
180

7820  
238

Quadro 1 – Quadro síntese dos atributos das paisagens da Bacia do Rio Claro

Compartimentos	Sub compartimentos	Geologia	Geomorfologia/ topografia	Solos predominantes	Vegetação e uso do solo	Problemas Ambientais	Potencial de lazer e turismo
Compartimento "1" Paisagens Tabular	1a (culturas anuais em relevo tabular)	Formação Marília	Relevo de topos planos (900 a 1050)	Latossolo vermelho-amarelo	Culturais anuais (soja e milho)	Compactação do solo e uso intenso de Agrotóxicos	Não Existe
	1b (cultura perene em relevo tabular)	Formação Marília	Relevo de topos planos (900 a 1050)	Latossolo vermelho-amarelo	Cultura Perene (café)		Não Existe
	1c (florestamento em relevo tabular)	Formação Marília	Relevo de topos planos (900 a 1050)	Latossolo vermelho-amarelo	Florestamento de pinus e eucalipto	Baixa capacidade de infiltração	Não Existe
	1d (cerrado em relevo tabular)	Formação Marília	Relevo de topos planos (900 a 1050)	Latossolo vermelho-amarelo	Campo sujo, Matas e Cerradão	Erosão, remanescentes de cerrado	Não Existe
	1e (pastagens em relevo tabular)	Formação Marília	Relevo de topos planos (900 a 1050)	Latossolo vermelho-amarelo	Pastagens (Campo limpo)	Erosão	Não Existe
Compartimento "2" Paisagens hidromórficas	2a (matas em áreas hidromórficas)	Formação Marília	Relevo com áreas hidromórficas (900 a 950)	Solos Hidromórficos	Mata ciliar e gramíneas	Desmatamento, assoreamento	Existe
	2b (campos hidromórficos)	Formação Marília	Relevo com áreas hidromórficas (950 a 1050)	Solos Hidromórficos	Culturas anuais e gramíneas	Em processo de extinção (lagoas e covaais)	Não Existe
Compartimento "3" Paisagens Dissecadas	3a (matas em relevo dissecado)	Formação Serra Geral	Relevo dissecado (700 a 900m)	Solos litólicos	Mata ciliar e mata de encosta	Erosão desmatamento, acúmulo de lixo	Existe
	3b (cerrado em relevo dissecado)	Formação Serra Geral	Relevo dissecado (700 a 900m)	Latossolo vermelho-amarelo	Campo limpo e sujo	Restam remanescentes de cerrado	Existe
	3c (pastagens em relevo dissecado)	Formação Serra Geral	Relevo dissecado (700 a 900m)	Latossolo vermelho-amarelo	Pastagem plantadas e campo limpo	Erosão	Existe

Fonte: Dados da Pesquisa

Org: Macedo, 2004.

Nesse quadro aparece no alto a identificação dos compartimentos e sub-compartimentos, seguidos da geologia, geomorfologia/topografia, solos predominantes, vegetação e uso do solo, e os problemas ambientais. O quadro síntese se completa com a identificação da existência ou não da potencialidade das paisagens para a prática do lazer e turismo.

O potencial turístico de determinada área para atrair a demanda não está somente nos seus atrativos, mas fundamentalmente na avaliação da sua qualidade visual. Nesse sentido, Pires (2003, p. 234) argumenta que

o valor real ou potencial de uma área não se mede unicamente pelo número de atrativos que esta reúne, mas também pela sua qualidade. Este é precisamente o objetivo da avaliação dos recursos naturais que como em qualquer outra atividade a planejar, tem por finalidade básica estabelecer uma medida de valor sobre a qual fundamentar a tomada de decisões no processo de planejamento.

Os atributos que conferem qualidade visual à paisagem, de acordo com Pires (2003), são geralmente ocorrências e manifestações que, por sua natureza, constituem-se características e propriedades intrínsecas ou adquiridas, tornando-se atributos que o juízo de valor profissional, e mesmo o senso comum, elevam à condição de indicadores de qualidade visual da paisagem:

#### **Atributos de origem natural -**

- florestas e outras formações vegetais autóctones em estado natural ou pouco alterada;
- montanhas, serras e demais expressões naturais da transformação do relevo;

consideração os elementos naturais (relevo, vegetação, água etc.) e antrópicos (atividades humanas), procurando identificar a existência ou não da potencialidade de cada sub-compartimento para o desenvolvimento do turismo eco-rural.

### **Compartimentos (1a , 1b, 1c, 1d e 1e)**

As paisagens do relevo tabular, devido à intensa ocupação antrópica, com conseqüente descaracterização da paisagem natural, além da incipiente presença de propriedades rurais, têm seu potencial turístico reduzido, ou quase inexistente.

As culturas anuais em relevo tabular (1a) predominam em quase toda bacia, estando presente nos três municípios da área (Cf. FIGURA 05). As culturas perenes em relevo tabular (1b), as pastagens em relevo tabular (1e) e o cerrado em relevo tabular (1d) ocorrem em menor quantidade, principalmente no alto da Bacia do Rio Claro. Os florestamentos em relevo tabular (1c) apresentam-se em grandes extensões de áreas, inseridos principalmente no município de Nova Ponte.

Os compartimentos de paisagem 1b, 1d e 1e aparecem em pontos isolados da bacia, entremeios às culturas anuais ou as margens dos córregos. Somente o compartimento 1d ainda conserva seus elementos naturais (matas e Cerradão), porém são áreas muito pequenas. Assim, estes compartimentos não chegam a constituir paisagens relevantes para o lazer e turismo, principalmente pela pouca singularidade.

consideração os elementos naturais (relevo, vegetação, água etc.) e antrópicos (atividades humanas), procurando identificar a existência ou não da potencialidade de cada sub-compartimento para o desenvolvimento do turismo eco-rural.

### **Compartimentos (1a , 1b, 1c, 1d e 1e)**

As paisagens do relevo tabular, devido à intensa ocupação antrópica, com conseqüente descaracterização da paisagem natural, além da incipiente presença de propriedades rurais, têm seu potencial turístico reduzido, ou quase inexistente.

As culturas anuais em relevo tabular (1a) predominam em quase toda a bacia, estando presente nos três municípios da área (Cf. FIGURA 05). As culturas perenes em relevo tabular (1b), as pastagens em relevo tabular (1e) e o cerrado em relevo tabular (1d) ocorrem em menor quantidade, principalmente no alto da Bacia do Rio Claro. Os florestamentos em relevo tabular (1c) apresentam-se em grandes extensões de áreas, inseridos principalmente no município de Nova Ponte.

Os compartimentos de paisagem 1b, 1d e 1e aparecem em pontos isolados da bacia, entremeios às culturas anuais ou as margens dos córregos. Somente o compartimento 1d ainda conserva seus elementos naturais (matas e Cerradão), porém são áreas muito pequenas. Assim, estes compartimentos não chegam a constituir paisagens relevantes para o lazer e turismo, principalmente pela pouca singularidade.

Os compartimentos de paisagem 1a e 1c formam verdadeiros mosaicos, constituindo paisagens homogêneas, ausentes de diversidade e com poucos elementos distintos, adquirindo um caráter monótono. Entretanto, este fato pode ser avaliado tanto como qualidade visual da paisagem quanto de baixa qualidade, dependendo exclusivamente do interesse da demanda.

A agricultura e os florestamentos são atividades consolidadas na bacia, demonstrando a vocação da paisagem da área. Dessa maneira, com a ausência de elementos naturais, os quais seriam de interesse turístico, pode-se afirmar que essas paisagens não interessam diretamente ao turismo, em um primeiro momento.

### **Compartimentos (2a e 2b)**

Nas paisagens das áreas hidromórficas (Cf. FIGURA 06), constata-se que os elementos naturais estão comprometidos e, conseqüentemente, sua qualidade visual. A paisagem natural vem sendo substituída por paisagens antropizadas, tal qual as paisagens de relevo tabular.

Os campos hidromórficos (2b), com ocorrência nas áreas de topos, vêm lentamente desaparecendo ao ceder lugar para a agricultura. Esse compartimento de paisagem representa uma vulnerabilidade visual, ou seja, possui um grau de sustentabilidade tendente à deterioração mediante a incidência de determinadas atuações.



FIGURA 05 – “mar” de soja em relevo tabular  
FONTE: SOARES, Dez/2001.



FIGURA 06 – Campos hidromórficos as margens do Rio Claro, onde podemos notar a  
presença de florestamento ao fundo  
FONTE: SOARES, Dez/2001

Pires (1996) explica que, em termos práticos, a determinação da fragilidade visual da paisagem possibilita prescrever restrições ou níveis de proteção de uma área e, conseqüentemente, os níveis de uso e ocupação segundo princípios conservacionistas.

Dessa forma, este compartimento, apesar da sua singularidade, é importante para o regime hídrico da bacia, não encontrando potencialidade para o turismo, principalmente pela sua destruição. Entretanto, com sua conservação, poder-se-ia desenvolver atividades relacionadas à educação ambiental.

As matas, em áreas hidromórficas (2a), encontram-se margeando os corpos d'água; apresentam, ainda que reduzido, potencial turístico, com alguns pontos isolados na bacia, sendo utilizados para a prática de lazer. Sua principal atratividade está relacionada ao elemento água e a pouca vegetação que ainda resta.

### **Compartimentos (3a, 3b e 3c)**

O compartimento de relevo dissecado possui elementos naturais de grande interesse turístico, em todos seus sub-compartimentos (3a, 3b e 3c), com destaque para os componentes água, vegetação e relevo, com presença de paredões e vales; destaca-se, igualmente, a existência de pequenas propriedades

rurais dentre esses sub-compartimentos os quais localizam-se basicamente no baixo curso do Rio Claro, apresentando muitos atrativos turísticos.

O entendimento e a identificação dos compartimentos de paisagem da Bacia do Rio Claro com potencial turístico permitirão uma avaliação mais profunda desses compartimentos, os quais serão apresentados no próximo capítulo.

## CAPÍTULO 4

### OS COMPARTIMENTOS DE PAISAGEM COM POTENCIAL TURÍSTICO NA BACIA DO RIO CLARO

Tendo em vista a avaliação positiva da potencialidade turística e de lazer dos compartimentos de paisagem 2a, 3a, 3b e 3c, apresentam-se neste capítulo, as principais características de cada um, bem como os seus principais atrativos turísticos, o perfil da demanda e os problemas ambientais.

Constam ainda neste capítulo, as recomendações e sugestões de melhor aproveitamento turístico dos compartimentos de paisagem, além de uma avaliação, demonstrando os principais problemas e as perspectivas do desenvolvimento do turismo eco-rural na Bacia do Rio Claro.

#### 4.1 - As matas em áreas hidromórficas (2a)

Esse compartimento de paisagem apresenta-se em pequenas áreas, estando distribuído em quase toda a bacia, sempre margeando os cursos de água (Cf. FIGURA 07). É representado, essencialmente, pelas matas ciliares e gramíneas.

Os seus principais problemas ambientais são o constante desmatamento e o assoreamento dos cursos de água.



FIGURA 07 – Matas em áreas hidromórficas no Rio Claro  
FONTE : SOARES, Dez/2001.

As matas em áreas hidromórficas possuem elementos naturais relevantes ao turismo e lazer, principalmente associado ao componente água. Contudo, existem alguns pontos negativos que comprometem a qualidade visual e a atratividade dessa paisagem, sendo eles o tamanho das áreas que ocupam e a descontinuidade das mesmas, além da incipiente presença de propriedades rurais que serviriam para aumentar a oferta turística.

Os principais pontos utilizados para o lazer, nesse compartimento, referem-se àqueles onde ocorre maior presença da vegetação natural constituída, basicamente, pela mata ciliar, com fácil acesso e com proximidade dos perímetros urbanos.

Resumidamente, podem-se destacar duas áreas em que existem visitas, realizadas principalmente nas estações de alta temperatura, utilizadas para a prática de banho e piquenique.

A primeira delas localiza-se à jusante da ponte que cruza o Rio Claro na rodovia Uberaba/Nova Ponte, onde a facilidade de acesso leva muitos visitantes ao local, principalmente nos finais de semana. Ali não existe infra-estrutura turística e equipamentos de recepção, nem cobrança de taxa e controle da visita.

Os visitantes procuram o lugar principalmente para nadar e fazer piquenique, sendo poucos os que passam mais de um dia no local. Eles se concentram, em sua maioria nas margens do Rio Claro, utilizando a faixa de domínio da rodovia como estacionamento.

A segunda área trata-se da Fazenda Faneco, localizada às margens do Rio Claro, a aproximadamente 30 Km da cidade de Uberaba. A fazenda não detém equipamentos de recepção e infra-estrutura voltados para a atividade turística; a principal atividade ainda é a pecuária. Atualmente, os atrativos desse lugar são, basicamente, a vegetação natural (mata ciliar) e a água (Rio Claro). Os visitantes acampam às margens do Rio Claro, geralmente por, no máximo, dois dias, existindo a cobrança de uma pequena taxa pela proprietária a Sra. Auta Mendes, residente na fazenda.

No entanto, a proprietária vem recebendo orientação de profissionais, que estão realizando um planejamento para o melhor aproveitamento do potencial turístico da fazenda e diversificação da oferta turística.

Dentre os impactos ambientais, pode-se verificar, nos dois locais, a presença de lixo depositado pelos visitantes, a compactação do solo pelo pisoteamento dos visitantes e a depredação da vegetação natural.

#### **4.2 – As matas em relevo dissecado (3 a)**

As matas em relevo dissecado (3a), conforme evidenciado na FIGURA 08, possuem grande beleza cênica. É a paisagem de maior singularidade da bacia, apresentando cachoeiras, corredeiras, trilhas e vales. A qualidade visual dos seus elementos naturais, aliado às propriedades rurais em seu entorno, confere a essa paisagem um grande potencial turístico.

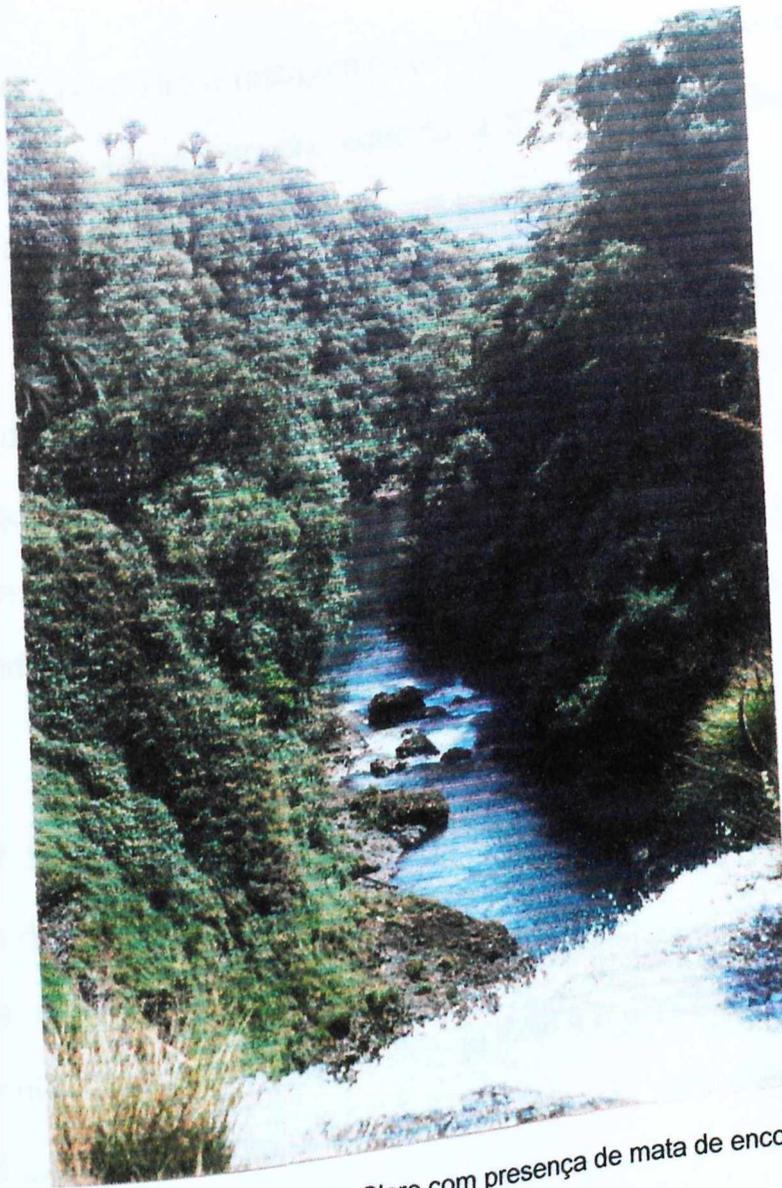


FIGURA 08 – Vale do Rio Claro com presença de mata de encosta.  
FONTE: MACEDO, Out/2002.

Esse compartimento de paisagem estende-se por todo relevo dissecado, margeando o Rio Claro; em alguns pontos, apresenta grande exuberância, em outros fica restrita a pequenas faixas.

Serão destacados, em seguida, alguns dos principais atrativos turísticos dessa área, especialmente as cachoeiras que se formam ao longo do Rio Claro e alguns de seus afluentes.

A Cachoeira da Fumaça, de grande beleza cênica, localiza-se no Rio Claro, entre os municípios de Nova Ponte e Uberaba, em uma fazenda de

propriedade do Sr. Hilton (margem esquerda), a aproximadamente 500 m da ponte da BR-452 (Uberlândia-Araxá), estando a 57 km de Uberlândia, a 66 km de Uberaba, a 44 km de Nova Ponte e a 105 km de Araxá.

O grande volume de água que cai da cachoeira, com altura aproximada de 40 m de queda por 50 m de largura, forma uma espécie de fumaça, produzida pelas pequenas gotas de água que ficam em suspensão no ar, daí a origem de seu nome, sendo, reconhecidamente, a mais bela e visitada da região, especialmente pela facilidade de acesso, podendo ser vista na FIGURA 09 e 10.

Na paisagem do vale do Rio Claro, à jusante da cachoeira, pode-se observar toda a exuberância da vegetação (mata mesófitica de encosta), às margens do rio. E, à montante da Cachoeira da Fumaça, prevalece na paisagem a ponte da rodovia que cruza o Rio Claro, com pequenas quedas d'água em degraus sob a ponte. Outro importante atrativo do local é o paredão que se forma devido ao desnível altimétrico do rio, o qual é muito utilizado para a prática de esportes de aventura.

O próprio Rio Claro, acima da cachoeira, é um atrativo natural relevante: suas águas claras, que correm sobre o basalto, são muito utilizadas para banho nos locais onde formam verdadeiras piscinas naturais, dependendo da época do ano (seca); contudo, nas cheias do rio, é inviável o banho, posto que as correntezas se tornam muito fortes.

A cachoeira e seu entorno, há algum tempo, vem sendo visitada de forma espontânea para a prática de lazer, principalmente para banhos no rio, camping com realização de churrascos e piqueniques, prática de esportes de aventura, como bóia-

cross, rapel, caminhadas pelas trilhas em direção a outras cachoeiras e corredeiras, além da contemplação da cachoeira.

As visitas ocorrem principalmente nas estações de alta temperatura, quando a paisagem apresenta mais exuberância, nas estações de baixa temperatura as visitas são esporádicas, devido ao pouco volume de água dos rios e a mudança da paisagem.

Na tentativa de conhecer a demanda da Cachoeira da Fumaça, foram aplicados questionários junto aos visitantes. Dessa forma, observa-se que a origem dos visitantes é, principalmente, da cidade de Uberlândia, além de cidades próximas à cachoeira e até de outros estados.



FIGURA 09 – Paisagem frontal da Cachoeira da Fumaça  
FONTE: MACEDO, Set/2002.



FIGURA 10 – Paisagem lateral da Cachoeira da Fumaça  
FONTE: MACEDO, Set/2002.

Em relação à escolaridade dos visitantes, pode-se verificar, conforme dados apresentados no GRÁFICO 01, um alto índice de visitantes que possuem ensino superior, seguido pelo ensino médio e fundamental.

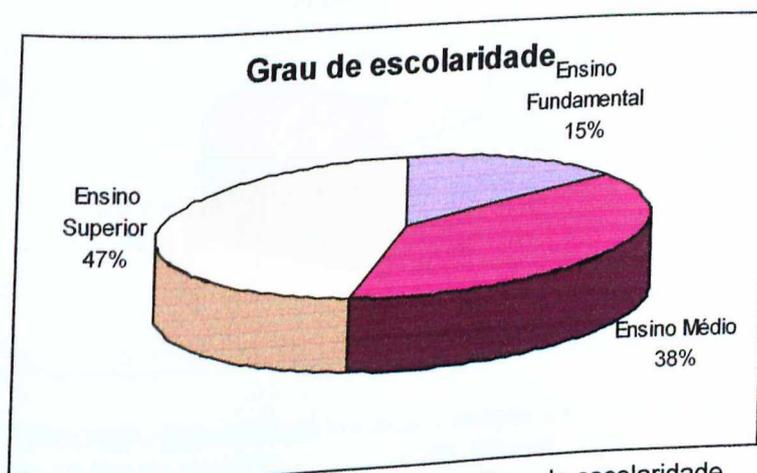


GRÁFICO 01 – Cachoeira da Fumaça: Grau de escolaridade  
 Fonte: Dados da Pesquisa Org: Macedo, 2003.

No que se diz respeito às condições sócio-econômica dos visitantes, pode-se constatar, conforme GRÁFICO 02, que a maioria dos visitantes afirmaram ter renda entre um e três salários mínimos; outros 25% afirmaram receber entre quatro e sete salários mínimos; e 15% têm renda superior a sete salários mínimos.

Entre as profissões dos visitantes, cerca de 40% são estudantes, sendo o restante de outras profissões, como pedagoga, analista de sistema, técnico em laboratório e músico, entre outros.

As visitas ocorrem principalmente nos finais de semana e nos dias feriados, quando todos os visitantes afirmam deslocar-se por meio de carro, com familiares ou em grupo: 65% dos visitantes viajam em grupo de amigos e 35% com familiares, não havendo registro de viagem individual.

O tempo de permanência dos visitantes na área da cachoeira da Fumaça é inferior a três dias, conforme pode ser observado no GRÁFICO 03, sendo que cerca de 50% dos visitantes já visitaram a área mais de uma vez.

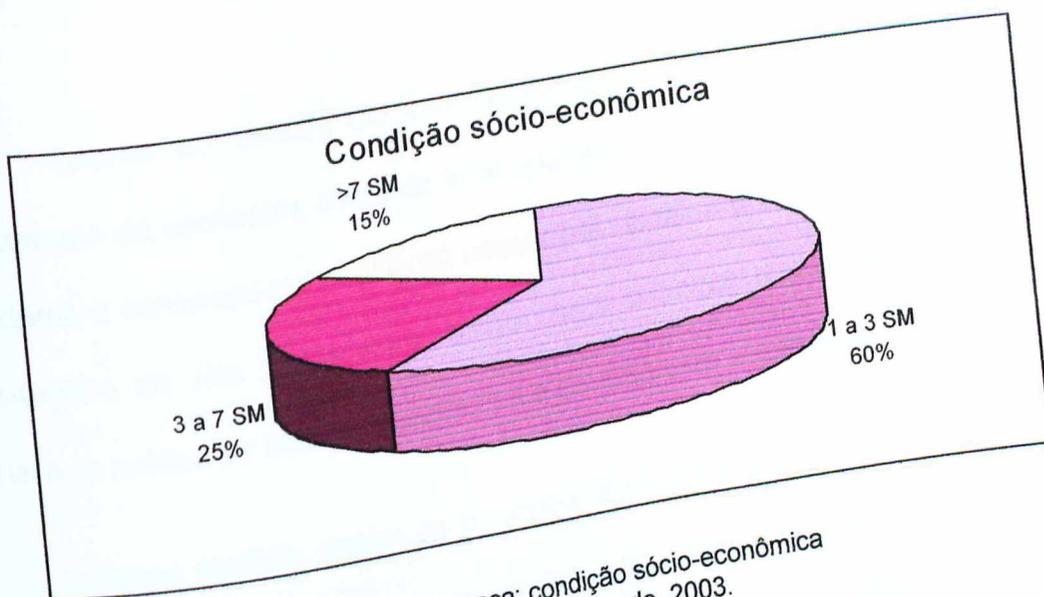


GRÁFICO 02 – Cachoeira da Fumaça: condição sócio-econômica  
 Fonte: Dados da Pesquisa  
 Org: Macedo, 2003.

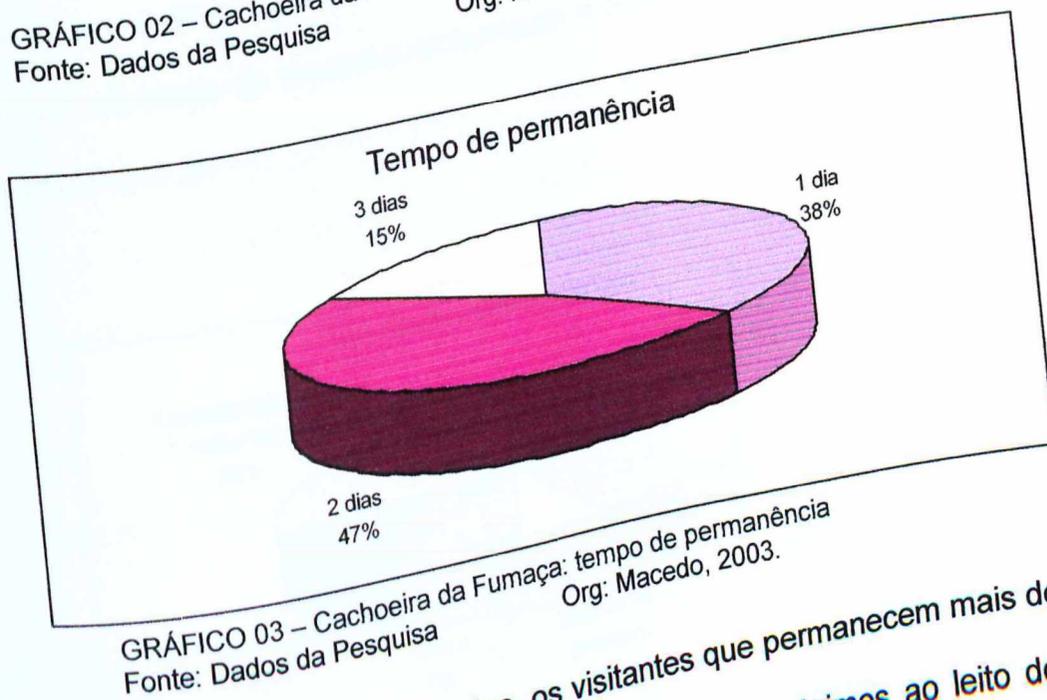


GRÁFICO 03 – Cachoeira da Fumaça: tempo de permanência  
 Fonte: Dados da Pesquisa  
 Org: Macedo, 2003.

De acordo com as entrevistas, os visitantes que permanecem mais de um dia na área ficam acampados em barracas, geralmente próximos ao leito do Rio Claro. Contudo, esses acampamentos nem sempre são realizados com equipamentos próprios para essa prática, podendo ser notado muitas barracas improvisadas com lonas e pedaços de madeira retirados do local.

Quanto ao veículo de informação pelo qual os visitantes obtiveram conhecimento da cachoeira, cerca de 92% responderam que foi por meio de amigos e o restante a conheceu por acaso, ao passar pelo local; a maioria visita a cachoeira nas estações de alta temperatura, tendo como principal motivação a beleza da cachoeira, a prática de lazer, o descanso e o contato com a natureza.

Nesse sentido, dentre as principais atividades que os visitantes realizam no local, estão a observação da paisagem, com cerca de 28% da preferência, seguida pela atividade do piquenique/churrasco e banho no rio, conforme pode ver visto no GRÁFICO 04.

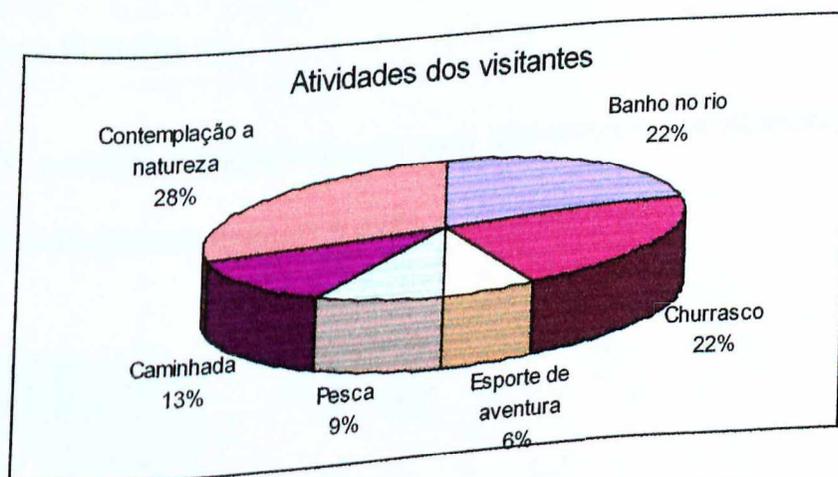


GRÁFICO 04 – Cachoeira da Fumaça: atividades dos visitantes  
 Fonte: Dados da pesquisa Org: Macedo, 2003.

Em virtude de a visitação ser feita sem nenhum controle, e por não oferecer equipamentos de recepção e infra-estrutura adequados para a atividade turística, a paisagem da área vem sofrendo danos, principalmente pelo desrespeito ambiental dos visitantes. Entre os principais impactos sobre esta paisagem destacam-se:

- destruição da mata ciliar e compactação do solo com a passagem de veículos que chegam bem próximos ao leito do rio;
- queima dos troncos das árvores, causada pela improvisação de churrasqueiras, provocando a morte e conseqüente queda das árvores por ação dos ventos e dos visitantes;
- corte desnecessário de árvores e galhos com a finalidade de armar barracas improvisadas e/ou fazer fogueiras;
- acúmulo de lixo nas margens e no leito do rio (garrafas pet, latas de refrigerante e cerveja, sacos plásticos e restos de comida), conforme pode ser observado na FIGURA 11;
- poluição sonora causada pelo alto volume dos aparelhos de som dos veículos, que afugentam animais e aves.

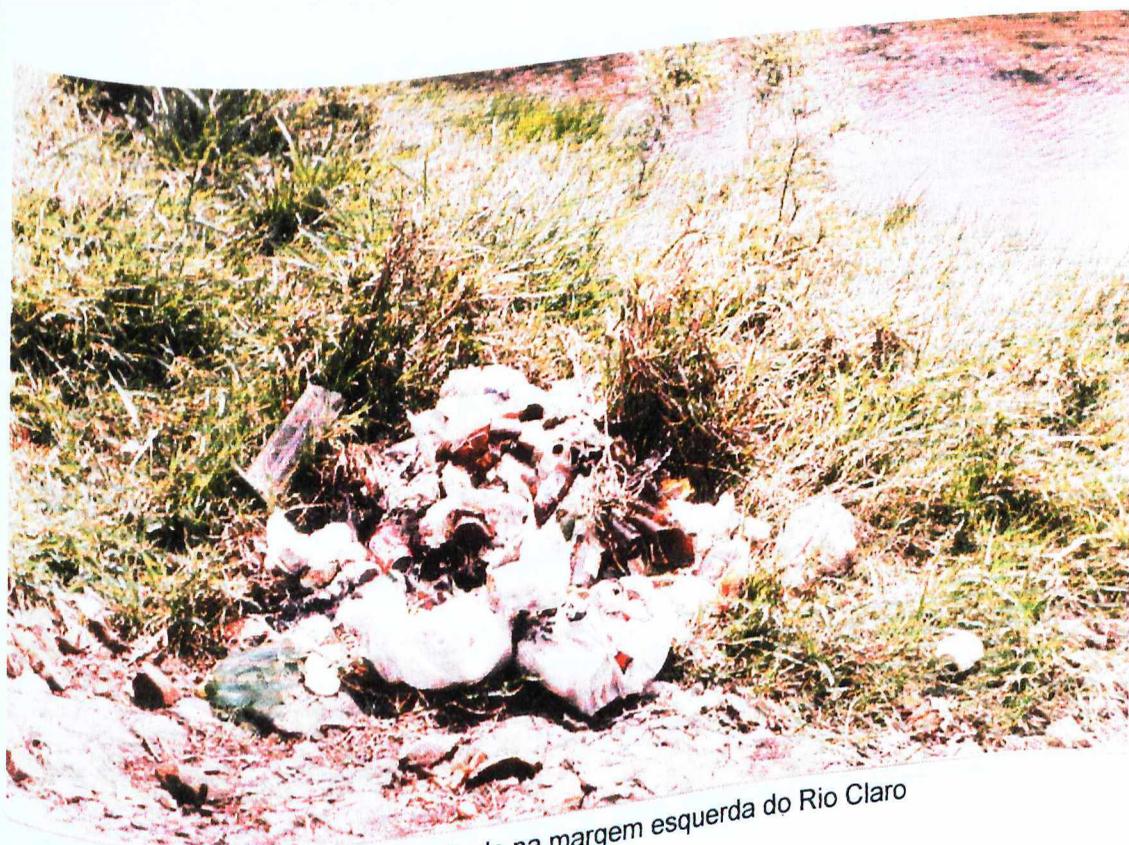


FIGURA 11 – Lixo depositado na margem esquerda do Rio Claro  
FONTE: MACEDO, Mar/2003.

Por conseguinte, na opinião dos visitantes entrevistados, em relação às possíveis melhoras do local e aos principais problemas encontrados na área, a maioria afirmou ser o lixo o principal problema local, além da falta de segurança.

A Cachoeira da Fumaça é um lugar perigoso, tendo sido registrado muitos acidentes e casos de morte, devido, principalmente, à imprudência dos visitantes e à prática de esportes radicais. A segurança do local, portanto, é um ponto importante a ser levado em consideração, até porque se situa na proximidade da rodovia, facilitando, inclusive, roubos e assaltos aos visitantes.

Apesar do interesse do proprietário em ordenar as atividades desenvolvidas na cachoeira e a disposição de cerca de 90% dos visitantes entrevistados de pagarem uma taxa para usufruir a área, seus atrativos naturais vêm lentamente sendo descaracterizados, evidenciando a necessidade de um planejamento e gestão comprometidos com ações mais sustentáveis.

À jusante da Cachoeira da Fumaça, existem mais quatro cachoeiras e inúmeras corredeiras, sendo duas cachoeiras no próprio Rio Claro, e outras duas em afluentes da margem esquerda do rio, pertencentes ao município de Uberaba, e no interior da propriedade do Sr. Hilton.

As cachoeiras da Prainha 1 e 2 localizam-se em pequenos afluentes da margem esquerda do Rio Claro (Cf. FIGURA 12). O acesso a elas é feito por uma trilha em meio à mata, ficando a cerca de um quilômetro da Cachoeira da Fumaça.

A distância entre as cachoeiras da Prainha é de aproximadamente 500 m uma da outra; as suas características são semelhantes: ocultas em meio à mata, tendo aproximadamente entre cinco e seis metros de queda d'água. Para poder

observá-las, é necessário percorrer por dentro dos pequenos córregos, onde elas se formam em meio à vegetação natural.

As visitas a essas cachoeiras são menos freqüentes, devido a maior dificuldade de acesso e ao pouco conhecimento que se tem das mesmas. Entretanto, elas também apresentam impactos ambientais, principalmente resíduos, como garrafas pets, latas, plásticos e até mesmo pneus.

A Cachoeira do Rio Claro 2 fica a aproximadamente 2 km da Cachoeira da Fumaça, tendo uma queda d'água de 15 metros (Cf. FIGURA 13). O acesso é feito pela mesma trilha da margem esquerda do rio (Cf. FIGURA 14), em meio à vegetação natural, onde encontram-se algumas espécies de animais e aves, especialmente capivaras. A trilha tem alguns pontos de dificuldade para se caminhar devido à declividade do terreno mas, de modo geral, tem grau de dificuldade baixo.

Na cachoeira é exercida, principalmente, a prática de esportes de aventura, como o rapel, além de banhos, mergulhos e pesca, devido ao poço que se forma abaixo da cachoeira. Tal como as outras duas cachoeiras, a freqüência de visitação é relativamente pequena, porém também encontram-se vestígios de lixo.

Em relação às corredeiras (Cf. FIGURA 15) que se formam no Rio Claro, observa-se que elas ainda são pouco utilizadas para a prática de esportes de aventura, como o rafting e o bóia-cross, apesar do potencial existente. Contudo, tais esportes necessitam de equipamento e técnicas especiais para sua prática, devendo, também, ser considerados os padrões de segurança.

Existem ainda outras trilhas nesta parte da Bacia do Rio Claro. Na margem direita do rio, próximo à Cachoeira da Fumaça, verifica-se a presença de

uma trilha que percorre a mata em direção às corredeiras do rio. No entanto, seu grau de dificuldade é maior, devido à declividade do terreno.

A última cachoeira do Rio Claro (Cf. FIGURA 16), denominada Cachoeira do Donizete, tem aproximadamente 35 metros de altura; localiza-se a cerca de 20 km da Cachoeira da Fumaça. Seu acesso é feito pela margem direita do rio, no município de Nova Ponte, ou seja, após 1,5 km da ponte sobre o Rio Claro entra-se à esquerda, em uma estrada de terra, seguindo a mesma em meio à área de florestamento, até chegar à cachoeira. A visitação ocorre somente com a permissão do proprietário



FIGURA 12 – Cachoeira da Prainha 1  
FONTE: MACEDO, Set/2002.



FIGURA 13 – Cachoeira do Rio Claro 2  
FONTE: MACEDO, Set/2002.



FIGURA 14 – Trilha na margem esquerda do Rio Claro  
FONTE: MACEDO, Set/2002.

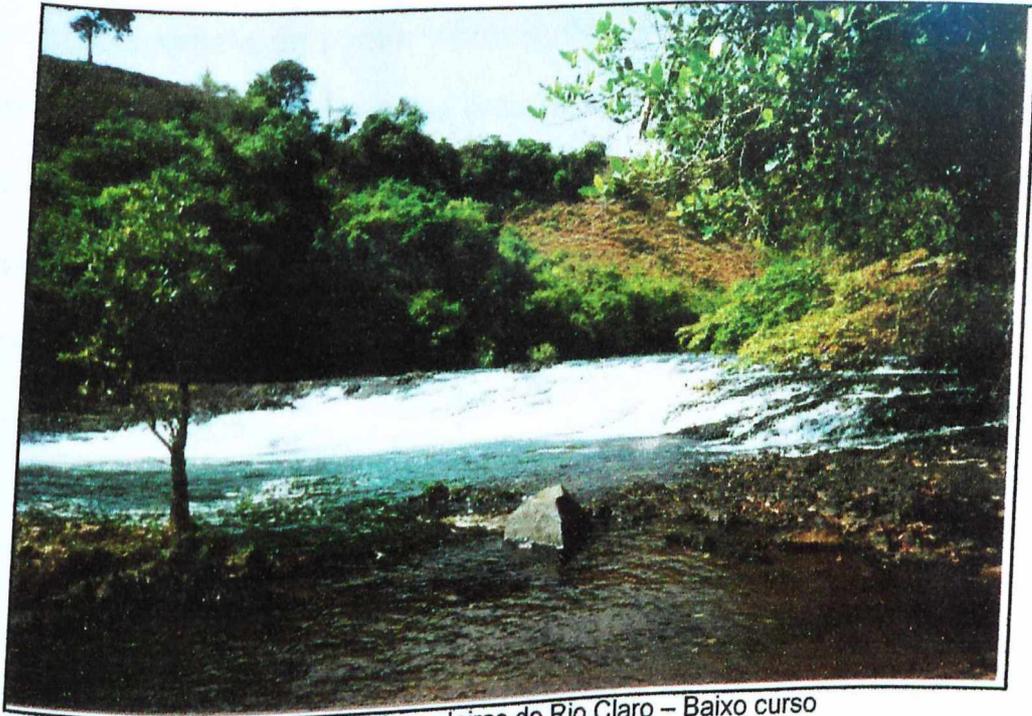


FIGURA 15 – Corredeiras do Rio Claro – Baixo curso  
 FONTE: MACEDO, Set/2002.

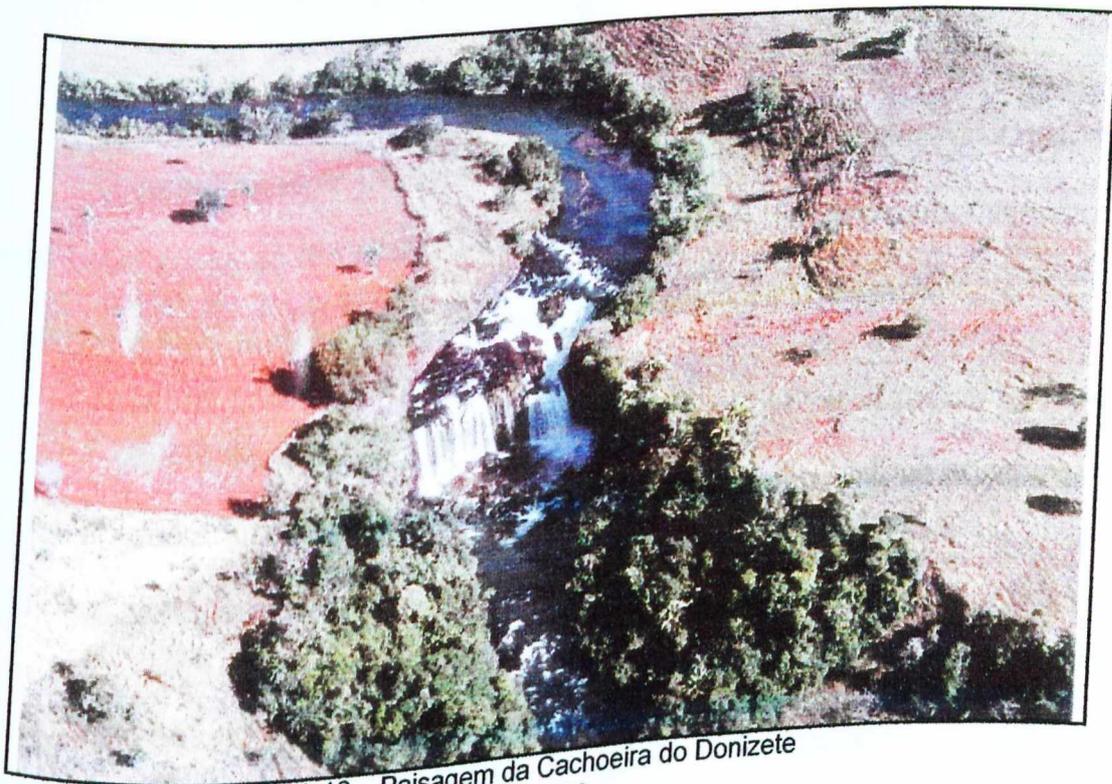


FIGURA 16 – Paisagem da Cachoeira do Donizete  
 FONTE: CANDIOTTO, Jun/2000.

A paisagem do entorno da cachoeira é composta essencialmente por pastagens natural, restando apenas uma pequena faixa de mata ciliar nas margens do rio. A beleza da cachoeira é a principal motivação à sua visita.

Em virtude da pouca utilização da área para o lazer, não há impactos ambientais relevantes no local. No entanto, o atual uso do solo no entorno pode trazer impactos ambientais, que contribuem para a perda de atratividade do local, principalmente no que se refere à perda da vegetação natural e, conseqüentemente, da biodiversidade. Este fato pode ser estendido para todas as outras cachoeiras, inclusive a da Fumaça.

#### 4.3 – Os cerrados em relevo dissecado (3b)

O compartimento Cerrados em Relevo Dissecado apresenta-se espalhado por todo baixo curso do Rio Claro; a forma fisionômica de Cerrado predominante é o campo limpo e sujo, com pequena presença de campo cerrado e cerrado.

A constante destruição dos seus elementos naturais prejudica a qualidade visual deste compartimento. De maneira geral, pode-se afirmar que essa paisagem, além da vegetação, tem como principais elementos o relevo e a água.

Nesse compartimento aparecem algumas propriedades rurais, tendo como principais atividades a pecuária e a cultura de subsistência. Atualmente, apenas a Fazenda Boa Esperança explora a atividade turística, aproveitando os atrativos naturais da área sem abandonar as atividades tradicionais da propriedade.

A atividade turística na Fazenda Boa Esperança é recente. Do que se tem notícia, o primeiro proprietário da Fazenda foi o Sr. Manoel Pereira e as atividades

exercidas nessa época eram aquelas relacionadas à agricultura de subsistência; mas, quando herdada de seu pai, o Sr. Olavo Resende implantou-se a pecuária e o cultivo de milho e soja para comercialização (relevo tabular).

A sede da Fazenda Boa Esperança localiza-se a 12 km do trevo do aeroporto da cidade de Nova Ponte. O acesso é realizado por uma estrada de terra relativamente bem conservada. A fazenda possui toda a infra-estrutura e equipamentos necessários às atividades agropecuárias.

Atualmente, a fazenda é de propriedade do casal Ricardo Cunha e Meire Cunha, herdeiros do Sr. Olavo Resende. As atividades agropecuárias da propriedade, nos dias de hoje, baseiam-se no cultivo de soja e milho, na criação de gado de leite e de corte e, mais recentemente, implantou-se a atividade turística.

Em relação ao turismo na propriedade, toda infra-estrutura existente na fazenda foi aproveitada para a atividade, servindo também como atrativo turístico, ou seja, a sede, o curral, entre outros. Com a implantação do turismo, foi construído um equipamento de apoio, composto por uma varanda para as refeições dos visitantes e banheiros.

Entretanto, o principal atrativo turístico da fazenda é a visita à criação de mais de 200 raças de aves de toda parte do mundo, que vivem em criadouros ou soltas em torno da sede, incluindo aves aquáticas e de grande porte como as emas.

A propriedade recebeu do IBAMA, em 1989, o registro nº 2/31/1998/000303-5 de Criadouro Conservacionista Boa Esperança (Cf. FIGURA 17), estando totalmente legalizada perante os órgãos competentes. Dessa maneira, recebe doações de aves apreendidas ilegalmente em toda a região.



FIGURA 17 – Sede da Fazenda Boa Esperança  
 FONTE: SANTOS, Jan/2003.

Dentre as principais atividades oferecidas pela fazenda, estão caminhadas por uma trilha dentro da mata ciliar do Rio Claro, pista de cavalo, observação da ordenha do leite, passeio de pedalinho por um lago da fazenda, passeio pela propriedade em um “trenzinho” puxado por um trator, além de palestras sobre educação ambiental e o “mundo” das aves, ministradas pelos proprietários da fazenda.

As visitas ocorrem somente com o agendamento de grupos acima de 25 pessoas, não existindo nenhum meio de hospedagem na propriedade, somente estrutura para se passar o dia. Cobra-se uma taxa de R\$ 10,00 por pessoa, com direito a café da manhã ou da tarde e almoço.

As refeições oferecidas na fazenda são típicas da comida mineira, a exemplo da “galinhada” feita em fogão de lenha. Além dos atrativos naturais há ainda atrativos culturais expostos em uma pequena casa, contendo carro de boi, secadores de grãos, plantadeiras, arados e carpideiras antigas, entre outros.

Os turistas são, geralmente, compostos por grupos de amigos, de familiares ou escolares que procuram a fazenda principalmente nos finais de semana e, eventualmente, no meio de semana (grupos de alunos), tendo quase sempre como principal motivação para a visita a observação das aves.

Os impactos da atividade turística na fazenda são, de certa maneira, irrelevantes, se comparados a outras modalidades de turismo em espaço rural, principalmente pelo baixo número de visitantes, e pelo respeito ao período de recreação das aves, pela manutenção das atividades tradicionais da fazenda e pelo aproveitamento da infra-estrutura já existente.

A atividade turística representa uma alternativa econômica a mais para a Fazenda Boa Esperança, pois não são deixadas de lado as atividades agropecuárias tradicionais, sendo estas também aproveitadas como recursos turísticos.

A paisagem local sofreu poucas modificações com o turismo. Entretanto, a paisagem que predomina na fazenda são as pastagens naturais e a monocultura, restando pouco da fisionomia do Cerrado.

#### 4.4 – As pastagens em relevo dissecado (3c)

O potencial turístico desse compartimento reside principalmente em estar entre os demais compartimentos de paisagens de relevo dissecado (Cf. FIGURA 18), tendo também nos elementos água e relevo seus principais atrativos naturais, bem como pela presença de pequenas propriedades rurais.

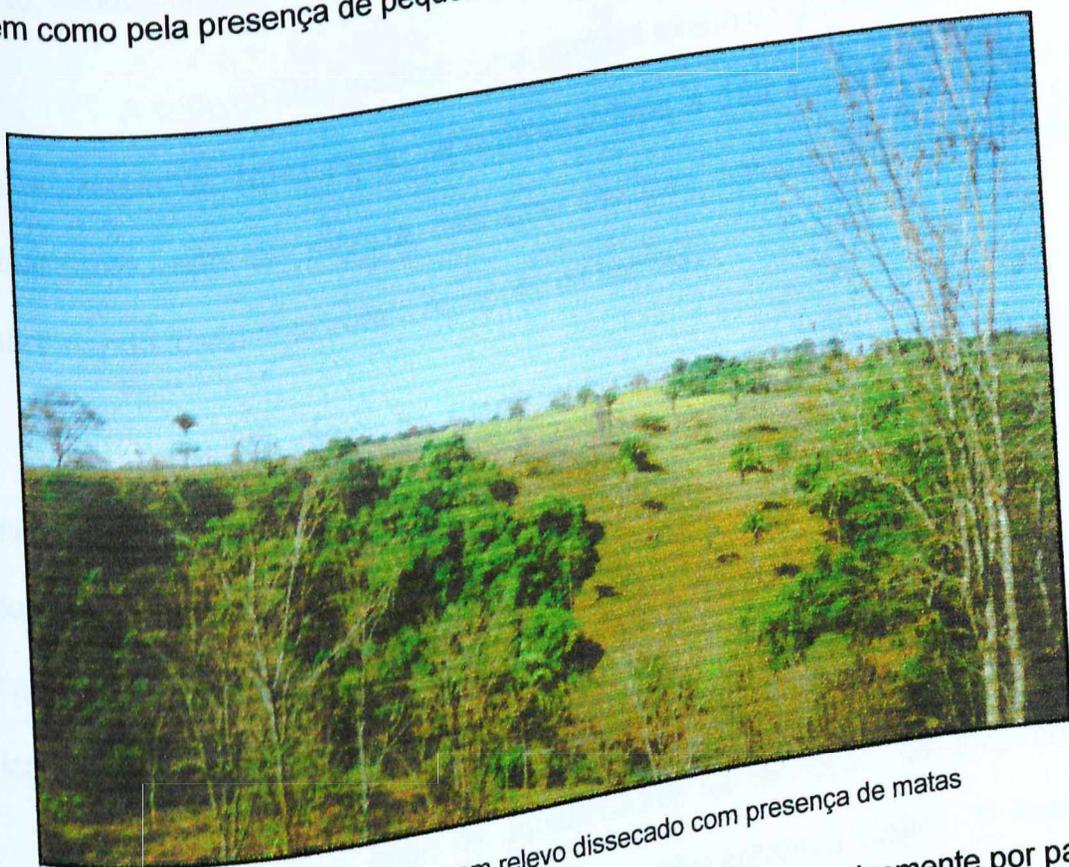


FIGURA 18 – Pastagem em relevo dissecado com presença de matas  
FONTE: MACEDO, Set/2002.

A paisagem, nesse compartimento, é formada basicamente por pastagens plantadas e pasto limpo, que podem ser notadas desde as partes altas do relevo, chegando até as margens do Rio Claro. As atividades das propriedades rurais estão voltadas, em sua maioria, para a pecuária.

No entanto, não há nenhum tipo de visitação ou aproveitamento turístico nestas propriedades, com exceção da propriedade denominada de Camping Rio

Claro, que se situa no contato do compartimento de relevo dissecado com o relevo tabular.

O Camping Rio Claro localiza-se em um sítio de propriedade da Sra. Rita de Cássia, a qual foi herdada de seu pai. O sítio existe a mais de 25 anos, tem cerca de 15 hectares de extensão; suas atividades sempre se basearam na criação de gado, sendo constituídas fundamentalmente por pastagens plantadas.

A sede do sítio localiza-se na margem direita da BR-452 (Cf. FIGURA 19), no município de Nova Ponte, aproximadamente a 150 m do leito do Rio Claro. Atualmente, não se registra nenhuma atividade agropecuária na propriedade, funcionando totalmente para a recepção de turistas.

A infra-estrutura do Camping é composta por um curral, herança das atividades passadas exercidas na propriedade, um pequeno *play-ground* e piscinas para as crianças, banheiros, restaurante, um bar à beira do rio com mesas e cadeiras de cimento, campo de futebol e quadra de vôlei gramado, equipamentos de jogos, além de um pequeno pomar.

Ainda existe, entre os equipamentos de recepção, um alojamento para hospedagem com sete apartamentos, com infra-estrutura rústica. O local para o acampamento dos visitantes (Cf. FIGURA 20) localiza-se na margem do Rio Claro, em uma área totalmente gramada, com pouquíssimas árvores ou arbustos.

Dentre as atividades de lazer oferecidas no camping estão passeios a cavalo, de carroça e passeios de barco no Rio Claro; contudo, o lugar oferece oportunidade de exercer inúmeras outras atividades, tais como banho no rio, caminhadas, pesca etc.

No restaurante, onde também funciona a sede da fazenda, são oferecidos pratos típicos da cozinha mineira, servidos na forma de *self-service*. Na sede encontram-se, ainda, utensílios antigos, que foram utilizados no cotidiano da propriedade, servindo como atrativo cultural aos visitantes.



FIGURA 19 – Paisagem da sede do Camping Rio Claro  
FONTE: MACEDO, Set/2002.

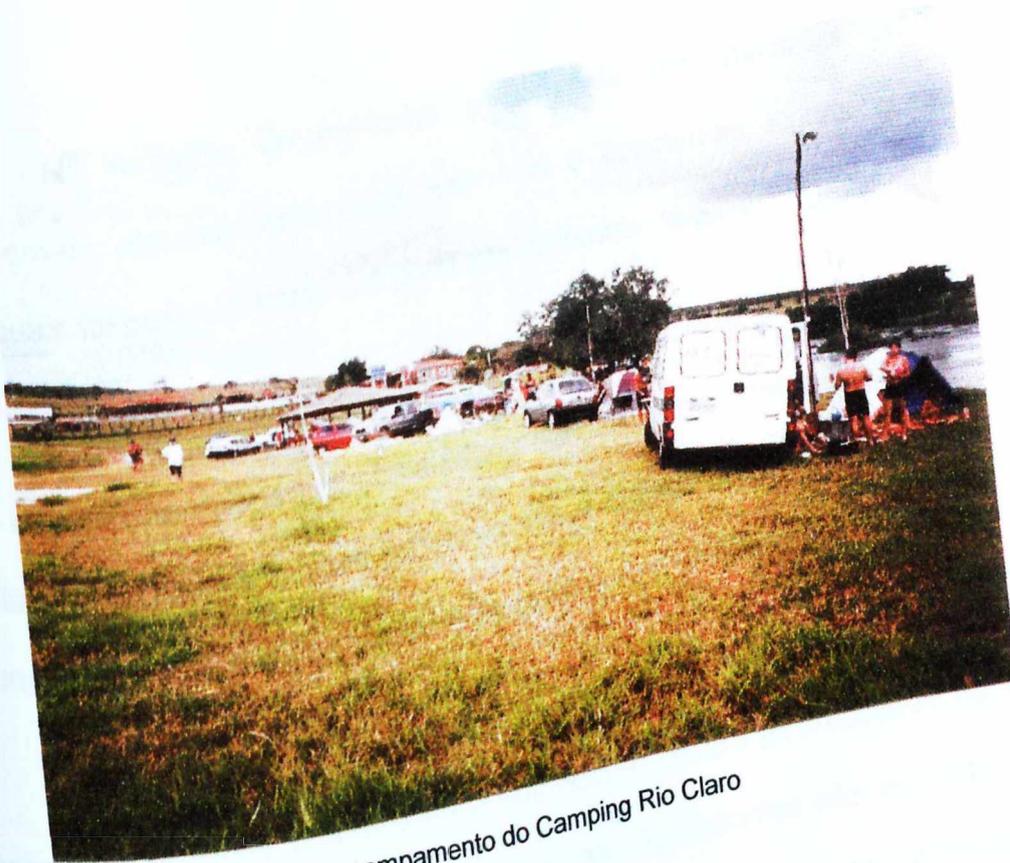


FIGURA 20 – Área de acampamento do Camping Rio Claro  
FONTE: MACEDO, Set/2002

O Camping é administrado pela proprietária, residente no local, que conta com mais ou menos seis funcionários, que trabalham na cozinha e na recepção, e como atendente, salva-vidas, segurança; eventualmente, apresentam-se, na propriedade, grupos artísticos. A maioria dos funcionários é oriunda da cidade de Nova Ponte, localizada a cerca de 45 Km do local, que presta serviços principalmente nos finais de semana e dias feriados.

As visitas ocorrem, em grande parte, nos finais de semana e feriados e, com menor frequência, nos dias úteis da semana; a maioria dos visitantes procura a área para acampar, sendo cobrada uma taxa de R\$ 18,00 por carro para um período de 24 horas, podendo o visitante levar sua própria alimentação e bebidas. Existe também uma espécie de associação, na qual se paga uma mensalidade que permite ao contribuinte visitar o Camping sem cobrança de taxa extra, em qualquer tempo.

Na tentativa de conhecer a demanda dos visitantes do Camping, realizaram-se algumas entrevistas informais e aplicam-se alguns questionários, pelos quais foi possível traçar um perfil dos visitantes da área.

Pode-se observar que a visitação no local ocorre, em sua maior parte, nos finais de semana e feriados, como citado anteriormente, principalmente por jovens, famílias ou grupo de amigos, pertencentes à cidade de Uberlândia e às cidades circunvizinhas ao Camping, tendo como meio de transporte seus próprios veículos.

Entre as profissões dos visitantes, encontraram-se motoristas, funcionários públicos, empresários e autônomos. Dentre as profissões, destacou-se, ainda, um número razoável de comerciantes. Os visitantes são, portanto, das mais variadas profissões que, na sua maioria, visitam o Camping utilizando veículo próprio, sendo 61% com familiares e 39% em grupo de amigos.

Em relação ao grau de escolaridade, verificou-se que a maioria dos visitantes possui o ensino médio, cerca de 52%, com o restante dividido entre o ensino fundamental e superior, conforme pode ser visto no GRÁFICO 05.

No que diz respeito às condições sócio-econômicas dos visitantes, 29% afirmam receber entre três e cinco salários mínimos, outros 14% entre um e três salários mínimos, e a maioria, cerca de 57%, um salário superior a sete mínimos, como demonstra o GRÁFICO 06.

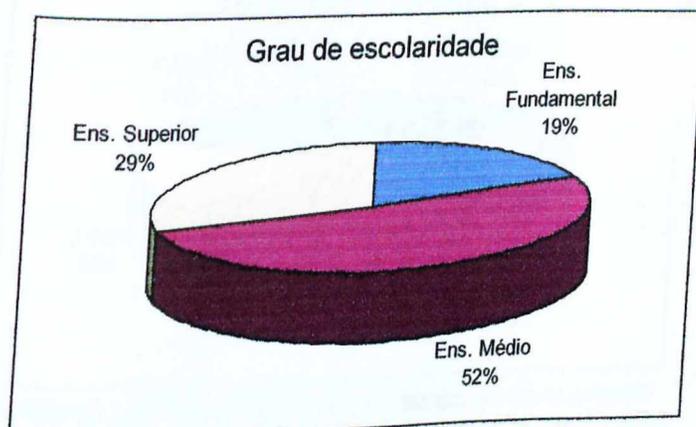


GRÁFICO 05 - Camping Rio Claro: grau de escolaridade.  
 Fonte: Dados da pesquisa Org: Macedo, 2003

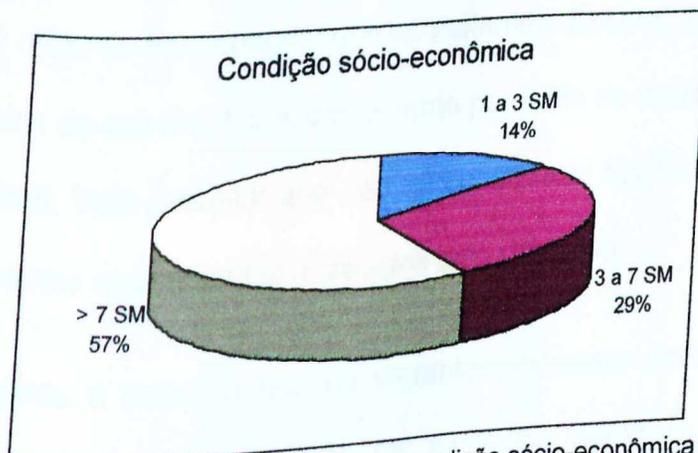


GRÁFICO 06 - Camping Rio Claro: condição sócio-econômica  
 Fonte: Dados da pesquisa Org: Macedo, 2003

O tempo de permanência dos visitantes é, predominantemente, de dois dias - cerca de 45% do total; em seguida, com 18%, aparecem os que passam apenas um dia e o restante, como se verifica no GRÁFICO 07, permanece no máximo cinco dias, especialmente nos feriados prolongados.

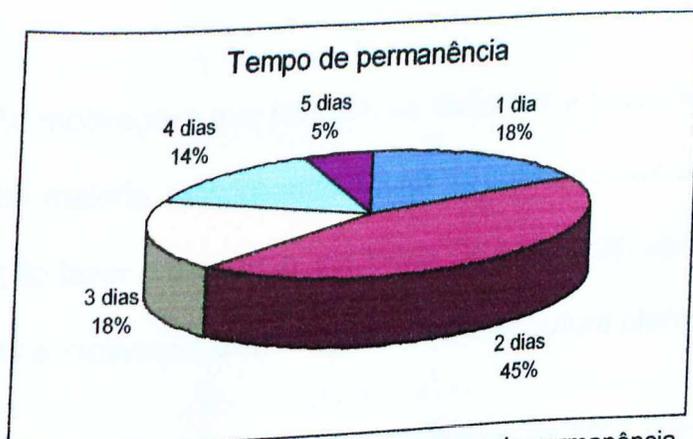


GRÁFICO 07 -Camping Rio Claro: tempo de permanência  
 Fonte: Dados da pesquisa Org: Macedo, 2003

O meio de hospedagem que os visitantes utilizam, evidentemente aqueles que ficam mais de um dia, é o acampamento por meio de barracas ou improvisados em seus carros. Vale ressaltar que não foi encontrado nenhum visitante que tenha se hospedado nos apartamentos oferecidos pelo Camping.

Quanto à maneira que os visitantes tomaram conhecimento da área, conforme demonstrado no GRÁFICO 08, 81% dos visitantes afirmaram ser por intermédio de familiares e/ou amigos, outros 14% já tinham conhecimento da área e o restante (5%) foram passando pela local, visto que o Camping fica à margem da rodovia. Pode-se verificar que nenhum visitante obteve conhecimento da área por meio de alguma mídia ou campanha de marketing.

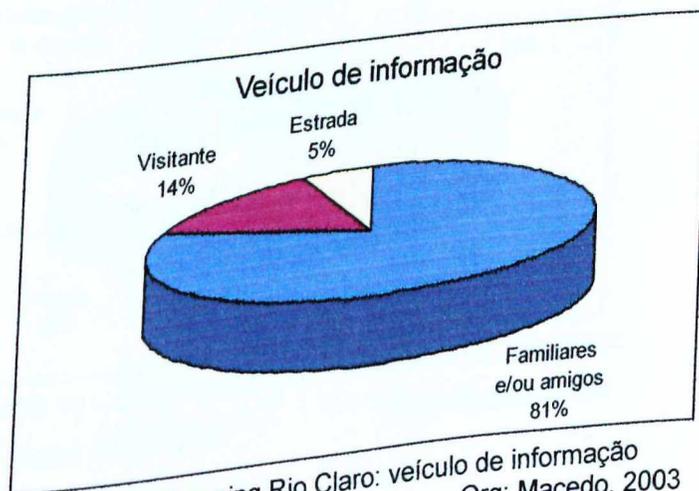


GRÁFICO 08 - Camping Rio Claro: veículo de informação  
 Fonte: Dados da pesquisa Org: Macedo, 2003

As motivações que levaram os visitantes a procurar o Camping Rio Claro estão, na sua maioria, relacionadas à fuga do cotidiano das cidades. Principalmente pela motivação lazer e descanso, conforme GRÁFICO 09; apenas para cerca de 7% dos visitantes a motivação estaria ligada à infra-estrutura oferecida pelo Camping.

Dentre as muitas opções de atividades de lazer oferecidas pelo Camping Rio Claro, ressaltando que o visitante muitas vezes realiza mais de uma atividade, verificou-se que, dentre as principais, estão o banho no rio e o churrasco, além da prática de esporte e pesca, conforme evidenciado no GRÁFICO 10.

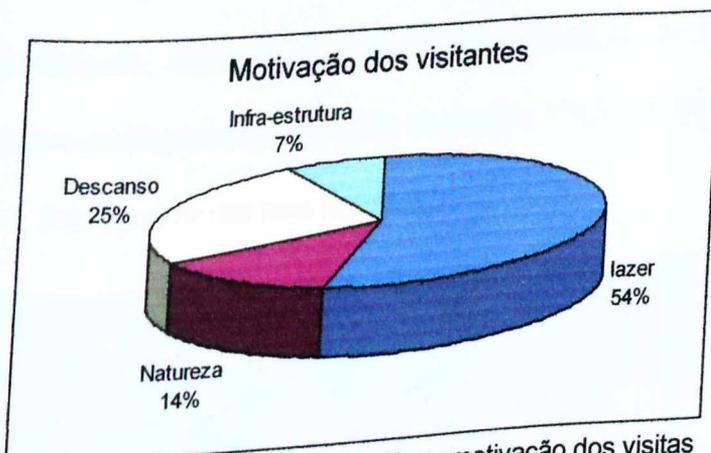


GRÁFICO 09 – Camping Rio Claro: motivação dos visitantes  
 Fonte: Dados da pesquisa Org: Macedo, 2003.

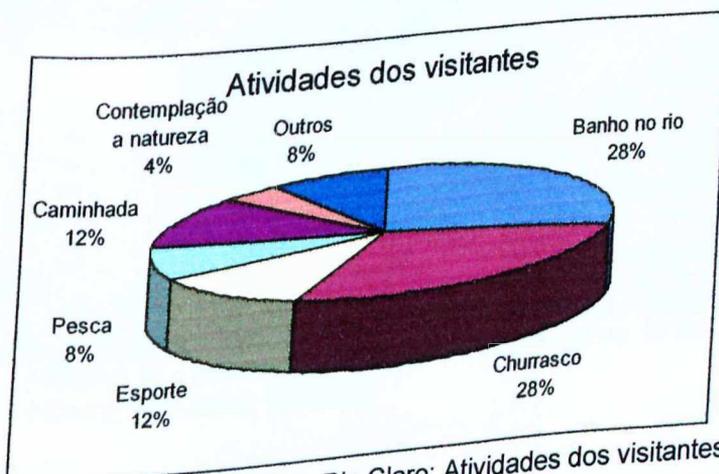


GRÁFICO 10 – Camping Rio Claro: Atividades dos visitantes  
 Fonte: Dados da pesquisa Org: Macedo, 2003.

As principais reclamações dos visitantes referem-se ao valor cobrado para a utilização da área, seguido das condições ambientais do local, como o acúmulo de lixo no camping.

Aspectos relacionados à infra-estrutura e equipamentos de recepção, como a falta de bancos, mesas, duchas, banheiros, quiosques e iluminação, também foram lembrados. Alguns visitantes chamaram a atenção para a ausência de arborização. Contudo, muitos disseram não ter nada a declarar e afirmaram estarem satisfeitos.

A condição ambiental do Camping Rio Claro, de maneira geral, é razoável; entretanto, existem alguns pontos passíveis de serem repensados, tais como a impermeabilização da margem do rio (Cf. FIGURA 21) e o número excessivo de visitantes, principalmente nos feriados.

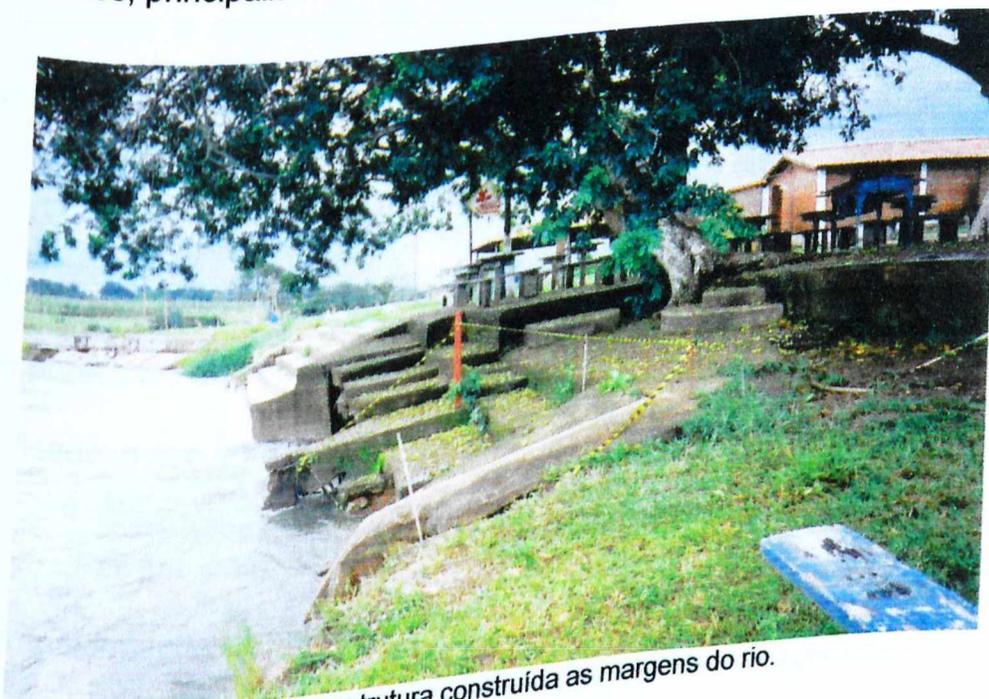


FIGURA 21 – Infra-estrutura construída as margens do rio.  
FONTE: MACEDO, Set/2002.

Na área, há tambores para a deposição do lixo, estando espalhados por toda a área de visitação. O destino final dos materiais descartados tem lugar no

próprio Camping, em uma área afastada do local de visitação, sendo queimado e depois enterrado.

Entretanto, nem todos os resíduos são depositados pelos visitantes nos tambores, estando acumulados próximos às barracas e no entorno do Camping. Também se deve levar em considera o que não há nenhum tipo de orienta o aos visitantes em rela o a essa questão, muito menos placas educativas.

Os principais impactos ambientais da área estão relacionados   compacta o do solo pelo grande fluxo de veículos, já que existe somente um pequeno estacionamento. Assim,   permitida a entrada de veículos por toda a área do Camping, até mesmo de pequenos caminhões.

A impermeabiliza o da margem do rio, e de parte do leito, para acesso dos visitantes e constru o de infra-estrutura para um bar   um outro aspecto impactante do ponto de vista ambiental.

Na  rea não existe nenhum plano de manejo ou estudo da capacidade de carga; um dos reflexos mais evidente deste fato   a concentra o de visitantes em certos pontos do Camping, como a utiliza o da área do pomar para acampamento improvisado, o que gera uma certa impressão de desordem.

Por fim, pode-se verificar que a paisagem do Camping Rio Claro   fruto das transforma es realizadas no passado com a atividade agropecuária (pastagens) e, atualmente, foram acrescentados a essa paisagem os equipamentos de recep o aos visitantes, consolidando o Camping como um dos atrativos mais conhecidos e visitados dentro da Bacia do Rio Claro.

No compartimento de paisagem das áreas de relevo dissecado existe também a presença de parte do lago da Usina Hidrelétrica de Miranda, podendo ser considerado um importante atrativo natural, capaz de proporcionar o desenvolvimento de inúmeras atividades de lazer, principalmente as voltadas para os esportes náuticos e pesca (Cf. FIGURA 22).



FIGURA 22 – Paisagem da Foz do Rio Claro  
FONTE: SOARES, Dez/2001.

Pode-se destacar que, recentemente, foi instalado na margem esquerda da represa um condomínio de chácaras, denominado Chácaras Rio Claro, as casas encontram-se, em sua maioria, em fase de construção, bem como a infra-estrutura básica de saneamento e abastecimento de água.

De modo geral, os proprietários das chácaras são moradores das áreas urbanas próximas à área; deslocam-se até suas chácaras principalmente nos finais de semana e feriados, com a finalidade de descanso e lazer, como uma espécie de

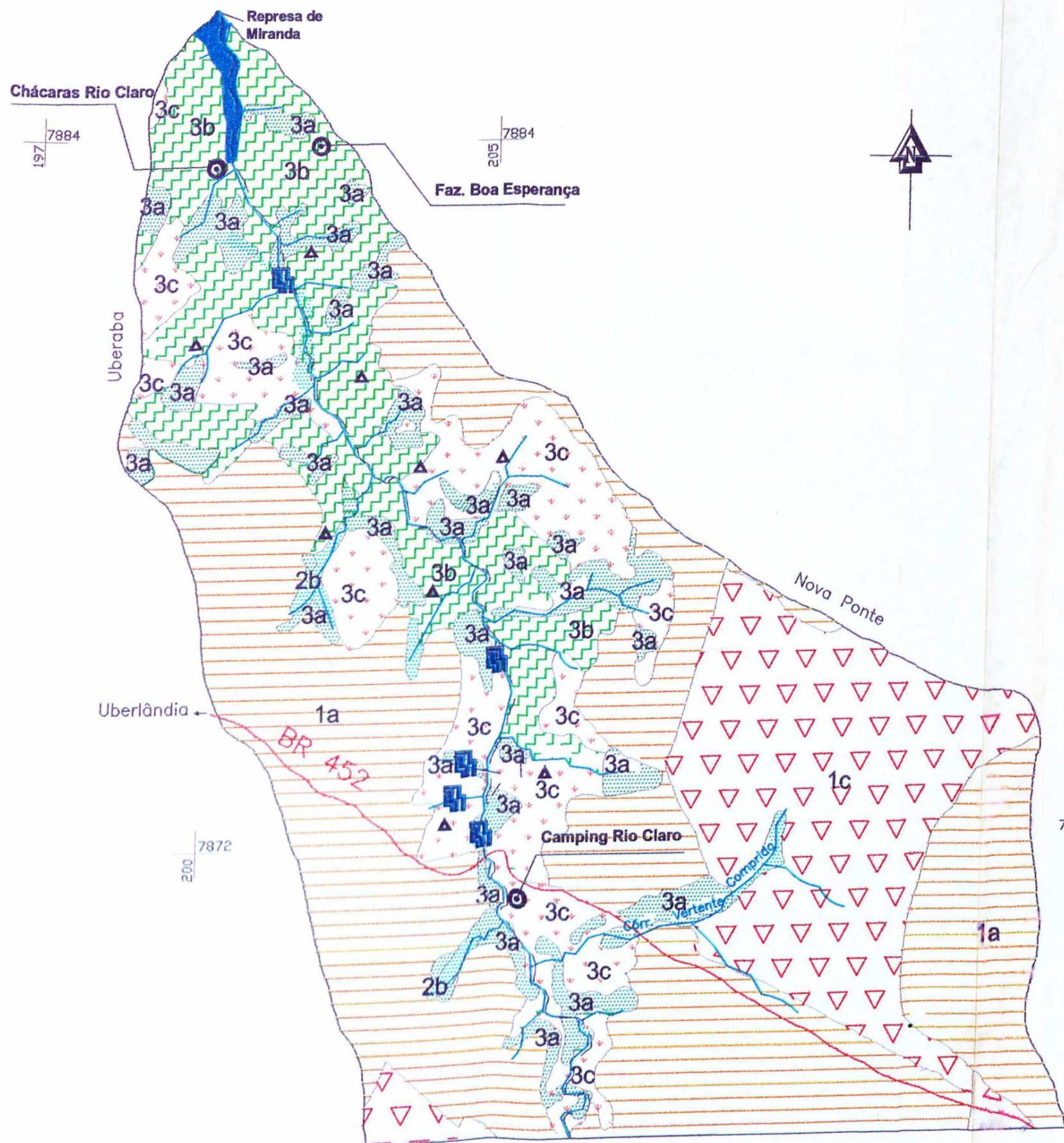
segunda residência. Entretanto, em algumas chácaras existe a presença dos chacareiros (caseiros), que são trabalhadores que moram nos ranchos com a finalidade precípua de cuidarem do local.

Para observar o potencial turístico dos compartimentos, escolheu-se apresentar de forma mais detalhada o compartimento de paisagem das áreas de relevo dissecado, com os seus principais atrativos naturais e algumas das propriedades rurais existentes (Cf. FIGURA 23).

Com a compreensão dos compartimentos de paisagem da Bacia do Rio Claro com potencial turístico, pode-se apontar algumas propostas para o melhor aproveitamento dos mesmos, sob a forma de sistemas de tomadas de decisão.

# Bacia do Rio Claro - MG

## Paisagem do Relevo Dissecado associado aos Elementos Turísticos



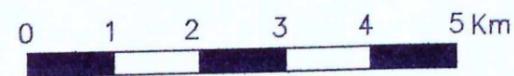
### Convenções

-  Cursos d'água
-  Limite da bacia
-  Estrada
-  Limite Municipal
-  Represa

### Legenda:

-  3a (Matas em relevo dissecado)
-  3b (Cerrado em relevo dissecado)
-  3c (Pastagem em relevo dissecado)
-  Sede de Fazenda
-  Cachoeiras

Escala: 1:80.000



FONTE: Adaptado de Soares (2002)  
 Cartas topográficas: SE.23-Y-C-I Nova Ponte e SE.23-Y-C-IV Uberaba. Escala 1:100.000 Coord. UTM  
 Elaborado: Macedo (2003)

#### 4.5 – Recomendações e propostas para o aproveitamento turístico das paisagens da Bacia do Rio Claro

Com a caracterização e avaliação das potencialidades de turismo de cada compartimento de paisagem da Bacia do Rio Claro, estabelece-se, nessa pesquisa, recomendações e propostas de ações na tentativa de garantir o aproveitamento turístico sustentável. Nesse momento, a pesquisa atinge o último nível proposto por Ribeiro (2001), com a construção de sistema de suporte à tomada de decisões disponíveis as comunidades envolvidas.

Nas paisagens de matas em áreas hidromórficas, a modalidade de turismo que poderia ser desenvolvida nesse compartimento nos parece ser o turismo no espaço rural.

Para tanto, o interesse dos proprietários rurais desse compartimento em desenvolver o turismo em suas propriedades é fundamental, pois a maioria das áreas com potencial localiza-se em grandes propriedades, onde as atividades estão totalmente voltadas para a agricultura moderna.

De maneira geral, as recomendações e propostas para o melhor aproveitamento do potencial turístico das áreas desse compartimento de paisagem passam, necessariamente, pela conservação e recuperação dos atrativos naturais, bem como pela implantação de infra-estrutura e equipamentos para receber a demanda e do apoio do poder público.

A implantação da atividade turística nesse compartimento de paisagem, evidentemente, necessita de um planejamento adequado para cada área; entretanto,

muitas das recomendações e propostas a serem feitas, a seguir, servem de forma direta ou indireta para esse compartimento de paisagem.

A potencialidade turística e de lazer dos compartimentos de paisagem do relevo dissecado faz acreditar que as modalidades de turismo possíveis nessas paisagens são o ecoturismo e o turismo no espaço rural ou, utilizando o termo

proposto por Rodrigues (1998), pode constituir-se no turismo eco-rural.

Pensando na possibilidade de desenvolvimento dessas modalidades de turismo alternativos sob a ótica da sustentabilidade no seu sentido mais amplo, elencam-se algumas propostas e recomendações para o melhor aproveitamento turístico nos compartimentos de paisagem do relevo dissecado:

- a criação de uma RPPN;
- a preservação e conservação do patrimônio natural e cultural da área, adequado às legislações, sejam elas municipais, estaduais ou federais;
- o respeito dos 20% das reservas legais, exigidos por lei;
- o reflorestamento de espécies nativas nas áreas de preservação permanente;
- incentivar à adoção de técnicas de conservação do solo nas áreas de pastagens;
- a criação de um programa de sensibilização junto aos proprietários rurais sobre a importância da conservação e recuperação dos ambientes naturais para a sustentabilidade sócio-ambiental;

- a criação de um Centro de Informação Turística e Interpretação Ambiental;
- a diversificação e melhoria da oferta turística;
- a criação de um roteiro turístico;
- investir em divulgação (marketing);
- resgatar a cultura local/regional;
- incentivar as parcerias e a participação comunitária.

As paisagens em relevo dissecado poderiam ser transformadas em uma Unidade de Conservação, como as RPPN's, bem como poderiam, por meio de uma parceria entre os fazendeiros dessas áreas, ter-se a gestão da atividade turística, dividindo-se as responsabilidades de conservação da área, de controle das visitas, atividades e serviços (oferta turística) oferecidos aos visitantes.

Dessa forma, acredita-se que todos poderiam beneficiar-se dos aspectos positivos da atividade turística, como a geração de emprego e renda para a comunidade local, além da opção de tomadas de decisão de interesse comum, como a promoção, divulgação, melhorias estruturais, entre outras.

As recomendações relacionadas à recuperação e conservação do ambiente natural poderiam contar necessariamente com a participação do poder público, buscando uma integração e maior eficiência das ações dos diversos órgãos públicos, além da importante contribuição e apoio das ONGs e setor privado.

Com a criação de uma unidade de conservação poderia existir um centro de informação turística e interpretação ambiental que se constitui em um instrumento importante para o aproveitamento do potencial natural e cultural de uma área. No centro, os visitantes receberiam informações de infra-estrutura, de serviços turísticos, folhetos, mapas do local, ou seja, o centro teria como objetivo orientar e atender os visitantes.

O centro também serviria para realização de atividades educacionais e culturais, com realização de cursos, palestras, exposições de filmes, entre outras atividades.

A educação ambiental é um elemento importante para a sustentabilidade sócio-ambiental das áreas turísticas, podendo a atividade ser desenvolvida com os visitantes, a população local e outros setores.

A educação ambiental pode gerar conhecimentos sobre o ambiente, orientar o bom uso dos recursos naturais e estimular a conservação do meio ambiente. Poderia ser criado um calendário de eventos para receber visitantes durante os Dias "da Água", "da Árvore" e "da Criança", Dia do Meio Ambiente, entre outros.

O local de instalação do Centro de Informação poderia ser nas proximidades da Cachoeira da Fumaça, devido à facilidade de acesso e devido ao fato de ser um dos atrativos mais conhecidos e visitados da área.

Outra vantagem de um centro é a possibilidade de aproveitamento de mão de obra local, a exemplo de serviços administrativos e guias-monitores.

Quanto à oferta turística do local, ou seja, os produtos e serviços oferecidos e equipamentos instalados para atendimento dos visitantes, verifica-se que ainda existe um potencial a ser explorado e melhorado, mesmo nas localidades onde ocorrem efetivamente a atividade turística

Em relação às fazendas dos compartimentos de paisagem com potencial turístico, que na sua maioria têm sedes simples, com pouca riqueza arquitetônica, a exploração turística poderia desenvolver, paralelamente, as outras atividades tradicionais, tornando-se uma viabilização econômica para as mesmas.

Para tanto, os proprietários deveriam aproveitar as infra-estruturas já existentes em suas propriedades e, dependendo das possibilidades de investimentos de cada um, oferecer meios de hospedagem, bem como refeições da culinária tradicional e produtos produzidos nas fazendas como, por exemplo, queijos, doces e cachaça. A gastronomia local pode ser um importante diferencial para a escolha da área a ser visitada, constituindo-se também em um atrativo para a demanda.

A oferta turística de determinada área também está relacionada às atividades de recreação, lazer, esporte e entretenimentos oferecidos no local. Dessa forma, apresentam-se algumas sugestões de atividades que poderiam ser realizadas aproveitando os atrativos naturais e culturais da área.

Muitas das atividades sugeridas a seguir, de alguma forma, já são realizadas pelos visitantes, porém, na maioria das vezes, sem orientação e controle ou dentro dos limites de segurança.

- esportes e jogos (incluindo os aquáticos);

etc.);

- esportes de aventura (canoagem, bóia-cross, rafting, rapel, escalada
- pesca, nado e mergulho;
- acampamento, churrasco/piquenique;
- caminhadas; cavalgadas
- observação da fauna e flora;
- contemplação das cachoeiras.

As trilhas são excelentes para as caminhadas (*trekking*) e observação da fauna e flora, constituindo-se também em um importante elemento para a realização da educação ambiental. Deve-se destacar que o aproveitamento das trilhas, ou mesmo o planejamento de novas, devem exigir um manejo adequado, evitando impactos ambientais.

O patrimônio cultural também é um importante atrativo turístico, com o resgate da cultura local/regional, além da observação dos manejos rurais tradicionais, poderiam ser realizadas, nas fazendas festas folclóricas, a exemplo das festas juninas, folia de reis, cavalhadas, entre outras.

A criação de um roteiro turístico favoreceria todos empreendimentos turísticos que existem na área, ou que vierem a existir, permitindo a organização da oferta turística e o controle de entrada e saída da clientela. O roteiro poderia abranger todos os atrativos turísticos existentes nos compartimentos, podendo se estender até aos municípios de Nova Ponte e Uberaba que compreendem a Bacia do Rio Claro.

A falta de equipamentos de recepção e infra-estrutura contribui, em boa parte, para a degradação da paisagem da área, principalmente nos locais mais visitados e sem controle, como nas cachoeiras. Desse modo, algumas medidas básicas deveriam ser tomadas, as quais servem de modo geral para toda a área, como a implantação de mirantes (Cachoeira da Fumaça), lixeiras, banheiros e placas informativas e educativas.

Devem, também, ser reservados locais específicos para camping e estacionamento, além de restringir o uso de determinadas áreas, seja pelo aspecto ambiental ou por segurança. A criação de tais locais ajuda a evitar o desrespeito ambiental e contribui para a ordenação das atividades desenvolvidas pelos visitantes.

O desenvolvimento do turismo nos compartimentos de paisagem da Bacia Rio Claro deve respeitar a capacidade de carga dos atrativos turísticos, podendo ser desenvolvidos estudos específicos para cada área, de forma a atender uma demanda pequena, sem comprometer seus recursos naturais e culturais.

O processo de planejamento para implantação de equipamentos e infra-estrutura deve sempre valorizar os atributos cênicos da paisagem e da cultura local, procurando não descaracterizar as paisagens naturais.

As principais características dos compartimentos de paisagem com potencial turístico, bem como as recomendações e propostas para o melhor aproveitamento das mesmas, estão apresentados no QUADRO 02. As informações levantadas devem ser disponíveis aos atores envolvidos no desenvolvimento da atividade turística na Bacia do Rio Claro, na tentativa de garantir sua sustentabilidade.

Sabe-se, portanto, das dificuldades existentes atualmente na aplicabilidade das propostas apresentadas, porém a adoção de tais medidas poderiam garantir a preservação dos remanescentes de Cerrado da área, bem como conferir maior dinamismo e autenticidade da atividade turística desenvolvida nas paisagens da Bacia do Rio Claro.

Quadro 2 : As paisagens com potencialidades turísticas da Bacia do Rio Claro

COMPARTIMENTOS PAISAGEM	Principais atrativos turísticos	Infra-estrutura e equipamentos	Impactos ambientais	Propostas de aproveitamento turístico	Recomendações de preservação ambiental	Atividades possíveis
2 a (matas em áreas hidromórficas)	Vegetação natural e água (Rio Claro e matas ciliares)	Locais isolados de lazer sem infra-estrutura e equipamentos	Restam poucas matas ciliares, assoreamento dos rios e lixo depositado pelos visitantes	Turismo em espaço rural; instalação de equipamentos de recepção e controle da visitação	Respeitar os 20% das reservas legais, exigidos por lei; reflorestamento de espécies nativas nas áreas de preservação permanente; incentivar à adoção de técnicas de conservação do solo nas áreas de pastagens; criar um programa de sensibilização junto aos proprietários rurais sobre a importância da conservação e recuperação dos ambientes naturais para a sustentabilidade socioambiental	Educação Ambiental; Nado, bóia-cross e acampamento.
3a (matas em relevo dissecado)	Vegetação natural, água, relevo e fazendas (Rio Claro, Represa de Miranda, cachoeiras, corredeiras, trilhas, paredão e vales)	Não existem infra-estruturas e equipamentos, a visitação é feita sem controle e cobrança de taxa.	Destruição da mata mesofítica, compactação do solo e acúmulo de lixo nas margens e leito do rio	Turismo eco-rural; Criação de uma RPPN, criar um Centro de Informação Turística e Interpretação Ambiental; diversificar e melhoria da oferta turística; criar um roteiro turístico; resgatar a cultura local/regional;		Educação Ambiental; nado, pesca, mergulho, caminhadas, cavalgadas, esportes de aventura, acampamento; Observação dos manejo rurais tradicionais e festas folclóricas
3b (cerrado em relevo dissecado)		Fazenda Boa Esperança e Chácaras Rio Claro	Apenas remanescentes da vegetação natural e desmatamento			
3c (pastagens em relevo dissecado)		Camping Rio Claro	Extinção da vegetação natural; impermeabilização da margem do rio e compactação do solo (Camping)			

Fonte: Dados da pesquisa

Org: Macedo, 2003

#### 4.6 - Avaliação: problemas e perspectivas

As paisagens da Bacia do Rio Claro passaram por intensa antropização nas últimas décadas, refletindo esse processo na conservação dos ambientais naturais e na estrutura agrária da bacia. Diante desse fato, os elementos paisagísticos que conferem qualidade à paisagem, transformando-a em atrativos turísticos, reduziram-se basicamente às áreas de relevo dissecado, tendo nas cachoeiras um dos seus principais recursos turístico.

O desenvolvimento do trabalho nos permitiu observar que, apesar da atividade turística em áreas naturais/rurais ter se transformado num fenômeno, o qual cresce vertiginosamente, sendo uma ótima opção para o desenvolvimento local/regional, ainda enfrentam-se dificuldades para conciliar a exploração turística sem modificar as relações sócio-ambientais.

Pode-se verificar vários fatores que dificultam o desenvolvimento e aproveitamento dos compartimentos de paisagem com potencial turístico na Bacia do Rio Claro, como se exporá a seguir.

De modo geral, parece ainda existir escassez de informações referentes a projetos já implantados a respeito de formas alternativas de turismo, bem como falta de mão-de-obra preparada para a demanda gerada pela atividade turística, além da dificuldade do produtor rural em compreender os mecanismos do planejamento e da gestão do turismo. Estes fatos são notados claramente na bacia, dificultando o aproveitamento e o desenvolvimento da atividade na mesma.

No compartimento de relevo dissecado, onde efetivamente há potencial turístico, a forma pela qual o turismo vem sendo explorado permite apenas a uma pequena parcela de proprietários rurais usufruírem os benéficos da atividade. Nesse sentido, verifica-se também que nem todos fazendeiros se interessam pela prática de lazer e turismo em suas propriedades, alguns ainda proíbem ou dificultam a visita dos atrativos naturais.

Nas paisagens de relevo tabular e de áreas hidromórficas, as maiores restrições para o desenvolvimento do turismo são a quase total destruição dos seus ambientes naturais, bem como as estruturas das propriedades rurais, ou seja, muitos proprietários incorporaram o estilo de vida urbano no campo, fruto da inserção da tecnologia na agricultura.

Pode-se verificar que os principais problemas dos compartimentos com potencial turístico da bacia são quanto ao sub-aproveitamento dos seus atrativos naturais/culturais e a falta de planejamento na implantação do turismo que, aliado às visitas desordenadas nas áreas onde não há infra-estrutura e equipamentos de recepção, muitas vezes sem a autorização ou conhecimento dos proprietários, geram impactos negativos, incorrendo diretamente na degradação da paisagem.

Ao analisar-se os empreendimentos turísticos implantados na Bacia do Rio Claro, constata-se que a forma de manejo e gestão dos mesmos não vem sendo adequado aos princípios de sustentabilidade, principalmente em relação à conservação ambiental e, em vários aspectos, não fugindo muito do turismo convencional.

Nesse sentido, constata-se que a forma de turismo desenvolvido na Fazenda Boa Esperança é o que mais se aproxima do turismo eco-rural, pois

oferece a oportunidade aos visitantes de interação com a natureza e a cultura local, ou seja, aproveita os recursos naturais existentes na fazenda em conjunto as atividades agropecuárias tradicionais.

Verifica-se que a demanda turística da área tem o lazer como a principal motivação para a visita. O interesse pela área recai basicamente nos recursos naturais (rios, cachoeiras e trilhas) e nos resquícios da cultura das fazendas. Contudo, ainda não parece existir a desejada tranquilidade e interação com a natureza por parte dos visitantes, visto as inúmeras reclamações e problemas encontrados em alguns dos atrativos turísticos.

Percebe-se a quase inexistência da presença do poder público municipal quanto às atividades de lazer e turismo desenvolvidas na área; este fato talvez seja o principal entrave para o melhor aproveitamento turístico da mesma.

Dentre os municípios que compõem a bacia, apenas o de Nova Ponte demonstra algum interesse no desenvolvimento dessas formas alternativas de turismo dentro da área, mas ainda de forma muito tímida e incipiente.

Os municípios de Nova Ponte e Uberaba têm a agropecuária como base da sua economia. Vale ressaltar que, na Bacia do Rio Claro, não existia nenhuma área urbana, sendo ocupada somente por propriedades rurais.

Nova Ponte é um município de pequeno porte. A atividade turística do município, atualmente está circunscrita ao lago formado pela Usina Hidrelétrica de Nova Ponte e a própria Usina, cuja construção inundou a antiga sede do município. Os festejos dos padroeiros da cidade, as festas juninas, em especial a Cavallhada, uma das mais famosas do país, são as principais características culturais do local.

Uberaba, por sua vez, é uma das grandes cidades do Triângulo Mineiro, sendo um importante pólo econômico e cultural da região. É considerada a Capital Mundial do Zebu, raça originária da Índia. Por esse motivo realiza anualmente uma exposição agropecuária de fama internacional, além de manter o Museu do Zebu.

Dessa forma, nos parece evidente que essa falta de participação do poder público que em conjunto a insuficiência de regulamentação e normatização para a gestão do ecoturismo e turismo no espaço rural, prejudica o desenvolvimento da atividade turística na Bacia do Rio Claro.

Em relação às perspectivas de desenvolvimento turístico nas paisagens da Bacia do Rio Claro, sobretudo nas de relevo dissecado, acredita-se que, mediante o potencial apresentado, seja possível seu aproveitamento turístico, desde que haja interesse e participação de todos os atores envolvidos no planejamento e na gestão.

As modalidades de turismo alternativo, no caso o turismo eco-rural, parece proporcionar uma exploração turística mais voltada para a conservação ambiental e para o resgate das tradições culturais locais, constituindo uma ótima opção a ser adotada na área.

A potencialidade turística apresentada pelas paisagens da Bacia do Rio Claro permite a implantação do turismo alternativo com suas várias modalidades de atuação, baseada principalmente nos atrativos naturais, possibilitando um desenvolvimento fundamentado nos princípios de sustentabilidade, desde que ocorra a partir de uma gestão e planejamento sérios e responsáveis para com seus recursos naturais e comunidade local.

Dentre as muitas vantagens da implantação dessas formas de turismo na área, especialmente se existir uma parceria entre os proprietários rurais, estão a ampliação da oferta turística, a conservação ambiental, a geração de emprego e renda para a comunidade local, a pluriatividade das propriedades rurais e a revitalização da área.

Entende-se que a estratégia a ser adotada para o desenvolvimento do turismo nas paisagens da Bacia do Rio Claro seria a parceria dos proprietários e não a exploração separada e aleatória. A criação de uma RPPN nos parece ser um dos caminhos a ser seguido, pois entre as atividades básicas propostas pelo IBAMA nessas reservas estão o ecoturismo, turismo no espaço rural, a pesquisa científica e a educação ambiental.

A exploração do potencial turístico dos compartimentos de paisagem da Bacia do Rio Claro deve ocorrer dentro dos princípios de sustentabilidade, devendo ainda possibilitar uma nova perspectiva de viagens alternativas, não apenas fugindo da massificação, mas capaz de oferecer ao cidadão a oportunidade de aprendizado e interação com a paisagem local.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo, inquestionavelmente, transformou-se num grande fenômeno da sociedade contemporânea e de caráter multifacetado. Atualmente, o desafio que se apresenta é a busca da sustentabilidade da atividade visto, os problemas ambientais sociais e culturais apresentados pelos modelos vigentes.

O surgimento de formas alternativas de turismo com propostas conservacionistas, como o ecoturismo e o turismo no espaço rural, tem demonstrado ser um caminho passível a ser seguido frente ao desafio exposto.

Para tanto, entende-se ser extremamente necessária a existência de um planejamento turístico e uma gestão compartilhada entre todos os atores envolvidos com o desenvolvimento da atividade. Somente assim haverá condições de sustentabilidade, principalmente se for alcançada a harmonia e o equilíbrio entre os resultados econômicos, mínimos impactos ambientais, sociais e culturais, mais a satisfação do turista e da comunidade receptora.

A paisagem, por ser a expressão espacial e visual do meio ambiente; por ser um importante recurso turístico, necessita ser compreendida em todos os seus sentidos, tanto os ambientais quanto os relacionados às atividades humanas, pois está nesses elementos sua atratividade.

Portanto, acredita-se ser fundamental a compreensão das paisagens para a identificação e a avaliação da potencialidade turística de determinado local, possibilitando, assim, o planejamento e a gestão de um turismo alternativo baseado na conservação ambiental e na melhoria da qualidade de vida das comunidades locais.

A abordagem metodológica de Ribeiro (2001), empregada nessa pesquisa, permitiu a compartimentação da paisagem da Bacia do Rio Claro e, mediante sua classificação, pode-se entender sua estruturação e dinâmica, bem como a avaliação do potencial turístico de cada uma dos compartimentos apresentados, permitindo sugerir ações e medidas para o melhor aproveitamento turístico das mesmas.

Constata-se que a metodologia adotada demonstrou ser satisfatória para o comprimento dos objetivos da pesquisa, apresentando flexibilidade para poder ser utilizado em vários níveis e adaptável aos vários aspectos das paisagens, inclusive sob o prisma do turismo.

As metas propostas foram atingidas por meio da produção do material cartográfico e dos quadros, contribuindo para o entendimento e compreensão das paisagens da Bacia do Rio Claro, servindo como instrumento de planejamento e gestão da área.

Deve-se destacar que, na condução do trabalho, alguns obstáculos foram encontrados, além do surgimento de indagações e reflexões a respeito do aporte teórico-metodológico, especialmente pela forma holística pela qual foi conduzido.

Ao analisarem-se as modalidades de turismo em áreas naturais/rurais como forma de desenvolvimento sustentável, verifica-se que além do grande hibridismo existentes entre elas, ainda existem poucas experiências bem sucedidas nesse sentido e muita controvérsia a respeito da real contribuição dessas formas de turismo para a conservação ambiental e resguardo das culturas locais.

Esta pesquisa permitiu também confirmar a inexistência de uma avaliação da paisagem sob a ótica do turismo que não perpassa por uma carga de subjetividade advinda do juízo de valor pessoal ou profissional do pesquisador, independente da metodologia empregada por ele.

Ao trabalhar-se, nesse estudo, com a unidade de bacia hidrográfica, em uma pesquisa que visa identificar o potencial turístico e propor medidas para sua utilização, reconhecem-se algumas limitações, pois a existência de mais de município dentro dos limites da bacia impediu propor medidas no âmbito municipal, visto que a política nacional de desenvolvimento do turismo credita o município como o principal responsável pelo planejamento e pela gestão da atividade.

Contudo, de forma alguma tais fatos inviabilizaram este estudo; pelo contrário: tal pesquisa possibilitou crescimento profissional e pessoal para o pesquisador, em função do contato com os mais variados campos de conhecimento e da realização dos trabalhos de campo.

Esta pesquisa, definitivamente, não se encontra fechada: são possíveis, ainda, aperfeiçoamentos, verificações e correções, dependendo ainda de estudos de aprofundamento da compreensão da paisagem e do turismo.

Dessa forma, ao chegar-se ao final da pesquisa, fica a possibilidade de acreditar na contribuição da mesma para o avanço a respeito do turismo no Cerrado mineiro, particularmente na região do Triângulo Mineiro, ao procurar evidenciar as características e potencialidades turísticas desta região.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB' SABER, A. N. Um conceito de geomorfologia a serviço das pesquisas sobre o quaternário. **Geomorfologia**, 18. São Paulo: IG-USP. 1969.
- AB' SABER, A. N. Contribuição a geomorfologia da área do cerrado . In: **Simpósio sobre o cerrado**. São Paulo. Ed. Edgard Blucher/EDUSP. 1971, 1-14 p.
- ANDRADE, J.V. **Turismo. Fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 1992, 102 p.
- BACCARO, Claudete A. D. Unidades geomorfológicas do Triângulo Mineiro estudo preliminar. **Sociedade & Natureza**. Uberlândia, 3(5 e 6): 37-42, Dez, 1991.
- BARROS, N.C. **Manual da Geografia do Turismo**. Recife: Universitária da UFPE, 2001. 98 p.
- BENEVIDES, I.P. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr . B. **Turismo e desenvolvimento local** (Org). 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p.23-41.
- BERTRAND, G. Paysage et géographie globale- Esquissé méthodologique. **Rev. Geograph. des pyrénées et du Sud-Quest**, 39(3): 249-79, 1968.
- CAMARGO, L.O.L. **O que é lazer**. São Paulo. Brasiliense. 1986. 100 p.
- CAMARGO, L.O.L. Sociologia do lazer. In: ANSARAH, M.G.R (Org). **Turismo- Como aprende, como ensinar**. 2ª ed. São Paulo: SENAC, 2001. v.2.p.235- 275.
- CAMPANHOLA.C.; GRAZIANO DA SILVA.J. O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In : (Org). ALMEIDA.J.A.; RIEDL.M. **Turismo Rural – Ecologia, Lazer e Desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000. p. 145-179.

- CAMPOS, R.R. Turismo e Geografia. *Cadernos do Instituto de Ciências Humanas*. Campinas, nº12, p.93-113, 2001.
- CANDIOTTO, L. Z. P. **Turismo eco-rural na bacia do Rio Araguari-MG: uma proposta para a gestão ambiental**. 2000. 170 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2000.
- CAVACO, C. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 274p. p. 94-121.
- COLE, M.M. A savana brasileira. *Boletim Carioca de Geografia*. Rio de Janeiro, ano 11, n.1-2, p.5-52, 1958.
- COUTINHO, L.M. O conceito de cerrado. In: *Ciência hoje*. Rio de Janeiro, SBPC, vol.12, n.68, 1990.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988. 430 p.
- CRUZ, R de C. A. **Introdução à Geografia do Turismo**. São Paulo : Roca, 2001.107 p.
- DUMAZEDIER, J. **Lazer e Cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1976. 215 p.
- DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1980. 249 p.
- EITEN, G. The Cerrado vegetation of Brazil. In: *The Botanical Review*, vol.38, n.2, p.201-341, 1972
- EMBRATUR. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília, 1994. 48 p.
- FELTRAN FILHO, A. **A estruturação das paisagens nas chapadas do oeste mineiro**. 1997. 190p. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.

FERRI, M.G. Ecologia dos cerrados. In: **Simpósio sobre o cerrado**. São Paulo. Itatiaia/EDUSP. 1977, 15-36 p.

GOODLAND, R & FERRI, M.G. **Ecologia do cerrado**. São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1979.193 p.

GRAZIANO DA SILVA,J.;VILARINHO,C.; DALE,P.J. Turismo em áreas rurais: possibilidades e limitações no Brasil. In : ALMEIDA.J.A.; FROEHLICH.J.M. ; RIEDL.M.(Org). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Santa Maria : UFSM.1998. p.11-47.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo: Pioneira, 2001.108 p.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo**. São Paulo: Aleph, 2001. 184 p.

LAGE, B.H.G & MILONE, P.C. **Economia do turismo**. Campinas: Papius, 1991. 122 p.

MACEDO, D. **Cachoeira da Fumaça: um proposta de aproveitamento turístico**. 1998.84f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 1998.

MAGALHÃES, G. W.(Coordenador). **Pólos de ecoturismo: planejamento e gestão**. São Paulo: Terragraph, 2001.166 p.

MIDAGLIA . C. V. Turismo e meio ambiente no litoral paulista: dinâmica da balneabilidade nas praias. In: LEMOS, I. G. **Turismo: Impactos socioambientais**. São Paulo: Hucitec, 1996. p.32-55.

NISHIYAMA, L. Geologia do município de Uberlândia (MG) e áreas adjacentes. **Sociedade e Natureza**. Uberlândia, n.1.,p.9-16, jun. 1989.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Trad. Sandra netz. Porto Alegre: Bookman, 2003. 168 p.

OXINALDE,M del R. **Ecoturismo –nuevas formas de turismo en el espacio rural**. Barcelona: Eras, 1994.

PAIVA, M.G.M. **Sociologia do Turismo**. Campinas: Papirus, 1995. 88 p.

PEREZ, B & CARRILLO, E. **Dessarolo local: manual de uso**. Madrid: Esic, 2000.

PETROCCHI, M. **Turismo: planejamento e gestão**. São Paulo: Futura, 1998. 381 p.

PIRES, P.S. A paisagem litorânea de Santa Catarina como recurso turístico. In: YÁZIGI, E, CARLOS, A. F.A, CRUZ. R de C.A (Org). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996. 161-177 p.

\_\_\_\_\_. Interfaces ambientais do turismo. In: TRIGO.L.G.G (Org). **Turismo- Como aprender, como ensinar**. 2ª ed. São Paulo: SENAC, 2001.v.1. p. 229-255.

PIRETE, M.J. **O novo rural e o turismo ofertado pelo hotel-fazenda Cachoeira Rio das Pedras: perspectivas e propostas par o turismo local**. 2001. 118f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

PORTUGUEZ, A. P. **Agroturismo e Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Hucitec, 1999. 127 p.

RADAMBRASIL. **Levantamento de recursos naturais**. Folha SE 22 Goiânia, Rio de Janeiro, v.31, 1983.

RIBEIRO, A.G. et al. O papel dos recursos hídricos na sustentabilidade do sistema agroalimentar no domínio dos cerrados do Brasil Central. In: SHIKI, S, SILVA, J. G, ORTEGA, A C (Org). **Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro**. Uberlândia: EDUFU 1997. p. 267-307.

RIBEIRO, A.G. **Paisagem e organização espacial na região de Palmas e Guarapuava-PR**. 1989. 265f. Tese (Doutorado em Geografia) - FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

\_\_\_\_\_. A Teoria da paisagem Aplicada ao Desenvolvimento Rural Sustentado. In: 8º Encuentro de Geógrafos da America latina. **Anais...** Santiago de Chile: Universidad de Chile, 2001.

RODRIGUES, Arlete M. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In: RODRIGUES, Adyr . B. **Turismo e desenvolvimento local** (Org). 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p.42-54.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e espaço: Rumo a um conhecimento transdisciplinar.** São Paulo: Hucitec, 1997, 158 p.

\_\_\_\_\_. Turismo eco rural – Interfaces entre o ecoturismo e o turismo rural. In : ALMEIDA.J.A.; FROEHLICH.J.M. ; RIEDL.M.(Org). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável.** Santa Maria : UFSM.1998. p.85-96.

\_\_\_\_\_. Desafios para os estudiosos do turismo. In: RODRIGUES, Adyr . B. **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais.** 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p.17-32.

\_\_\_\_\_. Turismo rural no Brasil - ensaio de uma tipologia. In : (Org). ALMEIDA.J.A.; RIEDL.M. **Turismo Rural – Ecologia, Lazer e Desenvolvimento.** Bauru: EDUSC,2000. p. 51-68.

\_\_\_\_\_. Geografia do turismo: novos desafios. In: TRIGO.L.G.G (Org). **Turismo- Como aprender, como ensinar.** 2ª ed. São Paulo: SENAC, 2001a.v.1. p. 87-122.

\_\_\_\_\_. **Turismo Rural.** São Paulo: Contexto, 2001b. 170 p.

ROUGERIE,G & BEROUTCHACHVILLI,N. **Geosystèmes e paysages: bilan et méthodes.** Paris. Armand Colin, 1990. 302 p.

RUSCHMANN,D. **Turismo e Planejamento sustentável: A proteção do meio Ambiente.** Campinas: Papyrus, 1997.199 p.

RUSCHMANN,D & WIDMER,G.M. Planejamento turístico. In: ANSARAH, M.G.R (Org).**Turismo- Como aprende, como ensinar.** 2ª ed. São Paulo: SENAC, 2001. v.2.p.65-86.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2000. 96 p.

SANTOS,M. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Hucitec, 1982. 112 p.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço.** São Paulo: Hucitec. 1997. 105 p.

SCHNEIDER, M. **Bacia do rio Uberabinha: uso agrícola do solo e meio ambiente.** 1996. 240f. Tese (Doutorado em Geografia) –Instituto de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

SOARES, A. M. **A Bacia do rio Claro: A ocupação antrópica e a degradação dos sistemas úmidos.** 2002. 89f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia , 2002.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental.** 2ªed. São Paulo: Aleph, 2000.v1.140 p.

TRIGO, L G.G. **A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo.** Campinas: Papyrus, 1998.102 p.

TROLL, C. **A paisagem geográfica e sua investigação.** Espaço e Cultura. Rio de Janeiro: Nepec, UERJ, 1996.

WARMING, E. **Lagoa Santa.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1973, 386 p.

WERNECK, C. **Lazer, Trabalho e Educação: relações históricas, questões contemporâneas.** Belo Horizonte: UFMG, 2000. 157 p.

YÁZIGI, E. **A importância da paisagem.** In: YÁZIGI, E (Org). **Turismo e Paisagem.** São Paulo: Contexto. 2002. p.11-27.

**Anexos**

## Roteiro de entrevista\_1

1-Local de Destino

---

2-Origem

Cidade : \_\_\_\_\_

UF: \_\_\_\_\_

3- Grau de escolaridade

Ensino Fundamental

Ensino Médio

Ensino Superior

4- Condição sócio-econômica

1 a 3 SM

3 a 7 SM

> de 7 SM

Profissão: \_\_\_\_\_

5- Forma de Viagem

Individual

Com Familiares

Em grupo

6- Meio de Transporte

Carro

Moto

Veículo Fretado

Ônibus de linha

Outros

7 - Meio de Hospedagem e tempo de permanência

---

---

8 - Como tomou conhecimento do local e o que motivou a visitá-lo ?

---

---

---

9- Atividades que pretende ou realizou no local

Piquenique/ Churrasco

Pesca

Banho no rio

Observação da fauna/ flora/ paisagem

Esportes ( Futebol, Vôlei, etc)

Esportes de aventura (Rapel, Rafting, etc)

Caminhadas

Outros

10- Sugestões ou reclamações

---

---

---

## Roteiro de entrevista\_2

1-Local de Destino \_\_\_\_\_

2-Origem \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

Cidade : \_\_\_\_\_

3- Grau de escolaridade  
 Ensino Fundamental

Ensino Médio

Ensino Superior

4- Condição sócio-econômica

1 a 3 SM

3 a 7 SM

> de 7 SM

Profissão: \_\_\_\_\_

5- Forma de Viagem

Individual

Com Familiares

Em grupo

6- Meio de Transporte

Carro

Moto

Veículo Fretado

Ônibus de linha

Outros

7 - Meio de Hospedagem, tempo de permanência e frequência da visita ?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

8 - Como tomou conhecimento do local e o que motivou a visita-lo ?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

9 - Atividades que pretende ou realizou no local

Piquenique/ Churrasco

Pesca

Banho no rio

Observação da fauna/ flora/ paisagem

Esportes ( Futebol, Vôlei, etc)

Esportes de aventura (Rapel, Rafting, etc)

Caminhadas

Outros

10 - Na sua opinião o que falta para melhorar sua visita no local? Qual é o maior problema do local?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

11 - Você pagaria para usufruir do local? Quanto pagaria?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_